



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

MARÇO 2022

2021



ÍNDICE

FICHA TÉCNICA.....	9
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	14
2.1 EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA SMD.....	19
2.1.1. FÓRUM MACHICO.....	19
2.2. CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS	27
2.2.1. PRINCIPAIS CONCESSÕES EMPREENDIMENTOS	31
3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA SMD DE INTERESSE PÚBLICO	38
4. INVESTIMENTOS	41
4.1. AQUISIÇÃO DE BENS E DE SERVIÇOS	43
4.2. EMPREITADAS.....	46
4.3. PROJETOS CO FINANCIADOS.....	47
4.3.1. MADEIRA 14-20	47
4.3.1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	47
4.3.1.2. EMPREITADAS.....	49
4.3.2. LEI DO JOGO.....	50
4.3.2.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	50
5. RECURSOS HUMANOS	51
5.1 O EFETIVO DA SMD - SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.	52
5.2 CARGOS DE DIREÇÃO E CHEFIA.....	53
5.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS	53
5.4 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR UNIDADE ORGÂNICA.....	53
5.5 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO	54
5.6 MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL	55
5.7 MOBILIDADE NA CARREIRA	55
5.8 EFETIVO / ESTRUTURA ETÁRIA	55
5.9 EFETIVO / ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE	56
5.10 EFETIVO / ESTRUTURA HABILITACIONAL	56
5.11 PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	57
5.12 ABSENTISMO.....	57
5.13 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE	57
5.13.1 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – MEDIDAS COVID	57
5.14 RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA	58

5.15 FORMAÇÃO PROFISSIONAL	58
5.16 COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	58
5.16.1 INSTITUTO DE EMPREGO DA MADEIRA, IP	58
5.16.2 COMUNIDADE ESCOLAR	59
6. GOVERNO DA SOCIEDADE	60
6.1 MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA.....	61
6.2 ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL	63
6.3 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	64
6.4 ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTOS INTERNOS	64
6.5 IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – TRIÉNIO 2020-2022.....	65
6.5.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	65
6.5.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	65
6.5.3 FISCAL ÚNICO.....	66
6.5.4 CONTABILISTA CERTIFICADO	66
6.5.5 FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS / REPRESENTAÇÃO	66
6.5.6 COMPETÊNCIAS, REPRESENTAÇÃO E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÁREAS DE TUTELA	66
6.5.7 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	74
6.6 REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES	76
6.6.1 GOVERNO DAS SOCIEDADES.....	76
6.6.2 REPRESENTAÇÃO DA SMD EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	77
6.6.3 RECURSOS HUMANOS	77
6.6.4 GESTÃO FINANCEIRA / EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO / ARD'S.....	78
6.6.5 GESTÃO DOCUMENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ELETRÓNICO	78
6.6.6 CONTRATOS DE ARRENDAMENTO, ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS E CONTRATOS DE CONCESSÕES	79
6.6.7 ESTUDOS E PROJETOS.....	79
6.6.8 EMPREITADAS, AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	80
6.6.9 ASSESSORIA JURÍDICA / CONTENCIOSO	81
6.6.10 MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS	82
6.6.11 ATIVIDADES FILANTRÓPICAS/RESPONSABILIDADE SOCIAL DA SMD.....	82
6.7 ENTIDADES ENCARGADAS DE AUDITORIA EXTERNA.....	82
6.8 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	83
7. RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE.....	84
7.1 MISSÃO E TERMOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	85
7.2 DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PARA 2021	87
7.2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	87
7.3 PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	93

7.4	PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA	93
7.5	RESPONSABILIDADE SOCIAL	94
7.6	TRANSPARÊNCIA	98
8.	RECLASSIFICAÇÃO DA SMD E ANÁLISE ORÇAMENTAL	100
8.1.	MERCANTILIDADE	101
8.2.	RECLASSIFICAÇÃO DA SMD	101
8.3.	DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA SMD	102
8.3.1.	EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO	102
8.3.1.1.	SALDO DE GERÊNCIA.....	103
8.3.1.2.	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO SIGO/SOE	103
8.4.	RECEITA	104
8.4.1.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	106
8.4.2.	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	106
8.4.3.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	107
8.4.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	107
8.4.5.	ATIVOS FINANCEIROS	108
8.5.	DESPESAS.....	108
8.5.1.	DESPESAS COM PESSOAL.....	110
8.5.2.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	111
8.5.3.	JUROS E OUTROS ENCARGOS	112
8.5.4.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112
8.5.5.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	113
8.5.6.	PASSIVOS FINANCEIROS.....	114
8.5.7.	LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	114
8.5.8.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	115
8.5.9.	DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")	115
9.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	117
9.1.	ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	120
9.1.1.	RENDIMENTOS.....	121
9.1.2.	GASTOS	121
9.1.3.	RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GASTOS DE EXPLORAÇÃO.....	122
9.1.3.1.	RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO.....	122
9.1.3.2.	GASTOS DE EXPLORAÇÃO	122
9.1.3.3.	ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO	123
9.2.	FUNDOS LIBERTOS.....	124
9.3.	SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	124
9.4.	RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	125

9.5. ANÁLISE DO BALANÇO	127
10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	128
10.1. PATRIMÓNIO / CAPITAL.....	129
10.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	129
10.3. FUNDOS DE MANEIO	130
10.4. RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA	130
10.5. RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA	131
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	133
12. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	135
12.1. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL	136
12.2. PERSPETIVAS FUTURAS.....	136
12.3. FINANCIAMENTO	136
12.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	137
12.5. MERCADOS.....	138
12.6. GASTOS	138
12.7. RENDIMENTOS.....	139
12.8. FUSÃO	139
12.9. PROCESSOS JUDICIAIS.....	140
12.10. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL	145
ANEXOS.....	147
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	148
1.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	148
1.2. BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	149
1.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA.....	150
1.4. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	151
1.5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	153
1.5.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO	153
1.5.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	153
1.5.3. BASES DE APRESENTAÇÃO	153
1.5.4. COMPARABILIDADE DAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS / APLICAÇÃO DO SNC PELA 1.ª VEZ	154
1.5.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS.....	155
1.6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	155
1.6.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	155
1.6.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	155
1.6.3. ATIVOS INTANGÍVEIS	156
1.6.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	157

1.6.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	157
1.6.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	157
1.6.7. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES	157
1.6.8. CAIXA E DEPÓSITOS	158
1.6.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	158
1.6.10. OPERAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE RELATO (EURO)	159
1.6.11. RECONHECIMENTO DO RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO	159
1.6.12. GASTOS DE FINANCIAMENTO	160
1.6.13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO	160
1.6.14. GASTOS COM O PESSOAL	160
1.6.15. EVENTOS SUBSEQUENTES	161
1.6.16. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	161
1.6.17. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	161
1.6.18. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	163
1.6.19. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	163
1.7. FLUXOS DE CAIXA	163
1.7.1. QUANTIAS NÃO DISPONÍVEIS PARA USO	163
1.7.2. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	163
1.8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	164
1.8.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS	164
1.8.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIAS ESCRITURADAS – VARIAÇÕES DO PERÍODO	164
1.9. ATIVOS INTANGÍVEIS	165
1.9.1. ATIVOS INTANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS:	165
1.9.2. ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIAS ESCRITURADAS – VARIAÇÕES DO PERÍODO	165
1.10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	165
1.10.1. FINANCIAMENTOS CONTRATUALIZADOS	165
1.10.2. AMORTIZAÇÃO FINANCIAMENTOS	166
1.11. PROVISÕES	166
1.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	167
1.12.1. CLIENTES	167
1.12.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER	167
1.12.3. OUTRAS CONTAS A PAGAR	168
1.12.4. DESRECONHECIMENTO	168
1.13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	169
1.13.1. QUANTIA ESCRITURADA - VARIAÇÃO	169
1.14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	169

2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO	170
2.1. PATRÍMONIO/CAPITAL.....	170
2.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO	171
3. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	171
3.1. GASTOS COM O PESSOAL	171
3.2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO	172
3.3. OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS.....	172
3.4. OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS	172
3.5. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	173
3.5.1. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	173
3.5.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	173
3.5.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	173
3.5.4. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.....	174
3.5.5. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	174
3.5.6. OUTROS GASTOS E PERDAS	174
3.5.7. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS.....	175
3.5.8. PARTES RELACIONADAS	175
3.5.8.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS	175
3.5.8.2. SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	175
3.5.8.3. COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS	175
3.6. EVENTOS SUBSEQUENTES	176
3.7. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	176
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	176
5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	178
5.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	178
5.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	207
5.2.1.DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1).....	207
5.2.2.DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2)	207
5.2.3.DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3)	207
5.2.4.DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	208
5.2.5.DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 4)	208
5.2.6.DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 5)	208
5.2.7.DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 6).....	208
5.2.8.ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	209
5.2.9.CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:.....	209
5.2.10. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS.....	209




FICHA TÉCNICA

| Elaborado por:

SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

| Intervenientes:

Conselho de Administração

Unidade de Gestão dos Equipamentos e Infraestruturas

Unidade de Gestão de Recursos Humanos

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

Unidade de Assessoria Jurídica Contratação e Contencioso

Unidade de Gestão Financeira

Coordenadores dos Empreendimentos na SMD

| Coordenação dos Trabalhos:

Conselho de Administração

| Fornecimento dos dados financeiros:

Unidade de Gestão Financeira

Opção Divina – Contabilista Certificado

| Revisão, paginação e desenho das capas:

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

| Aprovado pelo Conselho de Administração por Deliberação n.º 142/2022, de 28 de março

| Aprovado em Assembleia Geral de 30 de março de 2022

| Distribuído:

Remetido aos órgãos competentes em suporte digital e inserido no Portal do TdC

Publicado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com



RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FM	Fórum Machico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IRAE	Inspeção Regional das Atividades Económicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
NCP	Norma de Contabilística Pública
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORAM	Orçamento Região Autónoma da Madeira
PCV	Plano de Comercialização e Venda
PIB	Produto Interno Bruto
PIDAR	Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira
PONTA DO OESTE	Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
POT	Programa de Ocupação Temporária de Desempregados
RAM	Região Autónoma da Madeira
RGC	Relatório de Gestão e Contas
SDNM	SDNM – Sociedade de desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
SDPS	SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SIGO/	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SINTAP	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SMD	SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas
SST	Segurança e Saúde no Trabalho



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 representou para o Acionista, o Conselho de Administração, os trabalhadores e os *stakeholders* um ano ainda marcado pelos efeitos da Pandemia, mas já com medidas de apoio à retoma económica da Região Autónoma da Madeira.

Destacamos um ano que incidiu no planeamento estratégico de investimentos a realizar pela Sociedade de Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., na melhoria e recuperação das suas infraestruturas, desenvolvendo os levantamentos de necessidades, projetos e procedimentos para início de empreitadas essenciais à rentabilização sócio económica do património desta sociedade, e por consequência do património da Região Autónoma da Madeira. Concretizou-se a melhoria da organização interna, com estabelecimento de procedimentos, nomeadamente com a implementação de um novo sistema de gestão documental idok, com a modernização do arquivo e a aposta na valorização profissional dos recursos humanos, com a formação e a implementação dos serviços de higiene e segurança no trabalho.

No âmbito de uma gestão aberta e participativa, pela qual o Conselho de Administração pugna, estamos recetivos a propostas e sugestões, quer sobre os conteúdos deste relatório, quer sobre a atividade da SMD.

A transparência, a sustentabilidade e a responsabilidade social, associados a uma política de recursos humanos e promoção da igualdade e a padrões de ética e conduta, são objetivos e premissas presentes, quer na gestão estratégica, quer na gestão corrente da Sociedade por parte do Conselho de Administração e de todos os seus colaboradores, praticadas e que serão ainda mais aperfeiçoados, indo de encontro ao preconizado no novo regime jurídico do SERAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

Pelos resultados obtidos, o nosso reconhecimento aos parceiros, empresas, instituições financeiras, agentes públicos e investidores, deixamos um agradecimento pela resiliência em tempos conturbados pela pandemia.

O nosso agradecimento ao Acionista, ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral, aos Trabalhadores, ao Fiscal Único, ao Contabilista Certificado e aos restantes intervenientes, pelo enorme esforço, motivação e competência com que foram desempenhadas as suas funções em condições adversas. Com confiança no futuro e com a expectativa de um trabalho conjunto para alcançar os objetivos traçados, partilhamos responsabilidades e valores no sentido de alcançar a visão da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento.



1. INTRODUÇÃO

A SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. foi constituída através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 04 de agosto¹, cujo objetivo foi a prossecução de fins de interesse público, na conceção, promoção, construção e gestão dos projetos, ações e empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural, com enfoque no desenvolvimento dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

No desenvolvimento das suas atividades, permitiu dotar aqueles concelhos de investimentos que contribuíram para o seu desenvolvimento, atraindo investimento privado que permitiu dinamizar a economia local, e oferecer à população um conjunto de infraestruturas de lazer que contribuem para a sua qualidade de vida.

A SMD é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um capital social de 78.556.415,00 euros. A 31 de dezembro de 2021 a sua estrutura societária era detida em 100% pela Região Autónoma da Madeira². A função acionista é exercida exclusivamente pelo Secretário Regional das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o Secretário Regional de equipamentos e Infraestruturas³.

Desde 2014, a SMD é empresa pública reclassificada, integrada no perímetro da Administração Pública Regional, por efeito das Contas Nacionais, a sua atuação pautou-se pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A preparação, apresentação e divulgação das contas da SMD, obedecem a diversos preceitos legais impostos a entidades da sua natureza, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), as Instruções do Tribunal de Contas e o Código das Sociedades Comerciais.

É neste enquadramento e, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, que se submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão e Contas e respetivos

¹ Alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09 de janeiro, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da SMD.

² N.º 1 do artigo 35 e n.º 1 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

³ A tutela está cometida à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 9 de novembro.



anexos, que integra a informação do Governo Societário, informação financeira e informação não financeira, sustentabilidade, transparência e responsabilidade social, elaborados de acordo com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira⁴ e no Código das Sociedades Comerciais⁵, que procura expor de forma fiel e clara a evolução dos negócios e a situação da empresa, face à atividade desenvolvida entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

As contas encontram-se espelhadas nas demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com o SNC - AP, e nas demonstrações orçamentais, que apresentam de forma verdadeira e apropriada, todos os aspetos materialmente relevantes quanto à posição financeira da empresa.

Sempre que possível e adequado, incluímos a informação relativa ao ano anterior, permitindo a comparabilidade da evolução do desempenho da SMD.

Após a emissão de parecer e submissão à Assembleia Geral, o Relatório de Gestão e Contas (RGC) 2021 será disponibilizado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com

Foi dado cumprimento às orientações estratégicas de gestão, plasmadas no programa do XIII Governo Regional, no Plano de Desenvolvimento Madeir@14-20 e demais orientações do acionista⁶.

⁴ Art. 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

⁵ Art. 65º do Código das Sociedades Comerciais.

⁶ Exemplo da isenção de rendas aos concessionários privados, determinadas pelas Resoluções n.º 6/2021, de 8 de janeiro, n.º 75/2021, de 5 de fevereiro, n.º 143/2021, de 5 de março, n.º 239/2021, de 9 de abril, n.º 380/2021, de 7 de maio; n.º 554/2021, de 14 de junho, n.º 665/2021, de 16 de julho e n.º 962/2021, de 13 de outubro.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. tem por objeto social a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos de modo a:

- Contribuir para a realização do desenvolvimento económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego;
- Participar no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal e inter-regional;
- Divulgar toda a informação relevante para o investimento e o desenvolvimento económico e social da zona metropolitana que compreende geograficamente os Concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

No desenvolvimento das suas atividades, permitiu dotar aqueles concelhos de investimentos que contribuíram para o desenvolvimento, atraindo investimento privado que permitiu dinamizar a economia local e oferecer à população um conjunto de infraestruturas e de utilização coletiva, com impacto na qualidade de vida e no desenvolvimento social.

A gestão e administração dos empreendimentos pode ser:

- Sob administração direta da SMD;
- Concessionados;
- De interesse público geral e de fruição universal e gratuita.

Desde 2020, a COVID-19 transformou o mundo e trouxe profundas mudanças no mercado de trabalho, nos modelos de negócio e na organização e gestão das empresas, para além de um impacto socioeconómico catastrófico para os cidadãos.

Foi, e é fulcral, assegurar a necessária revitalização da economia, recolocar a RAM na trajetória de crescimento, e aumento da competitividade e do desenvolvimento sustentável das empresas, mas para efetivar a revitalização, é necessário garantir que todos os setores de atividade desenvolvem as suas funções de forma segura.

De realçar que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), um dos seis critérios a ter em conta no levantamento das medidas restritivas, impostas no âmbito da COVID-19, é a existência de medidas preventivas nos locais de trabalho.

Na SMD, os empreendimentos e infraestruturas foram adaptadas medidas preventivas de forma a minimizar os riscos associados a COVID- 19.

Neste âmbito, foi implementado um plano de prevenção de riscos biológicos mais abrangente, reforçando a limpeza e a desinfecção de todos os empreendimentos.

Para esta Sociedade, é fundamental e prioritário apostar na proteção dos seus colaboradores, o que ocorreu através do reforço da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

No que concerne as diversas concessões e arrendamentos, foram criados incentivos extraordinários, adaptados a cada uma das realidades, no sentido de normalizar o funcionamento dos espaços e garantir a permanência dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, salvaguardando os rendimentos das famílias.

No mapa seguinte poderá encontrar o resumo dos diversos empreendimentos da SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.:

QUADRO 1 - EMPREENDIMENTOS DA SMD

CONCELHO DE MACHICO

Número Empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
1	Fórum Machico	1	Auditório (231 lugares + 220 na bancada telescópica)	Gestão Própria
		2	Cinema 1 e 2 (80 lugares /cada) 160 lugares total	Gestão Própria
		1	Biblioteca	Concessionado - Município
		1	Salas cartório	Gestão Própria
		3	3 Lojas arrendadas	Concessionado
		5	Restaurante / Bar /sala de exposições /salas de apoio	Concessionado - Privado
		1	Estacionamento (107 Lugares)	Concessionado
2	Parque Desportivo de Água de Pena	1	Parque Desportivo	Concessionado - Município
3		1	Restaurante	Concessionado

Número Empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
	Frente Mar do Porto da Cruz - Praia da Alagoa	1	Balneários	Concessionado
		1	Campo Polidesportivo	Gestão Própria
		1	Contentor 1	Concessionado
		1	Contentor 2	Concessionado

CONCELHO DE SANTA CRUZ

Número Empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
4	Aquaparque / Edifício da Ribeira de Boaventura	1	Aquaparque	Concessionado
		1	Estacionamento (191 Lugares)	Concessionado
		7	Ribeira Boaventura Restaurante e Lojas	Disponível
		1	Iate Clube de Santa Cruz	Concessionado
5	Centro do Caniço	1	Restaurante	Concessionado
		1	Estacionamento (76 Lugares)	
6	Praia dos Reis Magos	1	Restaurante	Concessionado
		4	Loja 1 a 4	Concessionado
		1	Loja 5	Concessionado

CONCELHO DO FUNCHAL

Número Empreendimento	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
7	Percurso Marítimo da Praia Formosa	1	Promenade	Gestão Própria
		1	Restaurante	Concessionado
		1	Balneários de apoio à praia	Cedido à entidade municipal "Frente Mar"
8	Porto do Funchal (Praça CR7)	10	Loja concessionadas	Concessionado
		1	Restaurante + HOTEL	Concessionado
		1	Praça	Gestão Própria
		1	Estacionamento (424 Lugares)	Concessionado



CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS

Nº	Localização	Número de espaços	Espaços	Concessionário / Arrendatário
9	Piscinas Salinas	1	Complexo Balnear	Concessionado
		1	Snack Bar	Concessionado
10	Jardim, Estacionamento e Restaurante de São Francisco	1	Restaurante - Espada Preta	Concessionado
		1	Centro de Gabinetes	
		1	Estacionamento (185 Lugares)	
11	Largo da República - Câmara de Lobos	Edifício A (Praia)		
		1	Restaurante / Bar da Praia do Vigário	Concessionado
		1	Balneários apoio à Praia	Concessionado
		Edifício B (C. Paroquial)		
		1	Restaurante (Coral)	Concessionado
		1	Fracção L1	Concessionado
		1	Fracção L2	Concessionado
		1	Centro Paroquial	Concessionado
		Edifício C (Praça)		
		1	Fracção L1 Bar República	Concessionado
		1	Fracção L2	Concessionado
		1	Fracção E1	Concessionado
		1	Fracção E2	Concessionado
		1	Fracção E3	
		1	Fracção E4	
		1	Fracção E5	
		1	Fracção E6	
		Edifício D (Contíguo à C.M.C.L.)		
		1	Serviços/Escritórios	Concessionado
		1	Estacionamento (159 Lugares)	Concessionado
12	Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos	1	Snack Bar	Concessionado
		1	Loja 1	Concessionado
		1	Loja	Concessionado
		1	Sala Polivalente	Concessionado
		1	Auditório	Concessionado
		1	Biblioteca	Concessionado
		1	Estacionamento (112 Lugares)	Concessionado

Resumo Câmara de Lobos					
Nº de empreendimentos	Nº Espaços	Gestão Própria	Concessionados	Disponíveis	Cedência
4	28	0	28	0	0
Resumo Funchal					
Nº de empreendimentos	Nº Espaços	Gestão Própria	Concessionados	Disponíveis	Cedência
2	16	2	13	0	1
Resumo Santa Cruz					
Nº de empreendimentos	Nº Espaços	Gestão Própria	Concessionados	Disponíveis	Cedência
3	18	0	11	7	0
Resumo Machico					
Nº de empreendimentos	Nº Espaços	Gestão Própria	Concessionados	Disponíveis	Cedência
3	20	5	15	0	0
Resumo SMD					
Nº de empreendimentos	Nº Espaços	Gestão Própria	Concessionados	Disponíveis	Cedência
12	82	7	67	7	1

Fonte: SMD

2.1 EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA SMD

A SMD rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção, gestão de projetos e concessão.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1.1. FÓRUM MACHICO

O empreendimento Fórum Machico é um espaço cultural constituído por uma extensa praça que prima pela sua versatilidade e funcionalidade. No edifício coexistem um auditório, uma sala polivalente, duas salas multiusos, biblioteca, zona de restauração, espaços comerciais e um parque de estacionamento com capacidade para 107 lugares.



O Fórum Machico constitui um forte impulsionador para a atividade dos agentes culturais e artistas locais e nacionais, proporcionando a todos os visitantes exposições, espetáculos e outros eventos das mais diversas áreas e expressões performativas.

Trata-se de um espaço ímpar, junto ao mar, bem no 'coração' da magnífica baía de Machico, no concelho onde desembarcaram os descobridores da Ilha.

O auditório é uma sala preparada para espetáculos, equipada com os melhores sistemas de projeção de vídeo, luz e áudio. Tem capacidade para 238 pessoas sentadas, sendo possível aumentar para 458, através de uma bancada telescópica. A zona de palco tem 280m² e 6m de altura.

No empreendimento existe também uma sala polivalente, com boa iluminação, capacidade para 50 pessoas e duas salas multiusos, com ecrãs de cinema de 120m² e com capacidade para 80 lugares cada uma.

Nas tabelas e gráficos seguintes, podemos analisar os dados referentes aos eventos nos últimos três anos (pré pandemia) de atividade do empreendimento.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

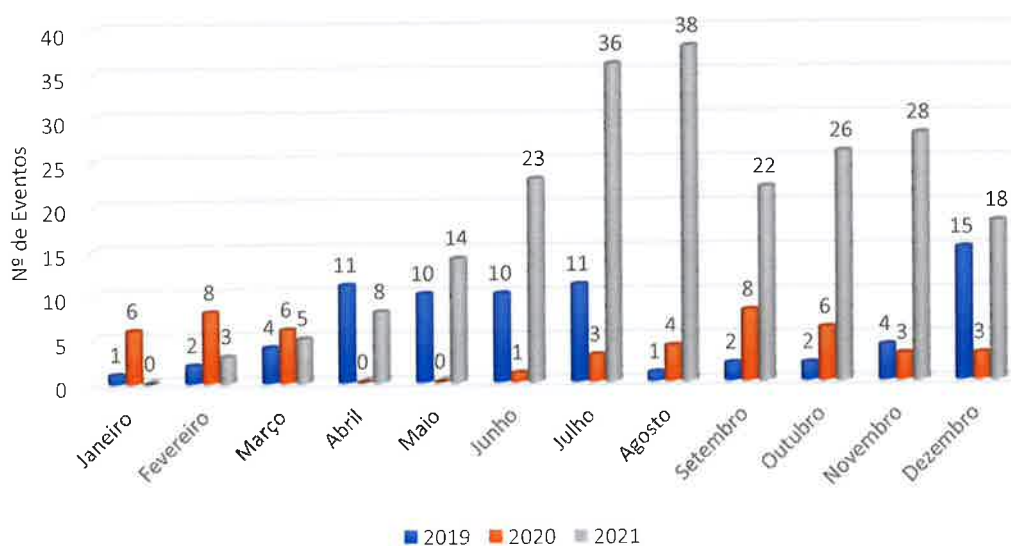
QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DOS EVENTOS 2019/2021

MÊS	2019	2020	2021
Janeiro	1	6	0
Fevereiro	2	8	3
Março	4	6	5
Abril	11	0	8
Maio	10	0	14
Junho	10	1	23
Julho	11	3	36
Agosto	1	4	38
Setembro	2	8	22
Outubro	2	6	26
Novembro	4	3	28
Dezembro	15	3	18
TOTAL ANO	73	48	227

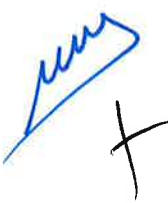
Fonte: Fórum Machico

O gráfico infra apresenta a evolução do número de eventos, nos últimos três anos.

GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EVENTOS 2019/2021



Fonte: SMD



O ano de 2021 foi ainda condicionado pelas limitações impostas pela situação pandémica verificada na Região e consequentemente na cidade de Machico. Nesse sentido, a programação cultural do Fórum Machico sofreu um decréscimo relativamente a anos anteriores, tendo-se verificado um elevado número de eventos cancelados ou adiados.



O gráfico acima representa a evolução do número de eventos, nos últimos três anos, sendo visível o crescimento das atividades desenvolvidas na retoma, superando os números verificados em 2019 (pré pandemia).

Desde maio de 2021, verifica-se o incremento da atividade cultural, com o crescimento do número de eventos, que ficou a dever-se ao abrandamento das regras impostas pela situação pandémica, que permitiu a abertura gradual das salas de espetáculos.

De forma geral, as atividades culturais com mais destaque em 2021 no Fórum Machico foram as seguintes:

- Ações de Sensibilização;
- Ações Solidárias;
- Atelier de Verão;
- Aulas de Dança e de Yoga;
- Concurso de Fotografia;
- Conferências temáticas;
- Encontros e Debates Especializados;
- Espetáculos de Comédia;
- Espetáculos Musicais;
- Evento de comemoração de Aniversário da Biblioteca;
- Exibições Cinematográficas;
- Palestras;
- Sessões de Esclarecimento;
- Sessões de Formação;
- Sessões de Teatro e de Poesia.

QUADRO 3 - DESCRIÇÃO DOS EVENTOS 2021

Evento	Promotor	Sala
Espetáculo Livestream	Assoc. Cultural 4Litro	Auditório
Vacinação (2)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Vacinação (5)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Vacinação (7)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Concerto Virtual 80º aniv. da LPCC	Liga Portuguesa Contra o Cancro	Auditório
15ª Edição do Festival de dança "Viver Dançando"	Prestige Dance	Auditório
Trans Madeira	Clube Caniço Riders	Auditório
Aula de dança	ADARS	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Aula de dança	Escola de Dança do Funchal	Sala polivalente
Vacinação (10)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Jornadas Madeira 2021	JM	Auditório
Debate PS Madeira	PS Madeira	Auditório
Exposição Herdeiros dos capitães do donatário	Assoc. Mercado Quinhentista	Hall entrada
Espetáculo Magia da Disney (2)	Camara Municipal de Machico	Auditório
Conta-me uma história..	Grupo Teatro de Machico	Sala cinema
Audição dos alunos do Conservatório - polo Machico	CMM e Conservatório	Auditório
Lançamento do novo Álbum - Ruben Aguiar	Ruben Aguiar	Auditório
Encontro Militantes PSD	PSD Madeira	Sala cinema
Provas de Aptidão Profissional (2)	Conservatório - Esc. Profissional das Artes da Madeira	Auditório



Evento	Promotor	Sala
Peça de Teatro "Os Herdeiros da Lua de Joana	Direção Regional de Saúde	Auditório
Aula de dança	ADARS	Sala polivalente
Aula de dança	Escola de Dança do Funchal	Sala polivalente
Vacinação (9)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Concerto Hillsong Madeira	Hillsong Portugal	Auditório
Atelier Verão (14)	Sonhos à Medida	Sala Polivalente
Concerto com a Orquestra Académica do Conservatório	CMM e Conservatório	Auditório
Rampa Cassiano's car	Clube de Automobilismo 100 à Hora	Hall de entrada
Peça de Teatro "Os Herdeiros da Lua de Joana	Oficina Teatro de Machico	Auditório
Reuniões Evangélicas (3)	Hillsong Madeira	Sala cinema 2
Festa Branca - cedência de linóleo	Reid's Palace	
Rali Marítimo	CS Marítimo Madeira	Hall de entrada
Mariachi México Madeira - Especial COCO	Mariachi Madeira	Auditório
Conselho Regional JSD Madeira	JSD Madeira	Auditório
Espectáculo "Musico Ao Vivo"	Humor Abstrato	Auditório
Aula de dança	Escola de Dança do Funchal	sala polivalente
Aulas de Dança	ADRS	Sala Polivalente
Vacinação (7)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Cine Machico (9)	GTM	Sala Cinema
Reuniões Evangélicas (5)	Hillsong Madeira	Sala Cinema
Concerto de Verão - Banda Municipal de Santana	Banda Municipal de Santana	Auditório

Evento	Promotor	Sala
Documentário Histórico dos Fachos (2)	Ass. Dos Fachos	Auditório
Banda LPF	Auto Barros	Auditório
Atelier Verão (14)	Sonhos à Medida	Sala Polivalente
Aulas de Dança	ADRS	Sala Polivalente
Vacinação (6)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Gravação Video-Clip "Se eu te pudesse ter"	Mega Estimativa	Auditório
Sessões de Esclarecimento Programas Juvenis	CMM	Sala Cinema
Peça de Teatro "Os Herdeiros da Lua de Joana	CMM	Auditório
Reuniões Evangélicas (4)	Hillsong Madeira	Sala Cinema
Ação de Formação de Jogos de Praia (3)	SER	Sala Cinema
Concerto Carlos Silva & André Brito	Iolanda Trindade	Auditório
Briefing Trans Madeira 2020	Clube Caniço Riders	Auditório
Apresentação do Projeto Diabetes em Movimento	SRF	Sala de cinema
Leite Naite Show (2)	Ass. Cultural 4L	Auditório
Iniciativa da ASA	ASA	Sala de cinema
Aula de dança	Escola de Dança do Funchal	Sala polivalente
Aulas de Dança	ADRS	Sala Polivalente
Vacinação (4)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
1º Encontro de Desenvolvimento Pessoal	Paula Duque	Sala Cinema
Festival de Teatro de Machico (9)	GTM	Auditório
Reuniões Evangélicas (8)	Hillsong Madeira	Sala Cinema



Evento	Promotor	Sala
Aulas de Dança	ADRS	Sala Polivalente
Aulas de Dança	Escola de Dança do Funchal	Sala Polivalente
Vacinação (6)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Filmagem Curta Metragem	Teresa Correia	Sala Cinema
Dia Mundial da Cultura	FM	Sala de cinema
5º Aniversário da Banda os D'Repente (2)	LPCC e SMD	Auditório
Reuniões Evangélicas (2)	Hillsong Madeira	Sala Cinema
Espetáculo "2 tontos e meio)	Ass. Cultural 4L	Auditório
Estreia Disturbance	Vitor Pacheco	Auditório
Luar da Poesia	GTM	Auditório
MIUT	Clube de Montanha do Funchal	Auditório
Jornadas Parlamentares do PS Madeira	PS Madeira	sala de cinema
Ação de Sensibilização da CPCJM	CMM	Auditório
Ação de Sensibilização Contra a Violência Doméstica	CMM	Sala de cinema
Peça de Teatro "Nobis, le Théâtre Confiné"	Ass. Travessias Culturais	Auditório
Espetáculo "2 tontos e meio)	Ass. Cultural 4L	Auditório
Aulas de Dança	ADRS	Sala Polivalente
Aulas de Dança	Escola de Dança do Funchal	Sala Polivalente
Aulas de desporto (diabetes)	Via Activa	sala polivalente
Vacinação (6)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente
Cinema de Natal	EB1/PE e Creche Eng. Luís Santos Costa	Sala Cinema

Evento	Promotor	Sala
Concerto dos alunos do Conservatório - Polo de Machico	CMM	Auditório
Espetáculo Dança "Feliz Natal"	ADARS	Auditório
Espetáculo "2 tontos e meio)	Ass. Cultural 4L	Auditório
Concerto da Tuna de Câmara de Machico	CMM	Auditório
Concerto Natal e Ano Novo da Banda Municipal de Machico	CMM	Auditório
MachicArtes	GTM	Auditório
Aulas de Dança	ADRS	Sala Polivalente
Aulas de Dança	Escola de Dança do Funchal	Sala Polivalente
Aulas de desporto (diabetes)	Via Activa	Sala polivalente
Vacinação (8)	IA-SAUDE	Hall entrada, Sala de exposições, escritório e sala polivalente

Fonte: Opção Divina

2.2. CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS

Nos termos dos Estatutos da SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, a SMD prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ação e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

A SMD dinamiza as infraestruturas e equipamentos construídos, maximiza os recursos existentes e impulsiona as oportunidades locais de negócio, implementando uma estratégia promocional que, simultaneamente, é capaz de atrair investimento externo e estruturante.

Na concretização destes objetivos têm sido celebrados contrato de arrendamento e de concessão de infraestruturas.

Nos quadros abaixo encontram-se listados as principais áreas concessionadas, com uma breve descrição das mesmas.

QUADRO 4 – CONCESSÕES SMD

CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS

Identificação do Espaço	Concessionário	Tipo de Contrato
Salinas - Snack- Bar	José Ivo Correia	Contrato de Concessão de Exploração
Salinas - Restaurante	José Ivo Correia	Contrato de Concessão de Exploração
Salinas - Estacionamento (149 lugares)	José Ivo Correia	Contrato de Concessão de Exploração
Complexo Balnear das Piscinas Salinas	Município Câmara Lobos Complexo Balnear das Piscinas Salinas	Protocolo de Cedência do Complexo Balnear das Piscinas Salinas
Gabinetes da Trincheira	Município Câmara Lobos (Utilizados pela Casa do Povo de Câmara de Lobos)	Protocolo de Cedência do Centro de Gabinetes da Trincheira
Restaurante e Bar da Praia do Vigário	Gilberto Lopes - Unipessoal, Lda. Restaurante e Bar da Praia do Vigário	Contrato de Arrendamento Urbano para Fim Não Habitacional
Praça da Autonomia - Centro Paroquial	Paróquia	Protocolo com a Diocese
Restaurante na Praça da Autonomia	Freitas, Azevedo & Ferreira, Lda Restaurante Coral	Contrato de Arrendamento
Praça da Autonomia - Fracção L1	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais
Praça da Autonomia - Fracção L1	"Todos Presentes, Lda" Bar do Largo da República	Contrato de Concessão de Exploração
Praça da Autonomia - Fracção L2	Banco BPI, S.A.	Contrato de arrendamento não habitacional com prazo certo
Praça da Autonomia - Fracção E1	Município Câmara Lobos Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de C. L.	Contrato de Arrendamento de Fração Autónoma no Edifício C
Praça da Autonomia - Fracção E2/E3/E4/E5/E6	Direcção Regional de Pescas	
Praça da Autonomia - Parque de Estacionamento Centro	Warrior Empathy, Lda	Contrato de Concessão de Exploração

Identificação do Espaço	Concessionário	Tipo de Contrato
Parque de Estacionamento do Estreito	Warrior Empathy, Lda	Contrato de Concessão de Exploração
Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos - Snack-Bar	Alberto Abreu Sousa, Unip., Lda	Contrato de Arrendamento Urbano para Fim Não Habitacional
Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos - Loja 1 (Piso 0 e Cave)	Instituto de Segurança Social da Madeira	Contrato de Arrendamento
Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos - Loja Comercial	Ocasão dos Abraços, Unip. Lda.	Contrato de Arrendamento Com Fins Não Habitacionais
Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos - Auditório e Biblioteca	Município Câmara Lobos Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos	Protocolo

CONCELHO DE FUNCHAL

Identificação do Espaço	Concessionário	Tipo de Contrato
Praia Formosa - Restaurante	Pitada Certa - Exploração de Restaurantes, Lda.	Contrato de Arrendamento Urbano para Fim Não Habitacional
Edifício do Porto do Funchal - Loja 1	Abreu Gouveia & Gouveia, Similares de Hotelaria, Lda.	Contrato de Concessão
Edifício do Porto do Funchal - Loja 2	Abreu Gouveia & Gouveia, Similares de Hotelaria, Lda. Sete Mares	Contrato de Concessão
Edifício do Porto do Funchal - Loja 3,4,5,6	Aliados com Encanto, Lda Loja Produtos Artesanais	Contrato de Concessão
Edifício do Porto do Funchal - Lojas 7 e 8	GOGOWAY, Lda.	Contrato de Concessão
Edifício do Porto do Funchal - Parcelas	M&J PESTANA - Sociedade de Turismo da Madeira, SA	Contrato de Concessão
Edifício do Porto do Funchal - Parque de Estacionamento	Parque Praça do Mar, Unip., Lda	Contrato de Concessão
Edifício do Porto do Funchal - Loja A	Número Razoáveis, Lda	Contrato de Concessão

CONCELHO DE SANTA CRUZ

Identificação do Espaço	Concessionário	Tipo de Contrato
Centro do Caniço - Restaurante e Estacionamento	GVRAM, Lda	Contrato de Concessão de Exploração
Praia dos Reis Magos - Restaurante	"Restaurante Praia dos Reis Magos"	Contrato de Concessão de Exploração
Praia dos Reis Magos - Loja 1	Atelier de Arquitetura	Contrato de Arrendamento Urbano para Fim Não Habitacional
Praia dos Reis Magos - Loja 2 e 4	SummerPrestige, Lda. Clube de Mergulho	Contrato de Concessão de Exploração de Espaço Comercial
Praia dos Reis Magos - Loja 3	Eco Systems A.R.C., Unip.Lda. Atelier de Arquitetura	Contrato de Concessão de Exploração de Espaço Comercial
Praia dos Reis Magos - Loja 5	Secretaria Regional da Educação	Cedência Precária e Provisória
Aquaparque	Desabafos de Verão	Contrato de Concessão
Edifício Ribeira da Boaventura - Parque de Estacionamento	Desabafos de Verão	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais
Edifício Ribeira da Boaventura - late Clube Santa Cruz	late Clube Santa Cruz	Protocolo

CONCELHO DE MACHICO

Identificação do Espaço	Concessionário	Tipo de Contrato
Parque Desportivo de Água de Pena	Município Machico Parque Desportivo de Água de Pena	Contrato de Concessão de Exploração
Fórum Machico - Biblioteca	Município de Machico	Cedência ao Município de Machico
Fórum Machico - Loja A	Pink Real Estate - Mediação Imobiliária, Lda	Contrato de Concessão da Exploração de Espaço Comercial
Fórum Machico - Loja B	Cátia Pombo, Medicina Dentária, Lda.	Contrato de Concessão de Exploração de Diversos Espaços para Atividade Comercial
Fórum Machico - Loja C	Nova Imagem - Cabeleireiro	

Handwritten signature and initials

Identificação do Espaço	Concessionário	Tipo de Contrato
Fórum Machico - Restaurante / bar, área exterior para esplanada, área polivalente no 1º andar, duas salas no 2º andar e 10 lugares de estacionamento	ATLANTICULTURE, Agência Cultura e Criativa do Atlântico II, Lda.,	Contrato de Concessão de Utilização Privativa
Porto da Cruz - Praia da Alagoa - Restaurante	Sunday Impact, Lda	Contrato de Concessão de Exploração de Diversos Espaços para Atividade Comercial
Praia da Alagoa - Prática de Surf	Preciousocean, Lda.	Contrato de Prestação de Serviços
Praia da Alagoa - prática do Surf, Bodyboard, Stand-up Paddle	Belmiro Jardim Mendes	Contrato de Prestação de Serviços

Fonte: SMD

2.2.1. PRINCIPAIS CONCESSÕES | EMPREENDIMENTOS

CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS

Largo da República



O Largo da República, como atualmente o conhecemos, resulta de um projeto de recuperação do núcleo urbano de Câmara de Lobos. Os edifícios criados em torno da praça oferecem espaços de restauração e de serviços. O projeto de requalificação incluiu ainda um parque de estacionamento de apoio ao centro da cidade de Câmara de Lobos.

Piscinas das Salinas



As Salinas são parte integrante do projeto de desenvolvimento da orla marítima do concelho de Câmara de Lobos. Este empreendimento oferece duas piscinas, rampa de acesso ao mar e instalações balneares.

Restaurante, Jardim e Estacionamento de São Francisco



Este empreendimento é composto por três núcleos de referência, correspondendo a um jardim suspenso, que recria elementos da arquitetura madeirense, como as latadas e as levadas, uma praça e um parque de estacionamento subterrâneo.

Handwritten signature and initials

Centro Cívico do Estreito



O Centro Cívico do Estreito Câmara de Lobos é um empreendimento polivalente destinado à satisfação e dinamização das necessidades culturais e recreativas da freguesia. Está dotado de um auditório, espaço de exposições, biblioteca municipal, diversos espaços comerciais e bar. Dispõe de parque de estacionamento e uma praça com vista para os vinhedos da freguesia.

CONCELHO DO FUNCHAL

Praça CR7



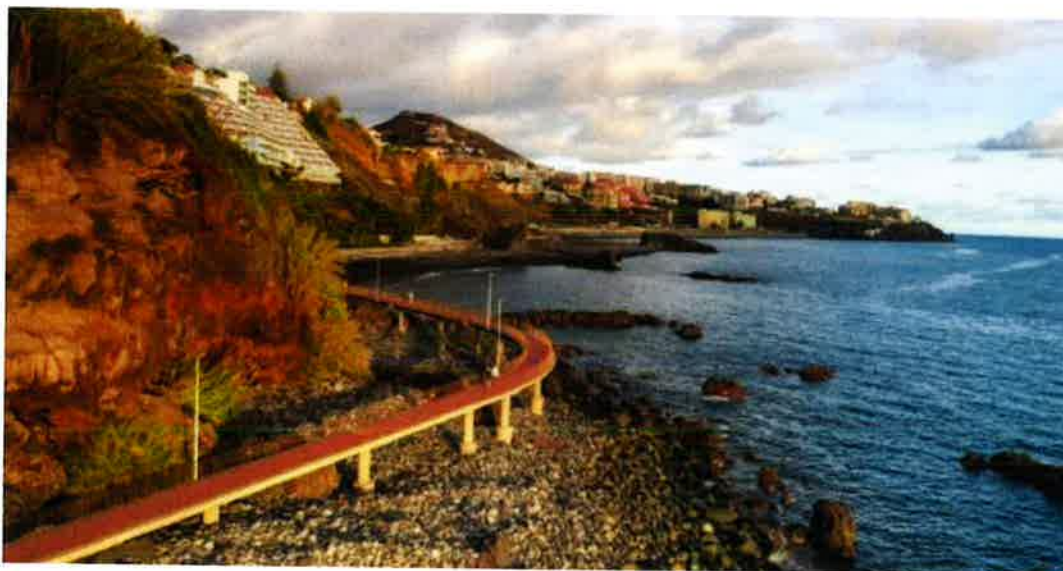


Handwritten signature and initials in blue ink.

Localizada na magnífica baía do Funchal, conta com vários espaços comerciais, hotel, museu e uma estátua do internacional português de futebol, nascido na Madeira, Cristiano Ronaldo, além de um amplo estacionamento.

A Praça tem vindo a adquirir um papel importante nas atividades culturais, lúdicas e recreativas na cidade do Funchal, por se encontrar num local privilegiado junto ao porto de cruzeiros.

Praia Formosa e Promenade



A promenade liga a praia formosa à foz da ribeira dos Socorridos num traçado delineado junto ao mar. Este espaço é muito procurado para a realização de caminhadas e passeios de lazer dada a sua acessibilidade e vista deslumbrante sobre o mar.

CONCELHO DE SANTA CRUZ

Aquaparque



O parque aquático oferece aos visitantes um amplo solário, restaurante, bar, balneários, piscina, assim como water slides, pistas rápidas, rio rápido e rio lento, black hole, aqualândia e espaço para eventos. Atualmente é um espaço muito procurado pelos residentes para passar um dia lúdico e agradável em família.



Ribeira da Boaventura



Localizado a sul do Aquaparque, o empreendimento é composto por um edifício com uma área comercial, escritórios, espaço polivalente e estacionamento.

Centro do Caniço



Handwritten signature and initials.

A infraestrutura edificada no centro da freguesia do Caniço é composta por uma praça com zonas de lazer, áreas ajardinadas, parque infantil, café com esplanada e parque de estacionamento.

Praia dos Reis Magos



O projeto da praia dos Reis Magos permitiu dar continuidade à promenade em frente a duas unidades hoteleiras, prolongando-a até à praia dos Reis Magos, onde foi construído um solário e um edifício destinado à restauração e melhorado os acessos ao mar. Ao longo da promenade procedeu-se à recuperação de um conjunto de edifícios devolutos, mantendo a sua fachada original.

CONCELHO DE MACHICO

Fórum Machico




f


O Fórum Machico, implantado nos antigos terrenos do campo de futebol de Machico, é constituído por uma praça e um edifício com biblioteca, auditório polivalente, espaços comerciais, restaurante e duas salas de cinema. O empreendimento dispõe igualmente de parque de estacionamento, que serve igualmente o centro da cidade.

Praia da Alagoa

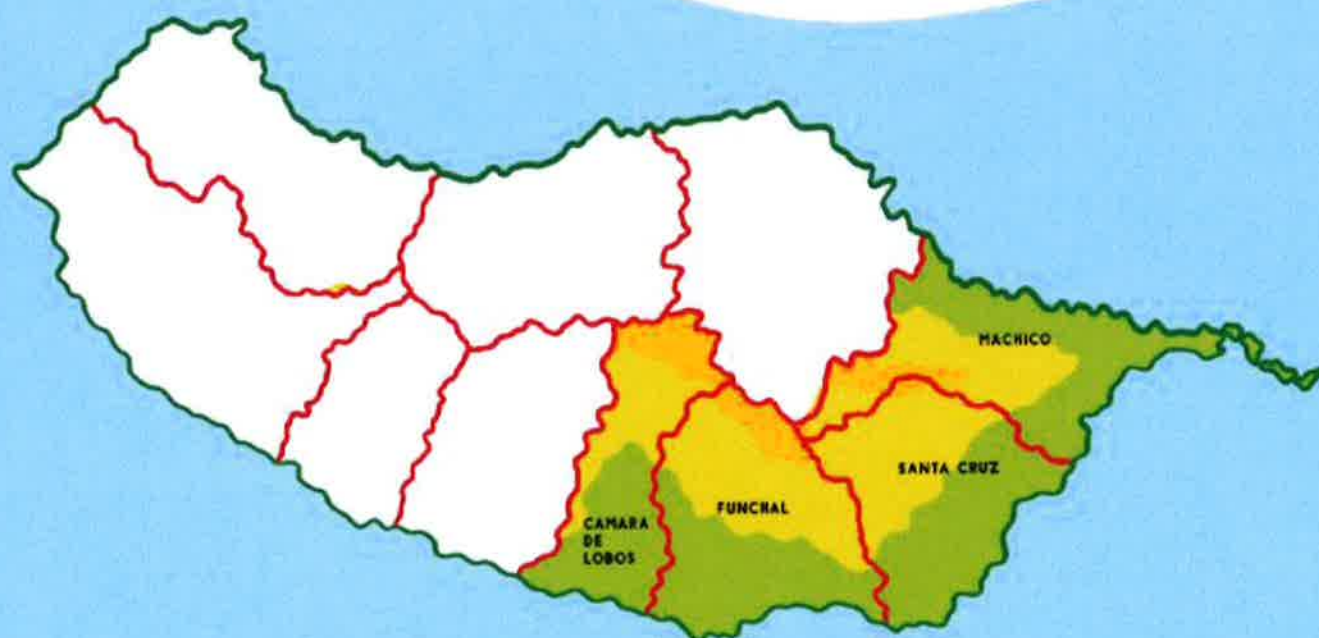


Um conjunto de infraestruturas que permite aos utilizadores da praia terem melhores condições na sua utilização.

É atualmente constituído por restaurante/bar, balneários, duches e um solário.

3.

ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA SMD





3. ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA SMD DE INTERESSE PÚBLICO

A SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S. A. foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro com objetivos bem definidos, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procurou implementar uma política de desenvolvimento local equilibrada, por forma a garantir uma melhor abertura aos mercados externos e dinamizar o investimento produtivo a nível local e regional.

A SMD prossegue fins de interesse público, tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos, que contribuam de forma integrada, para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da área metropolitana entre Câmara de Lobos e Machico.

Na concretização desses objetivos, procedeu à criação de infraestruturas, à implementação de equipamentos coletivos e à maximização dos recursos e das oportunidades, fundamentais ao desenvolvimento integrado do eixo Câmara de Lobos - Machico, rentabilizando os recursos endógenos na adequação de respostas às necessidades sentidas pela comunidade local e regional e promovendo a articulação entre serviços e estruturas locais, com vista à maximização de esforços na definição e concretização de planos integrados de desenvolvimento local.

Atendendo a que os municípios de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico apresentam características que indiciam ser concelhos de potenciais focos de investimento e progresso, foi, todavia, necessário, que se criassem um conjunto de mecanismos, por forma a permitir que o desenvolvimento se operasse de forma cautelosa, salvaguardando todo o seu espólio ambiental, patrimonial e natural.

Para a prossecução dos seus fins, nomeadamente no que se refere à construção e adaptação de infraestruturas, são conferidos à SMD, para além de outros que lhe venham a ser expressamente atribuídos por lei, os poderes para, segundo a lei, agir como entidade expropriante dos imóveis que foram e sejam necessários à prossecução do seu escopo social e, para o efeito, declarados de utilidade pública por resolução do Conselho do Governo Regional, designadamente:

- O direito de utilizar e administrar os bens do domínio público da Região Autónoma da Madeira que estejam ou venham a estar afetos ao exercício da sua atividade;
- Os poderes para proceder à gestão técnica, administrativa e financeira das intervenções operacionais incluídas nos Quadros Comunitários de Apoio para as intervenções estruturais



comunitárias nos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico, mediante a celebração de contratos-programa com a Região Autónoma da Madeira e o Estado;

- Foi transferida para a SMD a posição contratual ocupada pela Região, pelo Governo Regional, ou por entidades públicas de âmbito regional e local, em contratos, ou posições em situações jurídicas decorrentes de atos unilaterais da Administração, mas aceites por pessoas jurídicas privadas, que visem a execução de empreendimentos, que constem de plano de atividades previamente aprovado em Conselho do Governo e referente às áreas de intervenção abrangidas pela Sociedade;
- As obras a realizar pela SMD ficaram sujeitas ao disposto no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e legislação complementar, no que respeita ao modo e às garantias de execução e conclusão de empreitadas e fornecimentos, subordinação do contratante às exigências do interesse público.

À SMD são ainda conferidos os poderes e prerrogativas da Região Autónoma da Madeira quanto à proteção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos e instalações que lhe estejam afetos e das obras por si executadas ou contratadas, podendo ainda, nos termos da lei, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessite para estaleiros, depósito de materiais, alojamento de pessoal operário e instalação de escritórios, sem prejuízo do direito à indemnização a que houver lugar.

4. INVESTIMENTOS





4. INVESTIMENTOS

Na sequência da atual conjuntura económica e social, marcada pela incerteza quanto às expectativas de recuperação económica e aos melhores instrumentos para combater os efeitos da crise económica e financeira, o investimento da SMD, considerado numa ótica da aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, foram realizadas várias intervenções nos empreendimentos sob a sua administração e gestão, na ordem de 322 000,00€ e cujo financiamento foi suportado por receitas próprias, Lei de Meios e Lei do Jogo.

Os investimentos realizados, e em curso, possibilitaram a melhoria das condições de segurança e qualidade das infraestruturas, a maior parte de interesse público e de acesso universal gratuito, e a todos os stakeholders que através do arrendamento, concessão ou simples usufruto sócio desportivo, têm à sua disposição equipamentos de elevada qualidade.

Especial ênfase cultural para os investimentos realizados no passeio marítimo entre a Praia Formosa e os Scorridos e na segurança dos empreendimentos componente security.

Para a Reabilitação de Acessos e Áreas Ajardinadas no Centro do Caniço, foi reservada a maior fatia no investimento global (92 000,00€, aproximadamente 28,6%) e totalmente suportada por receitas próprias.

No Passeio Marítimo da Praia Formosa - Socorridos, foi realizado o segundo maior investimento global, aproximadamente 24,8%, a rondar os 80 mil euros. A promenade, que liga a Praia Formosa à baía de Câmara de Lobos é um espaço de fruição junto ao mar e de aprazível frequência e privilegiada localização para a realização de atividades de lazer e desportivas. Porém, esta é uma infraestrutura que requer uma elevada atenção e cuidado na manutenção, devido à proximidade do mar e sujeição inevitável dos efeitos das ondas do mar, designadamente a salinidade, incidindo particularmente no desgaste acelerado dos materiais que a compõem. Destaque ainda para as derrocadas que aconteceram e que obrigaram à reformulação do projeto e estudos geotécnicos iniciados em 2021.

Foram, ainda, realizados noutros empreendimentos da SMD, um conjunto de investimentos em conservação e manutenção que possibilitaram o prolongamento da vida útil, a melhoria das condições de segurança e qualidade naqueles espaços.

Nestes, especial ênfase, para a Praça da Autonomia, com um investimento a rondar os 44 mil euros, a Praia da Alagoa, a rondar os 32 mil euros, o Fórum Machico, a rondar os 25 mil euros, o Edifício da Ribeira da Boaventura, com um investimento a rondar os 25 mil euros e a Praça CR7, com um investimento a rondar os 13 mil euros. Estes empreendimentos, de referência nos



concelhos de Machico, Santa Cruz, Funchal e Câmara de Lobos, são uma ferramenta de promoção turística, cultura e de lazer da nossa ilha para os turistas que nos visitam e para a população em geral.

Sucintamente, e infra, descrevemos os investimentos realizados.

4.1. AQUISIÇÃO DE BENS E DE SERVIÇOS

FÓRUM MACHICO

- Prestação de Serviços por Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas dos Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento, em cumprimento da legislação em vigor e permitindo atuar de forma preventiva e em segurança;
- Manutenção Preventiva ao Grupo Gerador de Emergência, permitindo que em situações de falha de energia elétrica não haja interrupção da atividade e mitigando as avarias por cortes abruptos. Em situação de emergência permite a evacuação de pessoas em segurança;



- Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de AVAC do Fórum Machico, ainda mais premente face ao Covid-19, e garantindo as condições de salubridade e saúde pública;
- Elaboração das Medidas de Autoproteção e a Implementação no Empreendimento do Fórum Machico, incluindo a Manutenção Preventiva e corretiva de Central Supressora de Incêndio;






- Manutenção Preventiva Anual dos Sistemas de Som/CCTV/SADI/SADCO e UPS instalados do Edifício do Fórum Machico, permitindo o prolongamento da vida útil destes equipamentos, imprescindíveis à atividade do fórum Machico e de Safety e Security;

PRAÇA DA AUTONOMIA

- Reativação do ascensor n.º 1 do Parque de Estacionamento, permitindo o acesso em condições de segurança a todos os utentes da frente mar de Câmara de Lobos na zona da praia do Vigário;
- Fornecimento e Substituição do Quadro Elétrico da Central Elevatória existente no Edifício A da Praça da República em Câmara de Lobos por outro de maior capacidade;
- Reparação da Central Elevatória da Praia do Vigário na Praça da Autonomia;
- Fornecimento e Instalação de Guias e Corrente para a Bomba da Estação Elevatória, investimento considerável e importante para a manutenção de condições de higiene e salubridade, a que acresce a mitigação de riscos de descargas poluentes;



PRAÇA CR7 / PORTO DO FUNCHAL

- Levantamento Topográfico do Edifício do Porto do Funchal na Praça CR7, com vista a regularização patrimonial;



- Início de estudo de avaliação de um conjunto de construções e benfeitorias, em fase de construção, no âmbito do desenvolvimento do Projeto de Reconversão do Porto do Funchal;
- Substituição de sistema de Iluminação na praça CR7, permitindo melhoria energética e economicidade.

CENTRO DO CANIÇO

- Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação de Acessos e Áreas ajardinadas no Centro do Caniço;

Handwritten signature in blue ink.

PRAIA DA ALAGOA

- Limpeza, manutenção e monitorização das Palmeiras da Praia da Alagoa;
- Manutenção de bombas da Estação Elevatória da Praia da Alagoa, investimento importante para mitigar os riscos de escorrências de águas poluídas, prevenindo a poluição, designadamente marítima;



4.2. EMPREITADAS

CENTRO DO CANIÇO

- Empreitada de Reabilitação e Acessos de Áreas Ajardinadas no Centro do Caniço, que veio criar lugares de estacionamento, importantes no apoio à comunidade escolar em edifício contíguo. Com esta mais valia, permite ainda a redução de custos numa área que estava subaproveitada.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

4.3. PROJETOS CO FINANCIADOS

4.3.1. MADEIRA 14-20

4.3.1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Passeio Marítimo da Praia Formosa - Socorridos

A escarpa sobranceira em toda a promenade foi objeto de vistoria no sentido de serem verificadas as atuais condições geológicas e eventuais riscos de desprendimentos e derrocadas, a fim de mitigar os riscos de segurança dos utilizadores desta infraestrutura. Note-se que após o início das prestações de serviços, verificou-se uma grande derrocada em 2021, que obrigou à reformulação dos procedimentos.

- Deste modo, foram realizadas várias prestações de serviços, com destaque para:
 - Estudo pelo LREC, com emissão de relatório “Identificação sumária das instabilidades da escarpa sobranceira ao passeio marítimo dos Socorridos – Praia Formosa”;
 - Prestação de Serviços especializada, através do recurso a “rocheiros para limpeza de escarpa sobranceira à Promenade da Praia Formosa.” - Intervenção Urgente para a salvaguarda da segurança e reabertura da Promenade;
 - Levantamento Topográfico do Passeio Marítimo Praia Formosa-Socorridos, o qual servirá de base ao estudo geotécnico.



Figura 1 – Localização da zona vistoriada (IRIG, ortofotomapa de 2018)

Handwritten signature and initials in blue ink.

De igual modo, o passeio marítimo encontra-se bastante degradado face à sua localização e aos efeitos da ação do mar, pelo que urge uma rápida intervenção, precedida dos competentes estudos e projetos, com início em 2021, e que se destacam:

- Elaboração de Estudo Prévio para o projeto de recuperação do Passeio Marítimo da Praia Formosa;



- Trabalhos de limpeza de inertes e material rochoso ao longo do Passeio Marítimo da praia Formosa-Socorridos;



Handwritten signature and initials

- Prestação de serviços de rocheiros na escarpa instável junto ao Passeio Marítimo da Praia Formosa;



4.3.1.2. EMPREITADAS

Passeio Marítimo da Praia Formosa - Socorridos

- Empreitada de Reposição do Tabuleiro deslocado no Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos, cuja deslocação deveu-se ao temporal de fevereiro de 2021 e inviabilizou a utilização desta infraestrutura até abril;



- Trabalhos de limpeza e execução de bacia de retenção no Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos, também na sequência do mencionado temporal;

4.3.2. LEI DO JOGO

4.3.2.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Praia da Alagoa

- Levantamento Topográfico da Praia da Alagoa;
- Elaboração de Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Praia da Alagoa com vista à reabilitação do espaço, dotando-o de melhores condições sanitárias, serviços de apoio e espaço infantil complementar. Dotar ainda o empreendimento de condições de apoio adequadas as desporto e lazer, designadamente na componente do surf e do BTT. A empreitada será executada em 2022;



- Elaboração do Projeto de Reabilitação do Polidesportivo da Praia da Alagoa, dotando as infra-estruturas desportivas de apoio à comunidade, incluído a escolar, de melhores condições para a prática desportiva em segurança e com equipamentos adequados.

5. RECURSOS HUMANOS





5. RECURSOS HUMANOS

Para o exercício das suas atividades, a SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. dispõe de um quadro de pessoal qualificado, cujos indicadores da atividade social ao longo do ano de 2021 estão sucintamente indicados abaixo.

5.1 O EFETIVO DA SMD - SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.

O efetivo total da SMD-Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. em 31 de dezembro de 2021 era de 10 trabalhadores, aos quais adicionam-se os membros do Conselho de Administração⁷ - 3 Membros executivos e 2 Vogais não executivos, com a seguinte distribuição por vínculos:

QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULOS

Vínculo	N.º de trabalhadores
Nomeação/Eleição	5
Pessoal do quadro	10 ⁸

Fonte: SMD

O número de trabalhadores mantém-se em relação ao ano transato.

Do pessoal do quadro da SMD a 31 de dezembro de 2021, 6 trabalhadores encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos e empresas da RAM, conforme quadro seguinte:

QUADRO 6 – CEDÊNCIAS

N.º de trabalhadores	Tipo de Cedência	Serviço de Destino
1	Ocasional	PATRIRAM-Titularidade de Gestão de Património Público Regional, S.A.
2	Interesse Público	Secretaria Regional das Finanças
1	Interesse Público	Secretaria Regional de Turismo e Cultura
1	Interesse Público	IDR-Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
1	Interesse Público	IDE-Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM

Fonte: SMD

⁷ Os membros do Conselho de Administração desempenham funções em regime de acumulação, devidamente autorizado nos termos legais, na SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. e na SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

⁸ Inclui os trabalhadores cedidos a outras Entidades.



5.2 CARGOS DE DIREÇÃO E CHEFIA

A SMD não dispõe de trabalhadores nomeados em regime de comissão de serviço para o desempenho de cargos de chefia.

5.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS

Quanto à distribuição dos efetivos por grupo profissional, evolução e níveis de qualificação, estão sucintamente resumidas no quadro seguinte:

QUADRO 7 – EFETIVOS / CATEGORIA PROFISSIONAL

<i>Categoria Profissional</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>
Técnico Superior	7	7
Assistente Técnico	2	2
Técnico de Informática	1	1
TOTAL	10	10

Fonte: SMD

Note-se que do quadro supra, fazem parte apenas os trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da SMD.

5.4 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR UNIDADE ORGÂNICA

A distribuição dos ativos, por unidade orgânica, foi a seguinte:

QUADRO 8 – ATIVOS / UNIDADE ORGÂNICA

<i>Unidade Orgânica</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Distribuição%</i>
Sede	3	75%
Fórum Machico	1	25%
TOTAL	4	100%

Fonte: SMD

Note-se que do quadro supra, fazem parte apenas os trabalhadores ativos da SMD.

5.5 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO

A distribuição geográfica dos ativos, por concelho, foi a seguinte:

QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DOS ATIVOS

<i>Concelho</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>
Funchal	4	3
Machico	1	1
TOTAL	5	4

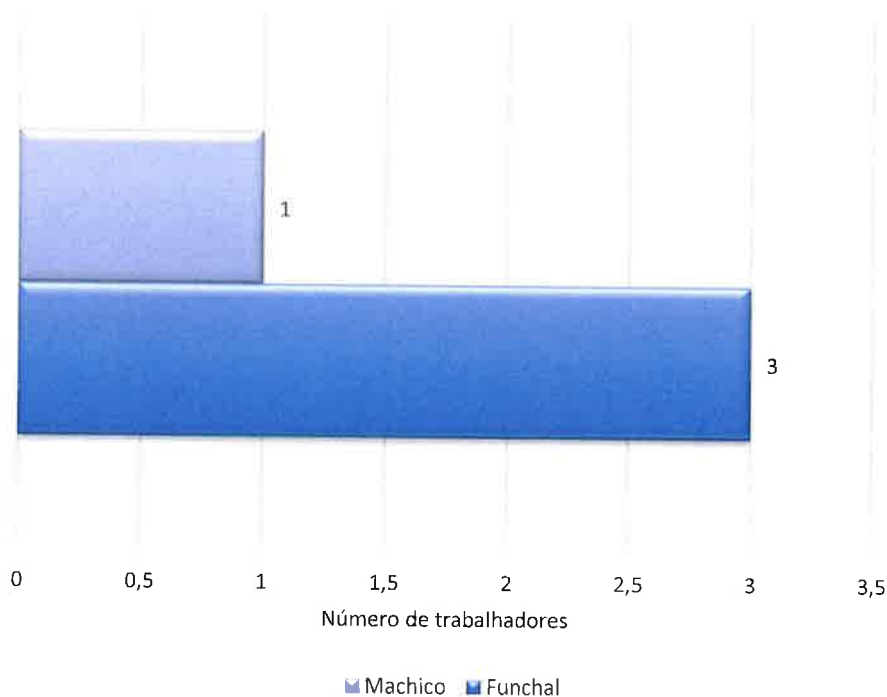
Fonte: SMD

Na Sede, para além dos membros executivos do Conselho de Administração, desempenham funções 3 trabalhadores, representando 75% dos trabalhadores ativos da empresa.

No concelho de Machico, mais concretamente no Fórum Machico, a SMD tem 1 trabalhador com funções de manutenção.

No gráfico 4 abaixo apresentado, está demonstrada a distribuição dos trabalhadores ativos, por concelho.

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR CONCELHO



Fonte: SMD

Handwritten signature and initials in blue ink.

5.6 MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Em termos de movimentação de pessoal, no ano 2021 verificou-se:

- 1 cedência de interesse público de uma trabalhadora para desempenhar funções na Secretaria Regional das Finanças, nomeadamente para a Direção Regional Adjunta das Finanças.

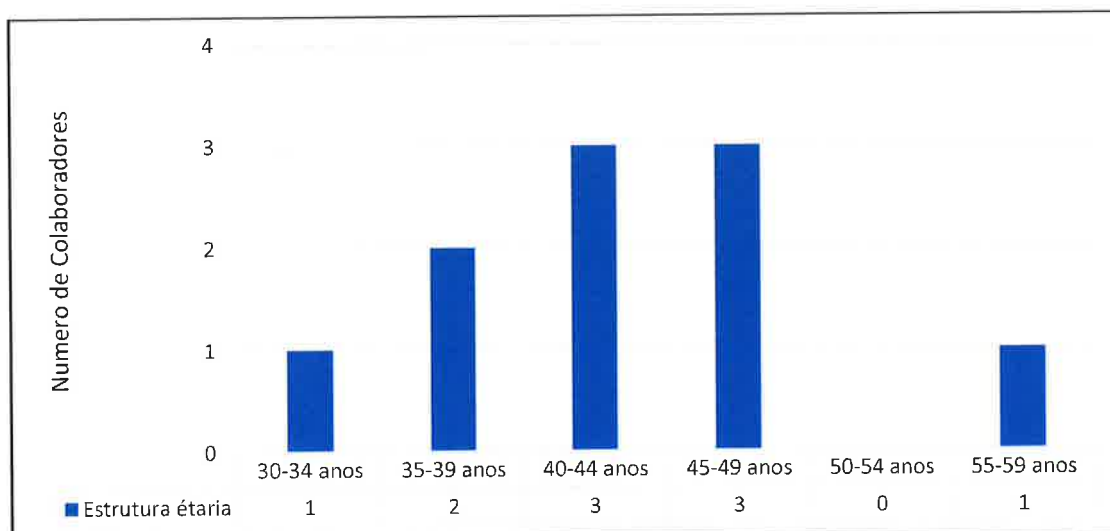
5.7 MOBILIDADE NA CARREIRA

Em 2021, na SMD-Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. não se verificou qualquer mobilidade na carreira.

5.8 EFETIVO / ESTRUTURA ETÁRIA

A análise do nível etário do efetivo apresenta a seguinte distribuição:

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS EFETIVOS



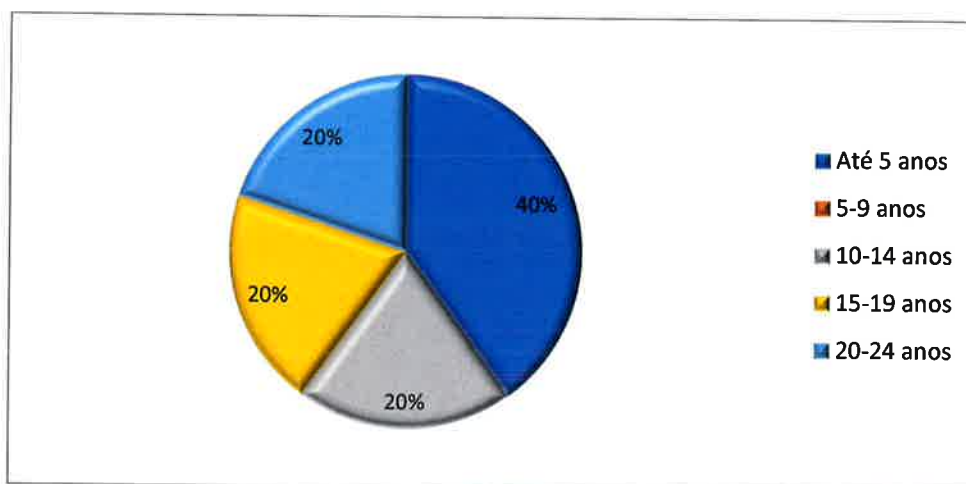
Fonte: SMD

A média etária dos trabalhadores efetivos da SMD situa-se entre os 40 e os 49 anos.

5.9 EFETIVO / ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE

A análise do efetivo e estrutura de antiguidade leva-nos a concluir o seguinte:

GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR ANTIGUIDADE



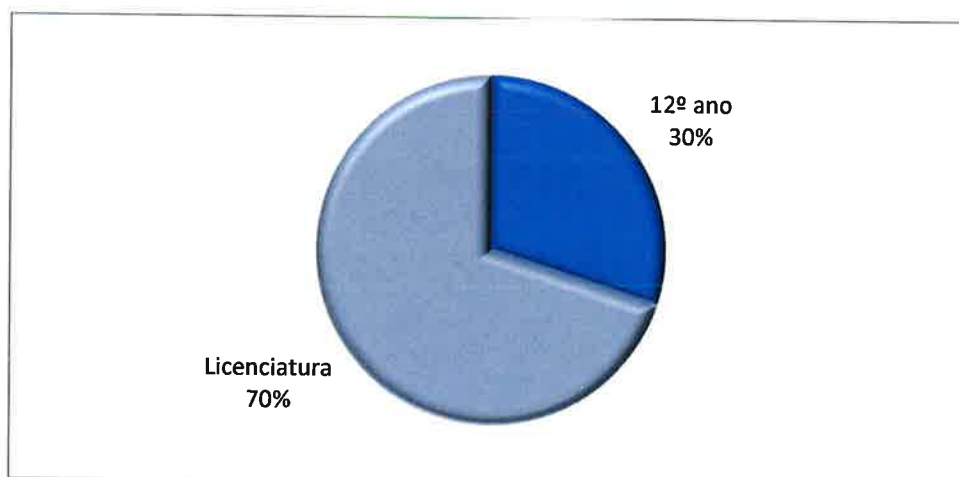
Fonte: SMD

Na SMD, 40% do efetivo global apresenta uma antiguidade média até 5 anos, embora 60 % do efetivo apresente uma antiguidade entre 5 e 20 anos, ou seja, em cada intervalo considerado, verifica-se uma distribuição idêntica de 20% cada.

5.10 EFETIVO / ESTRUTURA HABILITACIONAL

A análise do efetivo e as respetivas habilitações leva-nos a concluir o seguinte:

GRÁFICO 7 – ESTRUTURA HABILITACIONAL



Fonte: SMD

Na SMD, 70% dos recursos humanos possui como habilitações literárias licenciatura e 30% possui ensino secundário completo.



5.11 PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O período normal de trabalho semanal do pessoal da SMD é de 35 horas ou 40 horas, conforme o contrato de trabalho celebrado entre o trabalhador e a SMD.

O potencial máximo anual de trabalho em 2021 foi de 696 dias, descontados os dias de descanso, as férias, os feriados e as tolerâncias de ponto.

De salientar que os dias de férias representaram uma perda de 78 dias. Contribuíram para este número a antiguidade dos trabalhadores, pois por cada dez anos de serviço acresce um dia de férias aos 25 estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Cada colaborador trabalhou, em média, 220 dias no ano de 2021.

É de salientar que esta informação é referente apenas aos trabalhadores do quadro de pessoal ativo.

5.12 ABSENTISMO

O número de dias de faltas por doença foi de 15 dias.

5.13 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE

No ano em análise, foi adjudicada a prestação de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho de modo a dar cumprimento ao imperativo legal constante na Lei 102/2009 de 10 de setembro.

Todos os trabalhadores da SMD, sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho, assegurado pela Companhia de Seguros Tranquilidade.

5.13.1 HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – MEDIDAS COVID

Dotou-se as instalações com os meios de proteção adequados à presença da COVID-19, designadamente através da colocação de painéis acrílicos e da aquisição de produtos de desinfecção, máscaras, fatos de proteção e viseiras.

Foram atualizados os planos de contingência para a Sede, bem como, para as infraestruturas e respetivos planos de retoma de atividade para os empreendimentos, conforme as indicações providas pelas Autoridades competentes.



5.14 RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA

Na SMD-Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. os trabalhadores não são sindicalizados.

Os trabalhadores têm vínculo jurídico laboral de contrato de trabalho sem termo (9) e contrato de trabalho a termo certo (1).

Não existe Acordo de Empresa, pelo que os contratos dos trabalhadores regem-se pela Lei Geral do Trabalho.

5.15 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano 2021, foram realizadas 2 ações de formação:

- Curso técnico de formação e animação turística.
- Curso de boas práticas no âmbito da COVID-19.

As formações supramencionadas tiveram um total de 3 participantes e 558 horas de formação.

O ano de 2021 pautou-se pela aposta na continuidade da formação dos trabalhadores da SMD.

5.16 COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

5.16.1 INSTITUTO DE EMPREGO DA MADEIRA, IP

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. possibilitou a realização de Programas de Emprego. No decurso de 2021 foram colocados:

- Programa de ocupação temporária para desempregados (POT):
 - Um jurista;
 - Três assistentes operacionais.
- Medida de apoio à integração de subsidiados (MAIS):
 - Dois assistentes operacionais.



5.16.2 COMUNIDADE ESCOLAR

A SMD possibilitou, ainda, a colocação de 2 jovens no Fórum Machico através do Programa “Jovem em Formação”, que visa promover a ocupação dos tempos livres dos jovens, de modo transversal e integrativo, através do desempenho de atividades formativas que permitam o contacto experimental com algumas áreas profissionais, de modo a desenvolver o seu sentido de responsabilidade e de participação social.

6.

GOVERNO DAS SOCIEDADES

ANEXOS
Relatório e Contas 2021

**RELATÓRIO
E CONTAS**

**RELATÓRIO
E CONTAS**

MARÇO 2022

2021

**OUTRAS
AÇÕES**

**ANÁLISE
FINANCEIRA**



6. GOVERNO DA SOCIEDADE

Este capítulo dá cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de *Governance*, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da SMD.

6.1 MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA

O enquadramento jurídico da SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09 de janeiro, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da SMD.

É uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público, sendo que a 31 de dezembro de 2020 a sua estrutura societária era detida em 100% pela Região Autónoma da Madeira⁹.

Desde 2014 a SMD integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR - Empresa Pública Reclassificada.

Apresenta-se com a designação comercial Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento e prossegue fins de interesse público, tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

A sua constituição permitiu dotar aqueles concelhos de investimentos que contribuíram para o seu desenvolvimento sócio económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego;

⁹ Cujá tutela está cometida à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 9/11.



Participar no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas da Região Autónoma da Madeira, em prol do desenvolvimento sócio económico da RAM. Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram acometidas à SMD, esta tem por:

| Missão

A missão da SMD consiste em promover o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

| Visão

A ação da SMD visa a Rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

| Valores

- Responsabilidade
- Compromisso
- Excelência
- Transparência
- Inovação

Os diversos instrumentos, estratégias e programas existentes, deverão ser aproveitados pela SMD e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento social, turístico e económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento de singularidade e atuação numa lógica de negócio colocando as suas infraestruturas no mercado;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com os parceiros privados.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

O ano de 2021 caracterizou-se por um abrandamento da economia regional, refletida nas consequências da Pandemia COVID 19, onde por razões sobejamente reconhecidas, os fluxos de turismo e a circulação das pessoas foram fortemente penalizadoras da atividade da empresa.

6.2 ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

Desde 2012 que existem serviços partilhados entre a SMD e as restantes três Sociedades de Desenvolvimento (Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.).

A estrutura organizacional da SMD assenta no organograma infra, comum às quatro Sociedades de Desenvolvimento:





6.3 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Os objetivos estratégicos e operacionais definidos para 2021, vertidos no Plano de Atividades para 2021 foram aprovados pelo acionista em Assembleia Geral realizada a 29 de dezembro de 2020.

6.4 ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTOS INTERNOS

A complexidade do enquadramento legal da SMD, enquanto empresa pública reclassificada, condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação muito diversa, desde o Código das Sociedades Comerciais ao Código da Contratação Pública, desde as normas da Contabilidade Orçamental às normas da Contabilidade Patrimonial.

Alguns regulamentos, pela sua relevância e especificidade, podem ser consultados no sítio da SMD www.sociedadesdesenvolvimento.com.

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Estatutos da SMD;
- Alterações aos Estatutos da SMD;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Alterações ao SERAM;
- Estatuto jurídico do Gestor público;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei de Enquadramento Orçamental;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Código da Contratação Pública;
- Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira.



Regulamentos Internos:

- Preçários aplicáveis às infraestruturas e empreendimentos da SMD;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Plano de Contingência COVID – 19;
- Plano de Retoma da Atividade – mitigação das medidas COVID – 19;
- Regulamento de pagamentos;
- Certificação de Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos associados ao COVID-19;
- Normas e circulares emitidas pelo Conselho de Administração e Coordenadores de gestão corrente dos serviços.

6.5 IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – TRIÉNIO 2020-2022

A 31 de dezembro de 2021 a composição dos órgãos sociais, eleitos em Assembleia Geral realizada em 29 de dezembro de 2019, era a seguinte:

6.5.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Secretário: Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara

6.5.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Vogal Executivo: Ricardo Jorge Santana Morna Jardim

Vogal Não Executivo: Júlia Isabel Vieira Lopes

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

6.5.3 FISCAL ÚNICO

Efetivo: PKF – SROC, S.A., representada pelo sócio José de Sousa Santos

Suplente: Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha

6.5.4 CONTABILISTA CERTIFICADO

Embora não sendo parte integrante de um órgão social, de realçar que as funções de contabilista certificado, exercidas nos termos e para os efeitos dos Estatutos do Contabilista Certificado, são desempenhadas pela Opção Divina, Lda., representada pelo contabilista Certificado Roberto Luís da Silva Vaz Barros, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados com o n.º 81367.

6.5.5 FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS / REPRESENTAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração desempenham funções, em regime de acumulação¹⁰, autorizado por Despacho Conjunto do Vice Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, datado de 2 de janeiro de 2020, na SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., na SDPS- Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., na SDNM-Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e na Ponta do Oeste-Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A..

6.5.6 COMPETÊNCIAS, REPRESENTAÇÃO E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÁREAS DE TUTELA

O Conselho de Administração é constituído por cinco membros:

- **Membros executivos:**
 - 1 Presidente;
 - 2 vogais.
- **Membros não executivos:**
 - 2 vogais.

¹⁰ De acordo com os critérios previstos na Resolução n.º 392/2015, de 19 de maio.



Em cumprimento do artigo 405.º do Código das Sociedades Comerciais foi aprovado o RFCA - Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 12.º dos Estatutos da SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A, tem como principais competências:

1. Assegurar a gestão dos negócios da Sociedade e praticar todos os atos necessários à prossecução do seu objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos, cabendo-lhe, designadamente:
 - a) Elaborar o plano de atividades, anual e plurianual;
 - b) Elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução;
 - c) Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
 - d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
 - e) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;
 - f) Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras no mercado financeiro, ressalvados os limites legais;
 - g) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;
 - h) Decidir sobre a admissão de pessoal e sua remuneração;
 - i) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
 - j) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei, independentemente e sem prejuízo das que lhe sejam delegadas pela assembleia geral.
2. Delegação de competências: Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho de administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em comissões especiais algum ou alguns dos poderes, conforme consta do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.
3. Incumbe, especialmente, à Presidente do Conselho de Administração:
 - a) Representar o conselho em juízo e fora dele;



- b) Coordenar a atividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respectivas reuniões;
- c) Voto de qualidade em caso de empate, nas deliberações do conselho de administração;
- d) Zelar pela correta execução das deliberações do conselho de administração.

Em cumprimento do disposto no artigo 13.º dos Estatutos da SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A e do RFCA, o Conselho de Administração reúne ordinariamente duas vezes por semana e extraordinariamente sempre que convocado pela Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de dois administradores e conforme consta do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 14.º dos Estatutos da SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A, a Sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura da Presidente do Conselho de Administração;
- b) Pela assinatura dos dois vogais do Conselho de Administração, nos termos da respetiva delegação de poderes;
- c) Pela assinatura de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respetivos poderes;
- d) Pela assinatura de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respetivos poderes.
- e) Em assuntos de mero expediente, pela assinatura de um dos vogais do Conselho de Administração.

Nos termos do RFCA, a forma de obrigar pagamentos e levantamento de fundos é a seguinte:

- a) As autorizações para o pagamento de despesas e para o levantamento de fundos serão efetuadas pela emissão de cheques, ordem de transferência de fundos ou de crédito em conta bancária e ainda através de outra forma que se imponha, decorrente das condições de utilização da plataforma da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E;
- b) Os documentos são nominativos e obrigam a duas assinaturas do Conselho de Administração, independentemente do definido nos Estatutos desta Sociedade e no procedimento operacional de utilização da plataforma do IGCP.



Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares de todos os membros do Conselho de Administração.

Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

| Formação Académica

- Licenciatura em Gestão de Instituições Financeiras - Universidade da Madeira;
- Formação Pedagógica de Formadores, pela Magna Voce;
- Pós-Graduação em Direitos do Consumidor, pela Universidade de Coimbra.

| Atividade Profissional Atual

- Desde março de 2018 - Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A..

| Atividade Profissional Anterior

- De outubro de 2017 a março de 2018 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira;
- De maio de 2015 a agosto de 2017 - Presidente da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
- De outubro 2004 a abril de 2015 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira;
- De janeiro de 2000 a outubro de 2004 - Gestora de clientes no Millennium BCP;
- De julho de 1998 a novembro de 1999 - Estágio em Contabilidade;
- De julho 1997 a setembro 1997 - Apoio nas atividades de secretaria e faturação.

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

| Formação Académica

- Licenciatura em Política Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;
- Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal no Instituto Superior de Transportes;



- Pós-Graduação em Estudos Europeus, variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito na Universidade Clássica de Lisboa;
- Frequência da Licenciatura em Gestão na Universidade da Madeira;
- 5.º Ano de Língua Francesa – Alliance Française;
- Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração no Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo.

| Atividade Profissional Atual

- Desde novembro de 2019, Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A..

| Atividade Profissional Anterior

- De março de 2014 a dezembro de 2016 e de outubro de 2017 a outubro de 2019 - Vogal Executiva do Conselho de Administração da APRAM-Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- De maio de 2012 a março de 2014 – Vogal da Mesa da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- De maio de 2010 a março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De março de 2001 a abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De novembro de 1997 a fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;
- De abril de 1986 a agosto de 1991 - Técnica Superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria Regional do Plano e na Direção Regional de Portos;
- De janeiro a abril de 1985 - Docente na Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;



- De outubro de 1984 a outubro de 1985 - Estágio profissional na UBP-União de Bancos Portugueses.

| Participação em Comissões/Grupos de Trabalho

- Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;
- Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);
- Representante da APRAM, S.A. como membro suplente no Centro de Coordenação Operacional Regional;
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante no grupo de trabalho previsto no DL n.º 51/2016, de 23 de agosto, que regula as condições para a obtenção do peso bruto verificado de cada contentor para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança de Contentores (CSC), 1972, que é carregado num navio a que se aplique o capítulo VI da Convenção Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), 1974, e fixa as condições de credenciação necessárias;
- Representante suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos.

Vogal Executivo: Ricardo Jorge Santana Morna Jardim

| Formação Académica

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

| Atividade Profissional Atual

- Desde janeiro de 2020 - Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A..



|Atividade Profissional Anterior

- De 2001 a 2019 - Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora S.A.;
- De 1995 a 2001 - Sócio-Gerente do CELFF-Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, Lda.;
- De 1994 a 1995 - Diretor de operações do Grupo Jerónimo Martins;
- De 1991 a 1994 - Conselho de Gerência da Codibal-Comércio e distribuição de bebidas e alimentação, Lda.;
- De 1989 a 1994 - Administrador da Madibel-Indústria de Alimentos e Bebidas, S.A.

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

|Formação Académica

- Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

|Atividade Profissional atual

- Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração das Sociedades de Desenvolvimento.

|Atividade Profissional Anterior

- De 2011 a 2016 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus;
- De 2007 a 2011 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social;
- De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social e Transportes;
- De 1993 a 2007 - Arquiteto/Consultor na elaboração de pareceres sobre projetos de Arquitetura de empreendimentos hoteleiros e similares no âmbito das competências da Direção Regional do Turismo, Secretaria Regional do Turismo e Cultura;



- De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;
- De 1985 a 1986 - Docente na Escola da Levada, das disciplinas de Projeto de Construção e de Medições e Custos, do Curso Técnico Profissional de Construção Civil (Pós-Laboral);
- De 1979 a 1980 - Docente na Escola Preparatória do Porto Santo, das disciplinas de Educação Visual e Físico-Química;
- Em 1979 - Docente na Escola Preparatória da Achada, das disciplinas de Educação Visual.

Vogal Não Executivo – Júlia Isabel Vieira Lopes

| Formação Académica

- Licenciatura em Direito, menção de Jurídico/Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Estágio de Advocacia no Centro Distrital de Estágio da Ordem dos Advogados da Madeira terminado a 11 de maio de 1992;
- Detentora da Cédula Profissional de Advogado n.º 88M, emitida pela Ordem dos Advogados em 11 de junho de 1993, ora suspensa;
- Frequência do curso de pós-licenciatura em Estudos Europeus, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, promovido em parceria entre o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e o Instituto Superior de Gestão.

| Atividade Profissional Atual:

- Técnica Superior no Gabinete Jurídico da Vice-Presidência do Governo Regional e Assuntos Parlamentares;
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração das Sociedades de Desenvolvimento.

| Atividade Profissional Anterior:

- De 2015 a 2019 exerceu funções de Chefe de Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais;



- De 2012 a 2015, face à reestruturação de serviços operada da Secretaria Regional do Plano e Finanças exerceu as funções de Diretora do Gabinete Jurídico e da Zona Franca da Secretaria Regional das Finanças;
- De 1993 a 2011 exerceu as funções de Diretora do Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídico, órgão de apoio direto ao Secretário Regional das Finanças;
- De 1990 a 1993 desempenhou a funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Secretaria Regional das Finanças;
- De 1989 a 1990 ingressou na função pública, tendo exercido funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Vice-Presidência e Coordenação Económica.

|Outros

- De 1997 a 2006 exerceu, na qualidade de representante do Governo Regional, as funções de Vogal e de Presidente do Conselho de Administração da empresa “Planal - Sociedade de Planeamento e Desenvolvimento da Madeira, S.A.”;
- De 2011 a 2015 exerceu as funções de vogal sem funções executivas do Conselho Administrativo único das Sociedades de Desenvolvimento do Norte da Madeira. S.A., Zona Oeste- Ponta Oeste, S.A., Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e do Porto Santo, S.A.;
- De 2015 a 2019 exerceu as funções de Vice-Presidente da Assembleia Geral da Empresa “ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”.

6.5.7 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são as seguintes:

| Assembleia Geral

- Presidente: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.
- Secretário: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

| Conselho De Administração

- Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da SMD, de 30 de dezembro de 2019, indicadas no quadro infra:

QUADRO 8 – RESUMO TOTAL DAS REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Un.: Euros

Descrição	Valor anual	Nivalda Gonçalves	Fátima Carvalho ¹¹	Ricardo Morna	Júlia Isabel	Paulo Costa
Remuneração Base		9.526,92€	11.897,76€	7.933,20€	1.983,36€	1.983,36€
Subsídio de Férias/Natal		1.587,82€	1.982,96€	1.322,20€		
Subsídio de Alimentação		265,94€	262,36€	265,94€		
Despesas de Representação		4.011,36€	3.340,32€	3.340,32€		
CGA/Segurança Social/AT		3.989,49€	4.090,04€	2.991,46€	471,00€	471,00€
Comunicações				142,55€		
TOTAL		19.381,53€	21.573,44€	15.995,67€	2.454,36€	2.454,36€

Fonte: SMD

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, SAMS e ADSE, consoante a situação aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

| Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, KPF – SROC, S.A., durante o ano de 2021, foi de 3.904€.

| Contabilista Certificado

Os honorários pagos à Opção Divina no ano de 2021 foram 2.745€

¹¹ A Vogal executiva optou vencimento do lugar de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 23.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, autorizado por Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional e Assuntos Parlamentares e a autorização expressa na eleição dos membros para os órgãos sociais.



6.6 REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES

No exercício de 2021 foram realizadas 79 reuniões, tendo sido tomadas 142 deliberações pelo Conselho de Administração. Nestas estão incluídas 2 reuniões de Conselho de Administração alargado¹².

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no exercício de 2021:

6.6.1 GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Aprovar o Relatório de Gestão, Contas do Exercício e demais documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte;
- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e vinte;
- Aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois e demais documentos que o integram;
- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois;
- Aprovar a Minuta Tipo para Acordo de Regularização de Dívida entre terceiros e as Sociedades de Desenvolvimento em virtude de atrasos no pagamento resultantes do impacto do Covid-19;
- Aprovar as alterações ao Plano de Contingência e implementar nas instalações da SMD no âmbito da pandemia COVID – 19, na sequência das sucessivas orientações das Autoridades de Saúde;
- Aprovar o pagamento da taxa de utilização do domínio marítimo - restaurante/bar e esplanada Praia Formosa e Instalações de apoio;
- Aprovar o Regulamento e atualização do tarifário do Fórum Machico;
- Aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2020 e Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de 2020;

¹² Conselho de Administração com a presença dos vogais não executivos



- Aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2020;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 1º Semestre 2021;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 1º Trimestre 2021;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre 2021;
- Autorizar a Renovação de Seguros – Riskseg;
- Mandar proceder à Inspeção e Avaliação da cortina corta-fogo do auditório do Fórum Machico;
- Propor ao acionista a celebração de contratos programa ao abrigo dos montantes aprovados no ORAM 2021 para financiamento de projetos PIDDAR, através da lei de Meios para a reabilitação do Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos, danificadas pela intempérie de 20 de fevereiro de 2010;
- Propor ao acionista a celebração de contratos programa ao abrigo dos montantes aprovados no ORAM 2021 para financiamento de projetos PIDDAR, através da Lei do Jogo para a revitalização da praia da Alagoa, danificadas pela intempérie de 20 de fevereiro de 2010;
- Propor ao acionista a celebração de contratos programa ao abrigo dos montantes aprovados no ORAM 2021 para financiamento de projetos PIDDAR, através do fundo de Coesão Nacional;
- Propor ao acionista a celebração de contratos programa ao abrigo dos montantes aprovados no orçamento suplementar para 2021 para fazer face ao acréscimo da despesa e redução da receita das taxas e rendas devido ao COVID – 19.

6.6.2 REPRESENTAÇÃO DA SMD EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

A SMD fez-se representar na Comissão Consultiva do POTRAM pelo Arquiteto Saulo Nunes, que integra a Unidade de Gestão dos Equipamentos e Infraestruturas (UGEI).

6.6.3 RECURSOS HUMANOS

- Apresentar candidatura aos:



- Programa MAIS;
- Programa Ocupacional de Desempregados (POT);
- Aprovar os mapas de férias para o ano de 2021;
- Autorizar a cedência por interesse público de uma trabalhadora;
- Solicitar, via tutela, a atribuição de suplementos remuneratórios;
- Propor à Assembleia Geral a atualização salarial nos termos definidos para os demais trabalhadores do setor público empresarial;
- Aprovar a Renovação da Comissão de Serviço dos Coordenadores e as minutas de contrato de trabalho em regime de comissão de serviço;
- Adjudicar a prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

6.6.4 GESTÃO FINANCEIRA / EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO / ARD'S

- Aprovar as 16 alterações orçamentais efetuadas no ano de 2021;
- Aprovar o Acordo de Regularização de Dívida entre a SMD e o concessionário José Ivo Correia;
- Autorizar a constituição de Fundo de Maneio para o ano de 2021;
- Aprovar o Acordo de Regularização de Dívida entre a SMD e Associação Náutica de Câmara de Lobos.

6.6.5 GESTÃO DOCUMENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ELETRÓNICO

- Aprovar templates com a Uniformização das Minutas de informações e ofícios das Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma de Gestão Documental para as Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a aquisição de equipamento informático e licenças Office;
- Adjudicar a Prestação de Serviços para Utilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública pelas Sociedades de Desenvolvimento; Procedimento de Ajuste Direto;



- Adjudicar a aquisição de Serviços para Gestão Documental e Arquivo pelas Sociedades de Desenvolvimento.

6.6.6 CONTRATOS DE ARRENDAMENTO, ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS E CONTRATOS DE CONCESSÕES

- Autorizar a celebração de Protocolo e condições de pagamento com o Grupo de Teatro de Machico;
- Aprovar a Minuta de Contrato de Utilização da Fração L2 localizada no Edifício B, sito à Praça da Autonomia, Freguesia e Concelho de Câmara de Lobos;
- Autorizar a Celebração de Protocolo com a OCEÂNICA - Associação para a Investigação e Promoção do Mar da Madeira;
- Autorizar a emissão de licença para a Utilização de Sala de Eventos na Ribeira da Boaventura, Santa Cruz.

6.6.7 ESTUDOS E PROJETOS

- Adjudicar a Prestação de Serviços de Estudo Prévio para Projeto de Recuperação do Passeio Marítimo da Praia Formosa- Socorridos;
- Adjudicar a prestação de serviços para a elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades do Empreendimento da Praia da Alagoa;
- Adjudicar a prestação de serviços para a realização do estudo de avaliação de um conjunto de construções e benfeitorias, em fase de construção, no âmbito do desenvolvimento do projeto de Reversão do Porto do Funchal;
- Adjudicar a Prestação de Serviços para Elaboração de Projeto de Execução de Cobertura do Polidesportivo da Praia da Alagoa;
- Adjudicar a Prestação de Serviço para elaboração do projeto para a Certificação Energética do empreendimento do Fórum Machico;
- Autorizar a Prestação de Serviço para Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas dos Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Levantamento Topográfico da Praia Alagoa;



- Autorizar a Prestação de Serviços de Levantamento Topográfico da Escarpa adjacente no passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Levantamento Topográfico do Edifício do Porto do Funchal na Praça CR7;
- Autorizar a prestação de serviços para a Elaboração das Medidas de Autoproteção e Implementação do Empreendimento do Fórum Machico;
- Autorizar a Prestação de Serviços para a Elaboração de Projeto Geotécnico de "Contenção de Escarpa sobranceira ao Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos;

6.6.8 EMPREITADAS, AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- Adjudicar a Prestação de Serviços de Rocheiros na Escarpa Instável junto ao Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos;
- Autorizar a aquisição de armaduras de iluminação de emergência autónoma (permanente/não-permanente) em LED, para empreendimentos da SMD, S.A.
- Autorizar a Aquisição de holofotes para a cobertura da Praça CR7;
- Autorizar a aquisição de materiais de proteção e desinfecção no âmbito do COVID-19;
- Autorizar a Aquisição de Serviços para Gestão Documental e Arquivo das Sociedades de Desenvolvimento;
- Autorizar a colocação de bebedor na sede da Sociedade de Desenvolvimento;
- Autorizar a Empreitada de arranjos gerais na Sala Polivalente do Edifício da Ribeira da Boaventura;
- Autorizar a Empreitada de Reabilitação de Acessos e Áreas Ajardinadas no Centro do Caniço;
- Autorizar a empreitada de Reposição de Tabuleiro deslocado no Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos;
- Autorizar a limpeza, manutenção e monitorização de Palmeiras existentes no Empreendimento da Praia da Alagoa;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Limpeza de inertes e material rochoso ao longo do Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos;



- Autorizar a prestação de serviços de Manutenção Preventiva Anual dos Sistemas de Som, CCTV, SADI, SADCO e UPS instalados do Edifício do Fórum Machico;
- Autorizar a prestação de Serviços de Reparação de bombas retiradas da estação elevatória Praia da Alagoa;
- Autorizar a Prestação de Serviços para a Reativação do ascensor n.º 1 do Parque de Estacionamento e Desmantelamento total dos Ascensores n. OS 1 e 2 da Praça da Autonomia;
- Autorizar o Fornecimento de gasóleo mineral para o grupo gerador de emergência do Edifício Fórum Machico;
- Autorizar o Fornecimento e Substituição do Quadro Elétrico Central Elevatória do Edifício A na Praça da República em Câmara de Lobos;
- Autorizar o Início de Procedimento para a Elaboração de Certificação Energética do empreendimento, Fórum Machico, com vista à candidatura ao programa REACT;
- Autorizar o início de procedimento para a Empreitada de Reabilitação da Praia da Alagoa;
- Autorizar o início de procedimento para a Prestação de Serviços de Telecomunicações e Equipamentos;
- Autorizar os Trabalhos de limpeza e execução de bacia de retenção no Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos;
- Homologar o relatório do júri para a Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar Aquisição de Combustível para as Viaturas, Máquinas e Equipamentos das Sociedades de Desenvolvimento;
- Adjudicar a prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de AVAC do Empreendimento do Fórum Machico;
- Autorizar a Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação de acessos e áreas ajardinadas no Centro do Caniço;
- Autorizar a Prestação de serviços de reparação da Central Elevatória da Praia do Vigário;

6.6.9 ASSESSORIA JURÍDICA / CONTENCIOSO



- Mandatar a “Abreu & Associados – Sociedade de Advogados RL” para o exercício do direito de audição do recurso hierárquico interposto junto da Autoridade Tributária para reembolso do IVA;
- Adjudicar a prestação de Serviços de Assessoria Jurídica para Acompanhamento do Processo Judicial n.º 92/20.6BEFUN;
- Tomar conhecimento do Pedido de informação requerido pela Procuradoria da República;
- Adjudicar a prestação de serviços de Assessoria Jurídica Especializada.

6.6.10 MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

- Adjudicar a criação e desenvolvimento de conteúdos para relançamento no mercado internacional da imagem gráfica da Praça CR7, Fórum Machico e Praia da Alagoa.

6.6.11 ATIVIDADES FILANTRÓPICAS/RESPONSABILIDADE SOCIAL DA SMD

- Autorizar a utilização da Sala de Cinema / Multiusos 2 para a Comemoração do Dia Mundial da Cultura;
- Autorizar a permuta do valor da utilização do auditório por um anúncio de ½ página a cores na edição JM;
- Autorizar a permuta o desconto de 50% na utilização do auditório, Associação Cultural 4 Litro por ser um espetáculo sem público e com fins recreativos no período da pandemia;
- Autorizar a utilização do auditório para o espetáculo pela Banda Municipal de Santana como fomento aos novos compositores madeirenses e às bandas filarmónicas, mantendo a tradição com inovação;
- Disponibilizar instalações ao IASAUDE para a vacinação Covid às pessoas da zona leste da Madeira;
- Autorizar a utilização da sala polivalente, com um desconto de 50% para o Projeto de Intervenção comunitária no âmbito do combate à diabetes.

6.7 ENTIDADES ENCARGADAS DE AUDITORIA EXTERNA



- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Regional do Trabalho;
- Instituto de Desenvolvimento Regional. IP;
- PKF– SROC, Lda;
- Secretaria Regional das Finanças;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Tribunal de Contas;
- Unidade Técnica de Acompanhamento ao Setor Empresarial Regional.
- Outras que, no âmbito das suas atribuições de inspeção/fiscalização sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

6.8 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A Certificação Legal de Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas PKF – SROC, S.A. encontra-se em anexo ao presente relatório.

7.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE



7. RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

Handwritten signature and initials.



Em junho de 2021 foi aprovado o novo regime jurídico do SERAM, que “prevê na subsecção II - obrigações e responsabilidades das empresas do SERAM, da Secção II das práticas de bom governo”. Mais define no artigo 43.º que¹³ “Anualmente, cada empresa informa o titular da função acionista e o público em geral do modo como *foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público*, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, informação publicitada nos sítios na Internet em nome da transparência”.

7.1 MISSÃO E TERMOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, empresa pública que prossegue fins de interesse público, cuja estrutura acionista pertence ao Governo Regional da Madeira e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

¹³ Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.



As atividades da SMD visam a obtenção de resultados sustentáveis no incremento do desenvolvimento dos concelhos no eixo Câmara de Lobos - Machico nas vertentes económicas, sociais e ambientais, que vão muito além do lucro. Desde logo, e como plasmado nos Estatutos¹⁴ de criação da sociedade em 2001, com objetivos bem definidos, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procurou implementar uma política de desenvolvimento local equilibrada, por forma a contribuir para a realização do desenvolvimento económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego, participando no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal e divulgando toda a informação relevante para o investimento e o desenvolvimento económico e social dos quatro concelhos.

Afigurou-se, assim, necessário implementar uma estratégia de promoção das vantagens competitivas e comparativas dos vários territórios locais abrangidos, por forma a atrair o investimento externo, criar condições de confiança favoráveis à sua efetivação e congregar os meios humanos necessários ao desenvolvimento da área de intervenção da SMD.

Nesse âmbito, a concretização dos investimentos previstos no PIDDAR e no Plano de Atividades para 2021, com destaque para a reabilitação dos empreendimentos foram desenvolvidos com financiamento através de receita própria, Lei de Meios e Lei do Jogo. Os investimentos estão relatados e quantificados no presente documento, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos¹⁵, dando-se cumprimento ao artigo 46.º do SERAM.

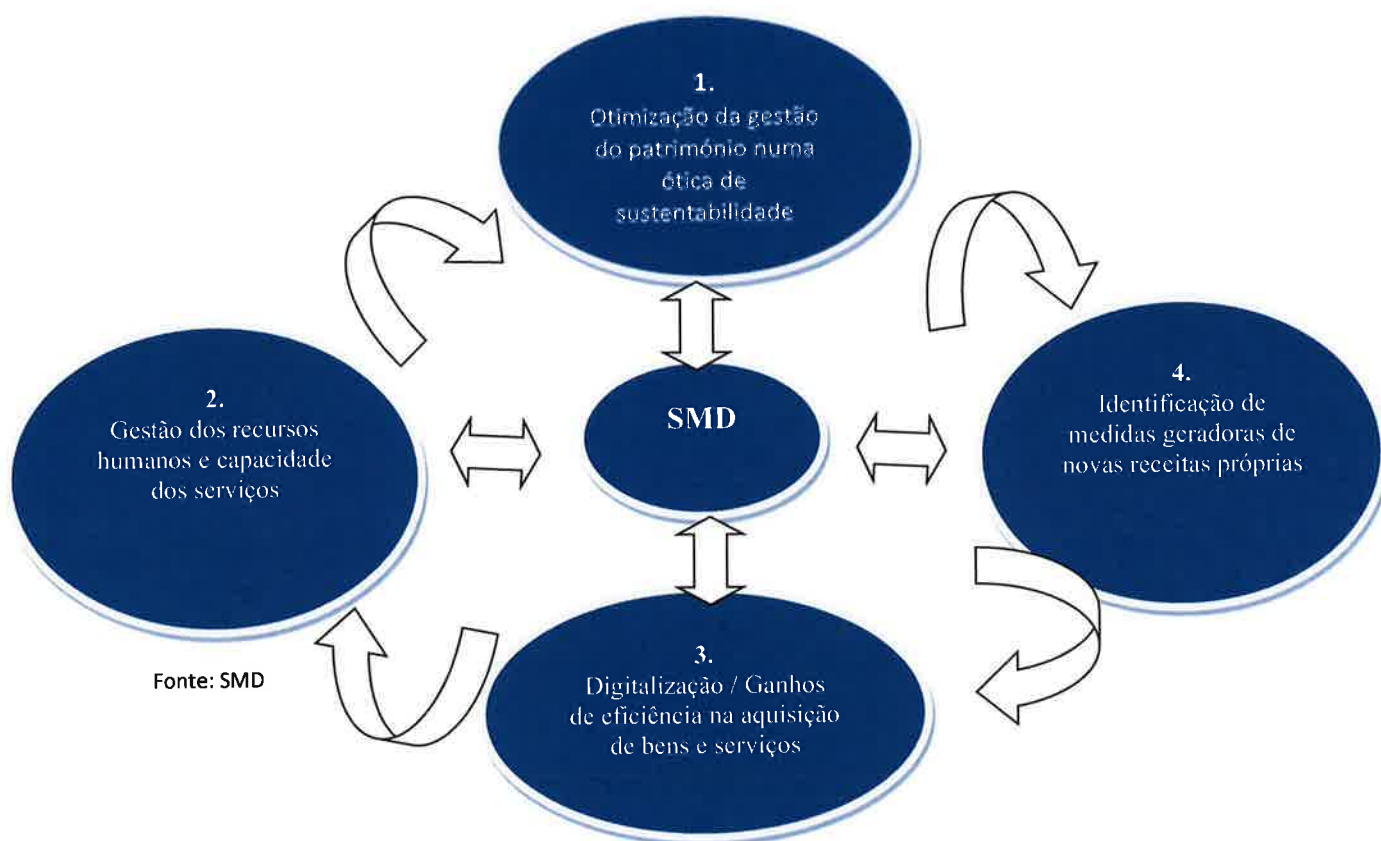
As propostas apresentadas, e a parte concretizada tiveram em consideração a garantia de níveis adequados de satisfação dos utentes dos inúmeros equipamentos e infraestruturas da SMD, com destaque para as intervenções realizadas no passeio marítimo Praia Formosa – Socorridos e na Praia da Alagoa.

Graças ao esforço do acionista, colaboradores e demais stakeholders, a SMD tem adotado metodologias que lhe permitem melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e/ou utentes.

¹⁴ Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto.

7.2 DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PARA 2021

7.2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



OE1 – OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO, INCLUINDO INFRAESTRUTURAS NUMA ÓTICA DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Objetivo/Meta	Ações
Regularização patrimonial da Sociedade, incluindo as benfeitorias	Permuta de terreno em Santa Cruz com o Governo Regional, o que possibilitou a regularização patrimonial do Aquaparque;
Reabilitação de alguns empreendimentos, de modo a permitir a sua eficaz rentabilização, com impactos na receita e, consequente autonomia financeira	Prestação de Serviços - Reativação do ascensor nº1 do Parque de Estacionamento; Reparação da Central Elevatória existente no Edifício A da Praça da República em Câmara de Lobos; Instalação de Equipamento em LED no Sistema de Iluminação Exterior da Praça CR7;



Objetivo/Meta	Ações
	Prestação de Serviços de Elaboração de Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Praia da Alagoa; Prestação de Serviços de manutenção de bombas - Estação Elevatória da Praia da Alagoa;
Atualização do valor do património da Sociedade e atualização de um cadastro que permita, em qualquer momento, tomar decisões consonantes com a estratégia do acionista;	Início da elaboração das peças processuais para o lançamento do procedimento em 2022;
Monitorização da adaptação das infraestruturas e equipamentos às regras COVID-19 e ao acesso a pessoas portadoras de mobilidade reduzida;	Certificação Internacional no domínio das Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos, incluindo o risco associado ao SARS-COV 2;
Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de Governo, designadamente nas áreas: • energéticas • aproveitamento das águas de rega • substituição de viaturas para a redução da pegada ecológica, tendendo para emissões zero	Instalação de Equipamento em LED no Sistema de Iluminação Exterior da Praça CR7; Prestação de Serviços de TREIE - Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas do Fórum Machico;
Continuidade do desenvolvimento de modelos de gestão do risco, com implicações atuariais, gestão partilhada das áreas de atuação da SMD com as autarquias e associações da área metropolitana da Madeira, designadamente Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico;	Prestação de Serviços - Levantamento Topográfico Passeio Marítimo Praia Formosa-Socorridos; Prestação de Serviços de Elaboração de Estudo Prévio para o projeto de recuperação do Passeio Marítimo da Praia Formosa; Levantamento Topográfico da Escarpa Adjacente ao Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos; Análise de Estabilidade da Escarpa 7 e 8, secção cadastral AF, São Martinho, sob o Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos; Prestação De Serviços De Rocheiros na escarpa instável junto ao Passeio Marítimo da Praia Formosa; Empreitada de Reposição do Tabuleiro deslocado no Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos;

Handwritten signature and a large plus sign (+) in the top right corner.

Objetivo/Meta	Ações
	Prestação de Serviços de Elaboração do Projeto de Reabilitação do Polidesportivo da Praia da Alagoa;
Desenvolvimento de modelos de gestão partilhada das áreas de atuação da SMD	Implementação do sistema de gestão documental e de arquivo; Implementação dos serviços de higiene e medicina do trabalho;
Obras de manutenção, com partilha de custos na ótica do utilizador / pagador em áreas da sociedade, mas com gestão pelas autarquias;	Município de Machico faz a gestão do Parque Desportivo de Água de Pena;
Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo.	Representação na Comissão Consultiva do POTRAM; Contributos para o PIDAR 2022;

OE2 – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E CAPACIDADE DOS SERVIÇOS ATRAVÉS DE REALOCAÇÃO INTERNA E RECEÇÃO DE PESSOAL DO IEM

Objetivo/Meta	Ações
Otimização dos recursos humanos, através do desenvolvimento e definição de competências polivalentes, motivando e adaptando os trabalhadores às unidades e empreendimentos que melhor se enquadrem nas respostas às suas problemáticas, com evidentes benefícios na eficiência e eficácia da organização e com reflexo positivo na orgânica da organização;	Foram ajustadas as tarefas de alguns trabalhadores; Foram efetuadas transferências de local de funções de alguns trabalhadores;
Definição e implementação de normas e procedimentos internos tendo em vista o aumento da eficiência dos serviços, com benefícios operacionais e financeiros, libertando recursos para tarefas que se revelem adequadas à melhoria da performance financeira da sociedade e ao aperfeiçoamento das relações com os stakeholders;	Adjudicação da prestação de serviços de disponibilização de plataforma de gestão documental (iDOK) ferramenta que possibilita, além do arquivo digital, uma melhor e eficiente gestão documental reduzindo os gastos em material de escritório, bem como um incremento na proatividade dos recursos humanos; Implementação da prestação de serviços de arquivo; Início da elaboração de regulamento arquivístico;
Prestação atempada de informação clara e sucinta permitindo a tomada de decisões de forma mais célere e eficaz. Desta forma, foram estabelecidas minutas de relatórios a serem elaborados pelos	Foram efetuadas reuniões com os Coordenadores das Unidades e dos empreendimentos;



Handwritten signature and initials in blue ink.

Objetivo/Meta	Ações
responsáveis pelas unidades e empreendimentos, por forma a permitir um acompanhamento permanente da atividade da Sociedade e a tomada de decisões em consonância com a estratégia definida pelo acionista;	Aprovação das diversas minutas dos documentos utilizados na gestão diária e respetivos circuitos de envio e receção;
Elaboração do contrato coletivo de trabalho, ou instrumento de regulamentação coletiva de trabalho equivalente para os trabalhadores das Sociedades de Desenvolvimento, com vínculo jurídico laboral de contrato Individual de trabalho ¹⁶ ;	Adjudicação da prestação de serviços de assessoria jurídica para o estudo e elaboração do Acordo Empresa ou instrumento análogo;
Continuidade de um plano de Recursos Humanos para a substituição das saídas, designadamente a consolidação de mobilidades, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços, quando tal se revele necessário;	Autorização de: Consolidações de mobilidades; Cedências de interesse público;
Implementação do plano de formação profissional, com destaque para as seguintes ações:	Continuidade às ações de formação previstas no plano plurianual, prevendo-se concluir, na íntegra, no ano de 2022; Foi autorizada a frequência de uma pós-graduação em contratação pública a 2 trabalhadores;
Contratualização e implementação da higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa	Contrato de Prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, (em vigor), de modo a dar cumprimento ao imperativo legal constante na Lei 102/2009 de 10 de setembro, foram implementados os serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho;
Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;	Foram autorizados horários de trabalho com a acumulação das 2 horas de redução, para efeitos de amamentação;
Receção de desempregados colocados pelo IEM – Instituto de Emprego da Madeira, sempre que tal se manifeste do interesse das partes;	Foram colocados ao abrigo do Programa MAIS, do Programa POT, bem como de Estágios Profissionais;
Incentivo ao autodesenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.	Foi atribuído o estatuto de trabalhador-estudante aos trabalhadores que solicitaram;

¹⁶ Artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho.

OE3 – DIGITALIZAÇÃO / GANHOS DE EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Objetivo/Meta	Ações
Negociação através de agrupamento de empresas dos contratos de uso comum (higiene e limpeza, digitalização, arquivo, comunicações, entre e outras aquisições de bens e serviços), com ganhos de escala;	Contrato de Prestação de Serviços de Contabilidade para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Prestação de Serviços de Revisores Oficiais de Contas para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Documental e Arquivo para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Prestação de Serviços de Impressão, Cópias, Digitalização e Fax para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor); Contrato de Aquisição de Materiais e Produtos de Limpeza para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor);
Como empresa de interesse público, a SMD é responsável pela eficiência da comunicação intra e extraempresa pelo que para a melhoria da governança e da interface com os diferentes parceiros, estão previstas as seguintes ações: Promoção da utilização de recursos e da agilização dos fluxos de informação, associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os parceiros, contribuindo a implementação do sistema de gestão documental, digitalização da documentação através da plataforma eletrônica e redução do papel;	Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma eletrônica de gestão documental IDOK (em vigor); Envio das faturas por e mail, reduzindo significativamente os custos com despesas de correio, rapidez na entrega e redução de papel; Envio das faturas por e mail, reduzindo significativamente os custos com despesas de correio, rapidez na entrega e redução de papel;
Continuar a insistir na melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente as resultantes do SNC-AP e S3CP, dos reportes da contabilidade orçamental/patrimonial, cálculo de juros de mora nas faturas geradas pelo SIAG;	Efetuada insistências para a parametrização do sistema designadamente: Foram efetuadas as atualizações anuais obrigatórias por lei; Cálculo automático de juros de mora; Datas de vencimento das faturas;



Objetivo/Meta	Ações
	Controlo dos contratos, com data de início e fim; Interligação ao programa da faturação eletrónica; Disponibilização dos códigos QR nas faturas;
Implementação da contabilidade analítica;	Em estudo
Implementação da fatura eletrónica.	Início do processo, em conjunto com os demais serviços do GR que utilizam o SIAG;

OE4 – IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE NOVAS RECEITAS PRÓPRIAS

Objetivo/Meta	Ações
Negociação das condições de utilização dos espaços da sociedade que atualmente não apresentam retorno financeiro. Esta negociação deverá ter em consideração o retorno económico e social dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico;	Foram realizadas reuniões entre as entidades que usufruem dos espaços e o Conselho de Administração.
Abertura à concorrência para a exploração dos espaços devolutos. Além disso será dada continuidade ao estabelecimento de parcerias que permitirão aumentar a afluência aos espaços da sociedade, bem como à promoção de eventos, atividades que terão impacto no aumento da receita;	Foram realizados contactos com entidades que lideram associações, ordens, sindicatos, entre outros, para criar pacotes para potenciar uma maior utilização dos espaços. Foram organizados eventos aos longo de 2021, principalmente, no Fórum Machico, na praça CR7 e na Sala Polivalente da Boaventura.
Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para a Sociedade, em especial nas áreas objeto de concorrência;	Foram realizadas reuniões, e ainda, visitas aos espaços devolutos de forma a despertar interesse de entidades privadas.
Propostas para o estabelecimento de parcerias, envolvendo os municípios na parte em que seja viável a complementaridade das funções e áreas de atuação;	Pareceria com o Município do Funchal na gestão dos balneários da Praia Formosa.
Propostas de precários, numa ótica custo/benefício, sem descuidar a componente de interesse público;	Aprovada a atualização do precário do Fórum Machico;
Aprovação e implementação de medidas tendentes à redução/eliminação de créditos incobráveis;	Aprovação do regulamento de cobrança.

Objetivo/Meta	Ações
	Cobrança judicial através do Balcão Nacional de Injunções.
Aperfeiçoamento do sistema de incentivos para a atratividade da utilização dos equipamentos e infraestruturas, em especial das menos apetecíveis e mais penalizadas com a pandemia, e de que é exemplo o complexo balnear das Piscinas Salinas;	Foram realizadas reuniões, e ainda, visitas aos empreendimentos para captar novos mercados.
Desenvolvimento de parcerias com os hoteleiros e empresas de animação turística de modo a dinamizar as infraestruturas e prestação de serviços da área metropolitana;	Foram realizadas reuniões, e ainda, visitas aos espaços de forma a despertar interesse de entidades privadas.
Iniciativas a desenvolver na implementação do Plano de Atividades, dinamizadas pelos Coordenadores dos Empreendimentos.	Reproduzidas no RGC 2021 no Capítulo "Atividades Desenvolvidas."

No capítulo 2. Atividades desenvolvidas, estão descritas as principais atividades dos empreendimentos da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A., em administração direta e concessionada ou arrendada.

7.3 PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção¹⁷. Encontra-se aprovado por deliberação do Conselho de Administração, e em vigor, o Plano de Prevenção de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas.

É efetuada anualmente a monitorização através da elaboração de relatório que se encontra publicitado no sítio da internet no endereço <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>

7.4 PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A. cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção¹⁸.

Nesse sentido, a SMD aprovou e adotou o Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento, ao abrigo da *Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção*, de 1 de

¹⁷ artigo 44.º do SERAM

¹⁸ artigo 45.º do SERAM



julho de 2009, e alterações, que estabelece que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos devem dispor de planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Este documento foi amplamente divulgado por todos os seus colaboradores e encontra-se publicitado no sítio da internet no endereço <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>.

O Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, prevendo o tratamento com equidade de todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, instituições públicas relacionadas, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.

7.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com o artigo 47.º do SERAM, e no que se refere à Responsabilidade social *“As empresas públicas regionais devem prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.”*

A medição dos objetivos a que se refere o ponto anterior, normalmente através de relatório elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) (relatório de responsabilidade social, também conhecido como relatório de sustentabilidade), mas que com referência ao ano de 2021 ainda não estamos em condições de o elaborar dado o know how que é necessário e a especificidade do documento.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é definida, segundo a Norma Internacional ISO 26000, como *“a responsabilidade assumida por uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”*, ou seja, a RSE vai além de questões económicas, passa por diferentes questões sociais, de governance e ambientais.



De acordo o Livro Verde¹⁹ da Comissão Europeia, são identificados alguns vetores que fazem parte da responsabilidade social das empresas:

- As práticas laborais, como os direitos humanos, trabalho e formação, diversidade, igualdade de género, saúde e bem-estar dos trabalhadores;
- As questões ambientais, como a biodiversidade, alterações climáticas, utilização eficiente dos recursos e prevenção da poluição;
- O combate à corrupção;
- A contribuição para o desenvolvimento da comunidade;
- A inclusão de pessoas em situação de desigualdade;
- Envolvimento com os interesses e benefícios dos consumidores.

Com base nestes princípios, e tomando por base as boas práticas de RSE, identificamos algumas ações tomadas pela Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.:

1. Política de recursos humanos e promoção da igualdade²⁰

A SMD enquanto empresa pública regional tem implementado políticas de recursos humanos, dentro dos vários constrangimentos, orientados para a valorização e capacitação do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, sendo de realçar:

- Formação profissional, melhor descrita no ponto 5.15 dos Recursos Humanos;

Todos os seus trabalhadores são tratados com respeito e integridade.

Existe uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, sem qualquer prática discriminatória entre género, religião ou ideologia.

2. Promover o equilíbrio entre a vida pessoal e familiar com a vida laboral – A SMD estimula a conciliação da vida pessoal com a familiar, como por exemplo, a conciliação do período de férias entre casais e filhos, sobretudo os que estão em idade escolar.
3. Elaborar um Código de Conduta - A SMD dispõe de Código de conduta, conforme descrito no ponto 7.4 Padrões de ética e conduta.

¹⁹ Livro verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas /* COM/2001/0366 final *

²⁰ Artigo 48.º do SERAM

- 
4. Verificar se a empresa está em conformidade com a legislação - É feita a coordenação e o acompanhamento constante pela Unidade de Assessoria Jurídica, Contratação e Contencioso de forma a manter atualização dos procedimentos em conformidade com a legislação e demais normas e regulamentos aplicáveis às funções e atividades da SMD.
 5. Estimular a economia local – A economia local é estimulada pelas várias atividades, que criam e mantêm postos de trabalho indiretos, muito relevantes conforme as atividades desenvolvidas e melhor elucidadas no capítulo 2 - Atividades Desenvolvidas. Exemplificamos uma atividade difícil, que é a vida artística que tem no Fórum Machico um palco de exceção para os seus espetáculos, a preços sociais, e que permite trabalho a artistas, técnicos de som, entre outras atividades. Cumulativamente, os espetadores utilizam a restauração, cafés, etc. nas redondezas.
 6. Criar canais de comunicação entre a empresa e a comunidade – As redes sociais e a divulgação através dos órgãos de comunicação social têm sido os principais canais de comunicação utilizados.
 7. Participar e patrocinar eventos e projetos sociais – O patrocínio e participação em projetos sociais, dada a natureza de as possibilidades da SMD, não foi descurado.

Destacam-se os seguintes projetos:

- Centro de Vacinação ao COVID-19 nas instalações do Fórum Machico;
- Projeto do OPRAM combate aos diabetes no concelho de Machico;
- Parcerias com IPSS e Associações locais e regionais na dinamização de atividades nas instalações do Fórum Machico;
- Protocolo com o Núcleo da Liga Portuguesa contra o Cancro

Cultura:

- Protocolo com o grupo de Teatro de Machico;
 - Parcerias com Escolas do Concelho, Dia Mundial do Teatro.
8. Criar campanhas que incentivem hábitos alinhados com a sustentabilidade – Destaque para a sensibilização da redução de impressão de documentos, impressão a preto e branco e frente e verso e, por conseguinte, a redução de papel e de tinta.
 9. Apoio em tempos de crise e teletrabalho: Apoio os funcionários, cujas funções permitiram o teletrabalho e que por razões pessoais, esta modalidade revelou-se adequada,

possibilitando que não houvesse perda de remuneração. Beneficiaram desta medida 4 trabalhadores.

10. Ambiente de trabalho inclusivo: A inclusão esteve presente nos processos de Recursos Humanos da Sociedade com destaque para 9 programas de emprego, e apoio em casos de doenças degenerativas e de mobilidade reduzida.

11. Apostar em inovação e novos procedimentos:

- A digitalização da correspondência permitiu, e permite, uma poupança de tempo e otimização na circulação da correspondência. Complementarmente, o início da elaboração de normas e procedimentos para o arquivo centralizado virtualmente da correspondência;

A sustentabilidade depende de fatores ambientais, económicos, sociais e de governance. Assumem acutilância muito especial a governance, que assegura princípios robustos de gestão ética e que são cumpridos os princípios de compliance legal no modo como gerem a sua atividade sócio-económica e geram os seus lucros. Cabe referir, e para os efeitos previstos e no âmbito dos artigos 49.º e 50.º do SERAM, SUBSECÇÃO III - Prevenção de conflitos de interesse, que os membros do Conselho de Administração atuaram, e atuam, com independência e que no início do seu mandato em 2020 declararam ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização a acumulação de funções na SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. e na SDNM Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., cumpriram com os deveres de informação à Inspeção Regional de Finanças, o envio da Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da lei n.º 52/2019, de 31 de julho e do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira .

Nos desafios ambientais, assume particular relevância as alterações climáticas e a consequente necessidade de tornar a economia da União Europeia mais sustentável, em linha com a visão e a estratégia definidas no Pacto Ecológico Europeu e com o Acordo de Paris, e tendo ainda em conta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, documento intitulado “transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, baseado em cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias, com o lema é: “Ninguém pode ficar de fora!”.



Fonte: <https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>

No cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, na mitigação das emissões de carbono e das alterações climáticas, a SMD deu o seu contributo para este desígnio:

- Substituição de lâmpadas nos seus empreendimentos por outras mais económicas, designadamente no Fórum Machico e Praça CR7;

Paralelamente, para os empreendimentos em uso, foi iniciado a tramitação para o estudo da eficiência energética, cuja adaptação prevê-se venha a ser candidatada ao REACT no corrente ano.

As alterações climáticas, e a importância de as ter em consideração, está patente nos estudos e projetos em curso para o passeio marítimo da Praia Formosa – Socorridos na medida em que se trata de uma área sujeita à ação do mar e à erosão das escarpas, que nos últimos anos têm sido muito fustigadas, e como tal, têm-se verificado algumas derrocadas.

7.6 TRANSPARÊNCIA



A transparência é um valor da SMD, a que acrescem os valores da Responsabilidade, Compromisso, Excelência e Inovação.

A visão da SMD não está dissociada da transparência, mais rigorosa ainda quando se trata de uma sociedade de interesse público. A sua ação visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos. Cabe, aqui, uma referência à transparência existente nas aquisições de bens e serviço, empreitadas e concessões, em suma processos de contratação pública, em que é utilizada a plataforma da AcinGov e publicitada no sítio da internet e conforme melhor identificado nos mapas de contratação pública, anexa às demonstrações orçamentais.

Como valor e princípio ético, a transparência é mais do que obrigação, é o desejo de informar tudo aquilo que, no plano empresarial possa afetar significativamente os interesses legalmente protegidos pelo que quem mais informado estiver, melhor decisões pode tomar.

Vivemos na sociedade da informação, que observa cuidadosamente cada um dos passos dados pelas empresas, que nem sempre é devidamente percecionada, e nessa situação estão as Sociedades de Desenvolvimento, nas quais se inclui a SMD.

Nesta matéria há ainda um longo caminho a percorrer, que passa pela necessidade de forma estruturada de aperfeiçoar a transparência com o desenvolvimento, na relação com os stakeholders, meios de comunicação e a sociedade em geral e cujo objetivo é aumentar a acessibilidade da empresa e melhorar a compreensão. Em suma, conseguir que a transparência seja um ativo reconhecível da SMD e que todos os stakeholders com quem se relaciona recebem as informações corretas, a tempo e de forma compreensível.

A SMD cumpre com os princípios da transparência financeira a que alude o artigo 15.º do SERAM, com a sua contabilidade (patrimonial e orçamental) organizada nos termos legais, com utilização das aplicações informáticas SIGORAM e SIAG.

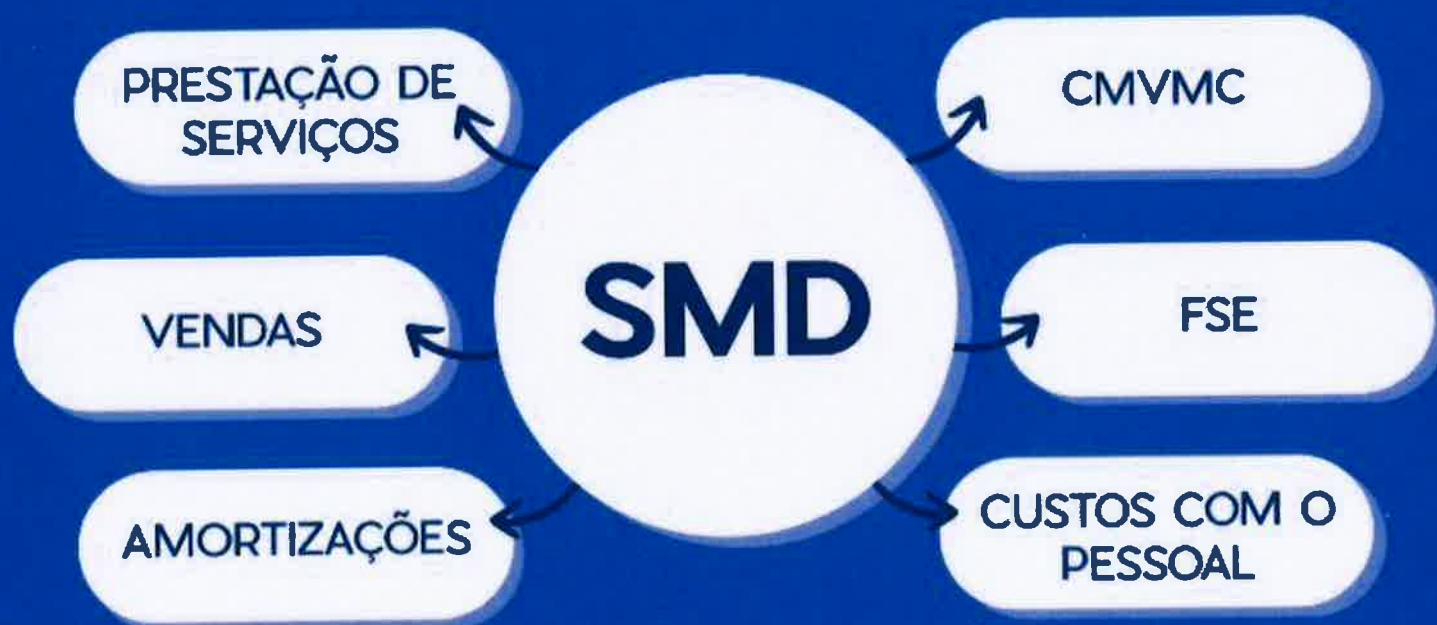
São perfeitamente identificáveis todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos existentes entre a SMD e as entidades públicas regionais titulares do respetivo capital social.

Não existem quaisquer despesas não documentadas.

Ainda no domínio da transparência de referir que a SMD cumpre com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e publica no seu site os pagamentos em atraso a fornecedores e de cliente e os compromissos plurianuais assumidos.

8.

RECLASSIFICAÇÃO DA SMD E ANÁLISE ORÇAMENTAL





8. RECLASSIFICAÇÃO DA SMD E ANÁLISE ORÇAMENTAL

8.1. MERCANTILIDADE

Desde 2014 que a SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. integra o perímetro da Administração Pública Regional, sendo equiparada a fundo e serviço autónomo.

Para determinar as entidades que integram o perímetro do sector público não financeiro que integram o conjunto das administrações públicas, é necessário avaliar a natureza da sua atividade e a mercantilidade, de acordo com novo quadro conceptual resultante da SEC2010, aplicada a partir de 2014.

O subsector das administrações regional inclui, para além dos governos regionais e das autarquias locais, as entidades não mercantis do Setor Público Empresarial da RAM, onde se inclui a SMD. A mercantilidade²¹ referente a 2021 apresenta um rácio de 9%.

Cabe realçar que as vendas e prestações de serviços, e em linha com o ano de 2020 foram fortemente influenciadas pela COVID-19, tendo sido reduzidas a menos de metade do período pré pandemia, e conforme largamente explanado no presente documento.

Importa referir que o peso das amortizações é ainda muito grande, os preços praticados, dada a natureza de interesse público da SMD com reflexo nas atividades desenvolvidas e com equipamentos e infraestruturas de utilização pública, universal e gratuita. A título de exemplo, referimos o passeio marítimo Praia Formosa – Socorridos, os espetáculos de grupos amadores e sócio culturais promovidos no Fórum Machico, a praia da Alagoa no Porto da Cruz.

8.2. RECLASSIFICAÇÃO DA SMD

A SMD integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR), situação que introduziu alterações significativas nas suas obrigações, dos quais se destaca:

- A integração da SMD no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- Cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;

²¹ As entidades públicas podem ser classificadas em unidades institucionais mercantis ou não mercantis, sendo considerada não mercantil se anualmente as suas vendas não cobrirem pelo menos 50% dos seus custos durante um período prolongado. Consideram-se vendas, as receitas resultantes do fornecimento de bens ou serviços a preços economicamente significativos, ou seja, a preços que influenciam as quantidades produzidas e consumidas. Excluem-se destas receitas, os pagamentos recebidos das administrações públicas (transferências).

- Obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- Obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros em contas abertas no IGCP.

O orçamento inicial da SMD para o ano económico de 2021, elaborado na ótica da contabilidade orçamental, apresentou um valor global de 11.978.955,00€, com a seguinte distribuição:

QUADRO 10 - ORÇAMENTO INICIAL DA SMD

Unidade: €

Designação	Orçamento	
1. Receitas correntes	1 358 920	11,3%
2. Receitas de capital	8 992 971	75,1%
TOTAL DAS RECEITAS	11 978 955	100,0%
1. Despesas correntes	1 903 004	15,9%
2. Despesas de capital	10 075 951	84,1%
TOTAL DAS DESPESAS	11 978 955	100,0%

Fonte: SMD

8.3. DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA SMD

8.3.1. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

Neste ponto analisaremos o desempenho da SMD ao nível da receita e da despesa, sendo considerados na receita, os valores realmente cobrados, e na despesa, os valores efetivamente pagos.

No decurso do ano de 2021, e atendendo à situação complicada motivada pelo COVID-19 e pela perda de receita, resultante da isenção/redução de rendas, e a receção de subsídio através de contrato programa, foram necessários ajustamentos ao orçamento.

Foram elaboradas 17 alterações orçamentais, com destaque para:



- Integração do saldo de gerência no montante de 1.627.064€;
- Meras transferências entre rubricas económicas e de valores provenientes de receitas próprias.

8.3.1.1. SALDO DE GERÊNCIA

O Saldo de Gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de 31 de dezembro de 2020, tendo sido totalmente integrado no orçamento de 2021, através da 1.ª Alteração orçamental.

QUADRO 11 - SALDO DE GERÊNCIA

Unidade: €

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Saldo orçamental	1 627 064	1 627 062	100,0%	1 317 801		309 261	23,5%
Na posse do serviço	1 627 064	1 627 062	100,0%	1 317 801		309 261	23,5%
Receita Total	1 627 064	1 627 062	100,0%	1 317 801		309 261	23,5%

Fonte: SMD

De referir que parte do montante transitado em saldo de gerência é consignado a despesas de investimento, na sequência do empréstimo bancário concedido à SDPS, avalizado pelo Governo Regional. A sua utilização está sujeita a autorização prévia pela Secretaria Regional da Finanças.

8.3.1.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO SIGO/SOE

Os recursos financeiros globais da SMD resultaram fundamentalmente das seguintes fontes de financiamento:

- Receita própria;
- Contratos programa;
- Injeção de capital por parte do acionista RAM.

Atendendo ao montante anual da receita gerada pela SMD ser inferior ao montante da despesa anual, e tendo em conta a sua natureza enquanto EPR, as necessidades de financiamento da sociedade foram supridas através da celebração de contratos programa para despesas de investimento e prestações acessórias, que no ano de 2021 foram através de injeção de capital pelo acionista, no montante de 7.854.440€.

8.4. RECEITA

A receita global do ano 2021 ascendeu a aproximadamente 11,98M€, apresentando uma taxa de execução global de 82,4%.

Destaque para a grande variação entre o orçamento e a execução das despesas correntes, fruto da Covid -19, com uma taxa de 27%, onde seja menos 73% do que o previsto.

No quadro infra, refletimos o exposto anteriormente:

QUADRO 12 - EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Unidade: €

Designação	Orçamento inicial 2021 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2021 (2)	Execução orçamental 31.12.2021 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
Receitas correntes	1 122 000	1 358 920	367 002	-991 918	-73,0%
Receitas de capital	9 010 291	8 992 971	7 878 535	-1 114 436	-12,4%
Saldo de gerência	0	1 627 064	1 627 062	-2	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS	10 132 291	11 978 955	9 872 599	-2 106 356	-17,6%

Fonte: SMD

- As receitas correntes tiveram uma execução de 367.002,00€, registando um decréscimo de 991.918,00€ (-73,0%) do valor previsto para a execução orçamental;
- As receitas de capital, registaram uma execução de 7,87M€, ficando abaixo em 1.114.436,00€ (-12,4%) do valor orçamentado;
- O Saldo de Gerência foi totalmente executado.

QUADRO 13 - RESUMO DA RECEITA

Designação	2021				2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Peso	Execução	Peso		
	€	€	%	%	€	%	€	%
Receitas Correntes								
Transferências Correntes	236 920	0	0,0%	0,0%	296 524	2,9%	-296 524	-100,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 097 000	349 136	31,8%	3,5%	372 554	3,6%	-23 418	-6,3%
Outras receitas correntes	25 000	17 866	71,5%	0,2%	21 419	0,2%	-3 553	-16,6%
Subtotal	1 358 920	367 002	27,0%	3,7%	690 497	6,7%	-323 495	-46,8%
Receitas de Capital								
Transferências de Capital	988 100	24 095	2,4%	0,2%	0	0,0%	24 095	100,0%
Ativos Financeiros	8 004 871	7 854 440	98,1%	79,6%	8 373 734	80,7%	-519 294	-6,2%
Saldo da gerência anterior	1 627 064	1 627 062	100,0%	16,5%	1 317 801	12,7%	309 261	23,5%
Subtotal	10 620 035	9 505 597	89,5%	96,3%	9 691 536	93,3%	-185 939	-1,9%
Receita Total	11 978 955	9 872 599	82,4%	100,0%	10 382 032	100,0%	-509 433	-4,9%

Fonte: SMD

Relativamente a 2020, note-se o decréscimo em 323 495,00€ nas receitas correntes, refletida no capítulo das Transferências Correntes, o qual não verificou qualquer execução, sendo que os capítulos das Venda de Bens e Serviços Correntes e das Outras Receitas Correntes, apresentaram decréscimos na ordem dos 6,3% e 16,6% respetivamente, reflexo de isenção de rendas e taxas aos concessionários e arrendatários privados.

No que concerne às receitas de capital, verificou-se um decréscimo de 1,9%, o que se traduz em uma variação negativa de 185.939,00€ face a 2020.

No que respeita às fontes de financiamento, o quadro abaixo evidencia o elevado peso dos Passivos Financeiros contraídos junto do acionista Região Autónoma da Madeira, que representa 79,5% do total do orçamento da receita.

QUADRO 14 - DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Unidade: €

Designação	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Execução	Peso	Execução	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Passivos Financeiros - RAM	0	0,0%	207 174	2,0%	-207 174	-100,0%
RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	221 107	2,2%	8 463 084	81,5%	-8 241 977	-97,4%
SalDOS de RG Não Afetas a Projetos Co-Financiados	261 928	2,7%	0	0,0%	261 928	100,0%
RG Jogos Sociais	13 725	0,1%	0	0,0%	13 725	100,0%
Lei de Meios	10 370	0,1%	0	0,0%	10 370	100,0%
RP do Ano com Outras Origens	367 002	3,7%	393 973	3,8%	-26 971	-6,8%
SalDOS RP Transitados - com Outras Origens	1 365 134	13,8%	1 317 801	12,7%	47 333	3,6%
No sistema Bancário Externo	7 633 333	77,3%	0	0,0%	7 633 333	100,0%
Receita Total	9 872 599	100%	10 382 032	100%	-509 433	-4,9%

Fonte: SMD

8.4.1. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes não apresentam, em 2021, qualquer execução.

QUADRO 15 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		€	%
	€	€	%	€			
Administração Regional	236 920	0	0,0%	296 524		-296 524	-100,0%
Região Autónoma da Madeira	236 920	0	0,0%	296 524		-296 524	-100,0%
Total	236 920	0	0,0%	296 524		-296 524	-100,0%

Fonte: SMD

8.4.2. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A Venda de Bens e Serviços Correntes, comparativamente a 2020, registou uma diminuição de 23 419€ (-6,3%).

Handwritten signatures and initials.

QUADRO 16 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Unidade: €

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
		€	€	%	€	€	%
Serviços	1 097 000	349 136	31,8%	372 555	-23 419	-6,3%	
Aluguer de espaços e equipamentos	1 072 000	348 953	32,6%	372 532	-23 579	-6,3%	
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	20 000	0	0,0%	0	0	100,0%	
Outros	5 000	183	3,7%	23	160	695,7%	
Total	1 097 000	349 136	31,8%	372 555	-23 419	-6,3%	

Fonte: SMD

A quebra de receitas desta natureza ficou a dever-se ao COVID-19.

8.4.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A rubrica Outras Receitas Correntes registou uma diminuição relativamente a 2020, na ordem dos 16,6%.

QUADRO 17 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020		
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
		€	€	%	€	€	%
Outras	25 000	17 866	71,5%	21 419	-3 553	-16,6%	
Outras	25 000	17 866	71,5%	21 419	-3 553	-16,6%	
Total	25 000	17 866	71,5%	21 419	-3 553	-16,6%	

Fonte: SMD

8.4.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

A receita do ano de 2021 teve uma execução de 2,4% face ao valor orçamentado, no montante de 24.095€.

QUADRO 18 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
		€	€	%	€	€	%
Transferências de Capital	988 100	24 095	2,4%	0	24 095	100,0%	
Administração Regional	988 100	24 095	2,4%	0	24 095	100,0%	
Total	988 100	24 095	2,4%	0	24 095	100,0%	

Fonte: SMD

8.4.5. ATIVOS FINANCEIROS

QUADRO 19 - ATIVOS FINANCEIROS

Unidade: €

Unidade: €

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Outros Ativos Financeiros	8 004 871	7 854 440	98,1%	8 373 734	-519 294	-6,2%
Adm. Públicas – Adm. Regional	8 004 871	7 854 440	98,1%	8 373 734	-519 294	-6,2%
Total	8 004 871	7 854 440	100,0%	8 373 734	-519 294	-6,2%

Fonte: SMD

Os Ativos Financeiros registaram uma quebra no valor de 0,5M€, em relação a 2020.

8.5. DESPESAS

A SMD apresentou em 2021 despesas globais no valor de 11 978 955€, com uma taxa de execução orçamental de 70% (despesas correntes 560 518,00€, 29,5%; despesas de capital 10.075 951,00€, 78,6%), conforme indicadores no quadro infra:

QUADRO 20 - EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Unidade: €

Designação	Orçamento inicial 2021 (1)	Orçamento corrigido 31.12.2021 (2)	Execução orçamental 31.12.2021 (3)	Variação = (3) - (2)	
				Valor	%
DESPESAS CORRENTES	1 432 922	1 903 004	560 518	-1 342 486	-70,5%
01 Despesas com Pessoal	405 242	411 951	213 807	-198 144	-48,1%
0101 Remunerações certas e permanentes	325 901	332 278	172 877	-159 401	-48,0%
0102 Abonos variáveis ou eventuais	1 834	1 834	825	-1 009	-55,0%
0103 Segurança social	77 507	77 839	40 105	-37 734	-48,5%
02 Aquisição de bens e serviços	706 180	1 136 112	246 768	-889 344	-78,3%
0201 Aquisição de bens	17 750	20 386	9 347	-11 039	-54,1%

0202 Aquisição de serviços	688 430	1 115 726	237 421	-878 305	-78,7%
03 Juros e outros encargos	1 500	1 500	37	-1 463	-97,5%
0305 outros juros	1 500	1 500	37	-1 463	-97,5%
04 Transferências correntes	20 000	20 000	11 975	-8 025	-40,1%
0408 Famílias	20 000	20 000	11 975	-8 025	-40,1%
06 Outras despesas correntes	300 000	333 441	87 931	-245 510	-73,6%
0602 Diversas	300 000	333 441	87 931	-245 510	-73,6%
DESPESAS DE CAPITAL	8 699 369	10 075 951	7 818 728	-2 257 223	-22,4%
07 Aquisição de bens de capital	1 066 035	2 342 617	185 395	-2 157 222	-92,1%
0701 Investimentos	1 066 035	2 342 617	185 395	-2 157 222	-92,1%
08 Transferências de Capital	0	100 000	0	-100 000	-100,0%
0801 Sociedades e quase Soc. Não financeiras	0	100 000	0	-100 000	-100,0%
080102 Privadas	0	100 000	0	-100 000	-100,0%
10 Passivos financeiros	7 633 334	7 633 334	7 633 333	-1	0,0%
1006 Empréstimos de medio e longo prazo	7 633 334	7 633 334	7 633 333	-1	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS	10 132 291	11 978 955	8 379 246	-3 599 709	-30,1%

Fonte: SMD

- As despesas correntes tiveram uma execução de 560 mil euros, ficando abaixo em 1,3M€, do valor previsto para a execução orçamental;
- As despesas de capital, registaram uma execução de 7,8M€, ficando abaixo em 2,2M€, do valor previsto para a execução orçamental.

8.5.1. DESPESAS COM PESSOAL

As Despesas com o Pessoal representam 2,55% do total da despesa, com um valor 0,2M€.

QUADRO 21 - DESPESAS COM O PESSOAL

Unidade: €

Designação	2021			2020	Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução		
	€	€	%	€	€	%
Remunerações certas e permanentes	332 278	172 877	52,0%	176 522	-3 645	-2,1%
Órgãos sociais	46 572	37 229	79,9%	36 269	960	2,6%
Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual trabalho	205 316	94 738	46,1%	100 890	-6 152	-6,1%
Representação	13 389	10 692	79,9%	10 136	556	5,5%
Suplementos e prémios	17 244	3 976	23,1%	3 327	649	19,5%
Subsídio de refeição	14 915	6 603	44,3%	6 711	-108	-1,6%
Subsídio de férias e de Natal	34 842	19 640	56,4%	19 190	450	2,3%
Abonos variáveis ou eventuais	1 834	825	45,0%	487	339	69,6%
Formação	1 000	0	0,0%	0	0	0,0%
Outros abonos em numerário ou espécie	834	825	99,0%	487	339	69,6%
Segurança social	77 839	40 105	51,5%	41 241	-1 136	-2,8%
Contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações	73 788	38 141	51,7%	39 274	-1 132	-2,9%
Seguros	3 750	1 885	50,3%	1 967	-82	-4,2%
Outras despesas de Segurança Social	301	79	26,1%	0	79	100,0%
Total	411 951	213 808	51,9%	218 250	-4 442	-2,0%

Fonte: SMD

Face a 2021, verifica-se um decréscimo global de 2,00%, embora se verifiquem aumentos nas rubricas de Órgãos Sociais, Representação, Suplementos e Prémios, Subsídios de Férias e de Natal e Outros Abonos em numerário ou espécie.

- Órgãos Sociais: o acréscimo de 2,6% nesta rubrica deve-se à reclassificação da rubrica orçamental do valor do Revisor Oficial de Contas, que em 2020 foi classificada em parte na rubrica D.02.02.25, nos termos do ponto 18 da circular 6/ORÇ/2020;
- Pessoal do Quadro: o decréscimo de 6,1% é explicado pela atualização salarial de 0,6%, bem como pela cedência de interesse público de uma trabalhadora ocorrido em novembro 2021;
- Subsídio de refeição: o decréscimo de 1,6% é motivado pela cedência relatada no ponto anterior;
- Outros abonos em numerário ou espécie: o aumento de 69,6% é justificado pelo pagamento do abono equiparado ao subsídio de insularidade da Administração Pública aos trabalhadores que foram admitidos em 2019;

- Subsídio de férias e de Natal: o aumento de 2,3% justifica-se pela atualização salarial aplicada;

8.5.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Aquisição de Bens e Serviços representa 2,94% do total da despesa, com um valor de 246.768,00 euros, com um decréscimo na ordem dos 61,80% face a 2020.

QUADRO 22 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Unidade: €

Designação	2021			2020	Variação	
	Orçamento	Execução		Execução	2021/2020	
	Corrigido					
	€	€	%	€	€	%
Aquisição de bens	20 386	9 347	45,8%	7 117	2 229	31,3%
Combustíveis e lubrificantes	5 250	1 713	32,6%	0	1 713	100,0%
Limpeza e higiene	2 000	540	27,0%	658	-118	-17,9%
Vestuário e artigos pessoais	200	158	79,2%	0	0	0,0%
Material de escritório	2 500	614	24,6%	1 387	-773	-55,7%
Ferramentas e utensílios	5 936	4 000	67,4%	4 603	-603	-13,1%
Livros e documentação técnica	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Outros bens	4 500	2 322	51,6%	469	1 852	394,7%
Aquisição de serviços	1 115 726	237 421	21,3%	639 454	-402 033	-62,9%
Encargos das instalações	130 350	45 570	35,0%	456 245	-410 674	-90,0%
Limpeza e higiene	4 500	1 834	40,8%	2 595	-760	-29,3%
Conservação de bens	472 117	88 110	18,7%	13 442	74 668	555,5%
Comunicações	13 000	8 662	66,6%	7 482	1 180	15,8%
Seguros	50 000	1 622	3,2%	382	1 240	325,0%
Deslocações e estadas	2 000	589	29,4%	215	373	173,4%
Estudos pareceres projetos e consultadoria	152 141	25 423	16,7%	88 849	-63 426	-71,4%
Publicidade	33 000	796	2,4%	2 620	-1 824	-69,6%
Vigilância e segurança	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Assistência técnica	7 574	4 145	54,7%	6 641	-2 496	-37,6%
Outros trabalhos especializados	216 044	60 237	27,9%	39 849	20 389	51,2%
Outros serviços	35 000	431	1,2%	21 135	-20 704	-98,0%
Total	1 136 112	246 768	21,7%	646 571	-399 804	-61,8%

Fonte: SMD

- Para a grande variação observada, salienta-se as de maior valor absoluto:
- As reduções mais significativas verificaram-se no Material de Escritório, Encargos das Instalações, Limpeza e Higiene, Estudos pareceres projetos e consultadoria, Publicidade, Assistência Técnica e Outros Serviços, pois o Conselho de Administração tomou algumas medidas de otimização de procedimentos;

- Os aumentos maiores verificaram-se nos Combustíveis e Lubrificantes, Outros Bens, Conservação de Bens, Comunicações, Seguros, Deslocações e Estadas e Outros Trabalhos Especializados.

8.5.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os Juros e Outros Encargos representam um valor muito reduzido, tendo uma expressão residual no total da despesa, e apresentam uma diminuição de -99,9% face a 2020.

QUADRO 23 - JUROS E OUTROS ENCARGOS

Unidade: €

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Outros juros	1 500	37	2,5%	56 348	-56 311	-99,9%	
Outros	1 500	37	2,5%	56 348	-56 311	-99,9%	
Total	1 500	37	2,5%	56 348	-56 311	-99,9%	

Fonte: SMD

O decréscimo em 99,9% deste subagrupamento é explicado, pelo facto de que em 2020, foram efetuados pagamentos de juros de mora a fornecedores de dívidas em atraso, o que não se veio a verificar em 2021.

8.5.4. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

As Transferências Correntes representam 0,14% do total da despesa.

QUADRO 24 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Unidade: €

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€	€	%	
Famílias	20 000	11 975	0,0%	4 135	7 840	189,6%	
Outras	20 000	11 975	0,0%	4 135	7 840	189,6%	
Total	20 000	11 975	0,0%	4 135	7 840	189,6%	

Fonte: SMD

A execução verificada resulta da contratação de pessoal, através dos programas de emprego. Este subagrupamento apresenta um acréscimo de 189,6% face a 2020.

QUADRO 25 – IMPOSTOS E TAXAS

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Diversas	333 441	87 931	26,4%	147 947		-60 016	-40,6%
Impostos e taxas	333 441	87 931	26,4%	147 947		-60 016	-40,6%
Total	333 441	87 931	26,4%	147 947		-60 016	-40,6%

Fonte: SMD

A diminuição verificada resultou essencialmente dos valores pagos referentes ao IVA, que reduziram significativamente.

8.5.5. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este subagrupamento representa 2,21% do total da despesa, e apresenta um aumento na ordem dos 306,6% face a 2020.

QUADRO 26 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Unidade: €

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Investimentos	2 342 617	185 395	7,9%	45 599		139 796	306,6%
Construções diversas	2 254 200	181 700	8,1%	18 020		163 680	908,3%
Material de transporte	52 000	0	0,0%	0		0	0,0%
Equipamento de informática	14 760	894	6,1%	16 400		-15 506	-94,5%
Software informático	9 443	1 192	12,6%	7 128		-5 936	-83,3%
Equipamento administrativo	5 214	1 609	0,0%	0		1 609	100,0%
Equipamento básico	7 000	0	0,0%	4 051		-4 051	-100,0%
Total	2 342 617	185 395	7,9%	45 599		139 796	306,6%

Fonte: SMD

Para o elevado aumento registado, contribuiu o acréscimo verificado na rubrica Construções Diversas.

8.5.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros representam 91,1% do total da despesa e apresentam uma execução idêntica à do ano anterior, porquanto se tratou da amortização dos empréstimos contraídos junto da banca estrangeira.

QUADRO 27 – PASSIVOS FINANCEIROS

Unidade: €

Designação	2021			2020		Variação 2021/2020	
	Orçamento Corrigido	Execução		Execução			
	€	€	%	€		€	%
Empréstimos a médio e longo prazos	7 633 334	7 633 333	100,0%	7 633 333		0	0,0%
Soc. financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	7 633 334	7 633 333	100,0%	7 633 333		0	0,0%
Total	7 633 334	7 633 333	100,0%	7 633 333		0	0,0%

Fonte: SMD

8.5.7. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Como já referido anteriormente, o atual enquadramento da SMD enquanto EPR determina que as suas necessidades de financiamento anual, para além das receitas próprias e contratos programa, sejam cobertas por verbas com origem no ORAM, estando dessa forma afastada a possibilidade de recurso a financiamentos junto do sistema financeiro.

QUADRO 28 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Unidade: €

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Deutsche Bank	16 499 999,96	18 333 333,30	(1 833 333,34)	-10,00%
Depfa Bank	24 000 000,00	26 400 000,00	(2 400 000,00)	-9,09%
Banca OPI	37 400 000,00	40 800 000,00	(3 400 000,00)	-8,33%

Fonte: SMD



8.5.8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

A divulgação dos pagamentos em atraso é obrigatória nos termos da Lei dos Compromissos e doas pagamentos em Atraso, a que a SMD dá cumprimento, reportando aos órgãos competentes e no sítio da internet das Sociedades.

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, o prazo médio de pagamento a fornecedores (excluindo os pagamentos em atraso e que estavam contratualizados em Acordos de Regularização de Dívidas) verificado em 2021 foi inferior a 60 dias.

8.5.9. DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

A evolução positiva do prazo médio de pagamentos face traduz o compromisso da SMD em proceder de forma célere aos pagamentos devidos aos seus fornecedores.

Em cumprimento da LCPA, é efetuada a publicitação dos pagamentos e dos recebimentos em atraso.

No final de 2021 não existiam quaisquer pagamentos em atraso, como se evidencia a seguir:

QUADRO 29 - PRAZOS DE PAGAMENTO

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Fonte: SMD

No final de 2021 existiam montantes de recebimentos em atraso, como se evidencia a seguir:

QUADRO 30 - PRAZOS DE RECEBIMENTO

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	Total
Aq. de Bens e Serviços	15 103,29	4 148,00	17 933,01	42 104,92	1 523 270,89	1 602 560,11

Fonte: SMD



Em sede de controlo dos atrasos, quer dos recebimentos, quer nos pagamentos é de assinalar que a SMD tem vindo a implementar os mecanismos necessários tendentes a prevenir tais ocorrências, nomeadamente através de uma gestão mais eficiente de identificação dos riscos de incumprimentos nos pagamentos e dos procedimentos de faturação e de pagamento. Destaca-se a aprovação de um Regulamento e normas específicas.

Existem montantes em cobrança coerciva que estão a ser acompanhados pela Abreu & Advogados – Sociedade de Advogados, RL.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



Handwritten signature and initials in blue ink.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

De destacar o Enquadramento Macroeconómico no ano 2021 no contexto nacional, em que o Produto Interno Bruto (PIB) no 3.º trimestre de 2021, registou um crescimento de 4,2%, assinalando a retoma da atividade económica com o gradual levantamento das restrições a vários setores, procura interna foi determinante, com destaque para o investimento (FBC).

A taxa de desemprego manteve a trajetória decrescente para os 6,1%, e a população empregada continuou em crescimento, sobretudo nos serviços, e 12,7% da população empregada manteve-se em teletrabalho.

Destaque para a redução nas moratórias públicas, que abrangiam 18% dos empréstimos às empresas, quando no segundo semestre de 2020, chegaram a 34%.

O défice público ficou em -5,4% do PIB no 2º trimestre, registando uma ligeira melhoria face ao trimestre anterior e a dívida pública reduziu-se para 130,9% do PIB. Espera-se que no final de 2021, o défice e dívida pública se situem em -4,5% e 128% do PIB, respetivamente²².

No contexto da Região Autónoma da Madeira e, de acordo com os dados mais recentes do Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE)²³, observamos que a atividade económica regional no 3.º trimestre de 2021, manteve-se em forte crescimento, apresentando, no entanto, alguma desaceleração face ao trimestre precedente.

GRÁFICO 2 - INDICADOR REGIONAL DE ATIVIDADE ECONÓMICA

Indicador Regional de Atividade Económica (média móvel 3 meses)



²² Fonte: AD&C – Flash Macroeconómico 3.º trimestre de 2021

²³ O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) é um instrumento de síntese que tem como objetivo facilitar o acompanhamento atempado da evolução da economia regional, nomeadamente no que se refere à sua direção e magnitude das flutuações, não se apresentando como um substituto de outras estatísticas oficiais, nomeadamente no que se refere à taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB).

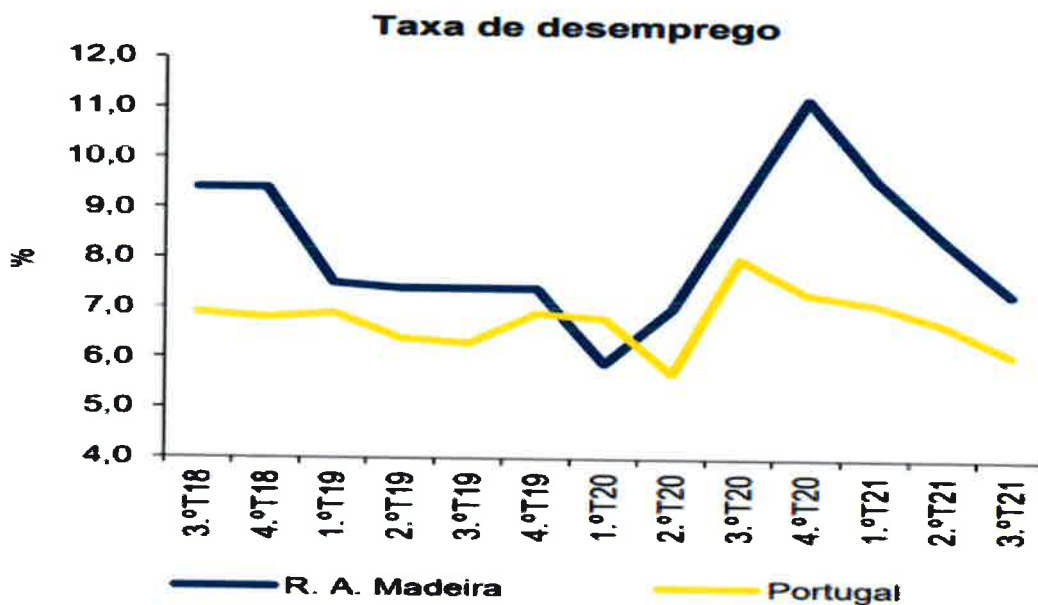
O IRAE, que mede a evolução da atividade económica, por comparação com o período homólogo, e tal como se antecipava, cresceu acentuadamente, o que naturalmente é explicado pela quase paralisação da economia em grande parte do ano de 2020.

O PIB, registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19, na atividade económica.

Esta variação do PIB resulta entre outros fatores do contributo expressivo da procura interna (que tinha sido negativa em 2020), com uma recuperação do consumo privado e do investimento²⁴.

A taxa de desemprego, que apresentou uma subida acentuada a partir do 1.º trimestre de 2020, desde o 1.º trimestre de 2021 tem vindo a decrescer, conforme podemos observar no gráfico infra:

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO



²⁴ Fonte: Direção Regional de Estatística.

Handwritten signature and initials

Os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 3.º trimestre de 2021, indicam uma taxa de desemprego na RAM, estimada em 7,3%²⁵.

Em 2021 a SMD apresentou um EBITDA positivo de 344.649,45 €, o que representa uma margem bruta de 39%.

Para a formação deste resultado não foram consideradas as imparidades de ativos, bem como os aumentos/reduções de justo valor.

9.1. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados da SMD reflete os rendimentos e os gastos do exercício, evidenciando os resultados da atividade no ano de 2021 e comparando-os com o ano de 2020.

Neste sentido, o quadro infra patenteia os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, bem como a sua variação.

QUADRO 31 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Prestações de serviços	367 518,25	332 341,78	35 176,47	10,58%
Transferências correntes e subsídios à exploração	235 400,00	296 524,00	(61 124,00)	-20,61%
Fornecimentos e serviços externos	(206 132,89)	(117 752,53)	(88 380,36)	75,06%
Gastos com o pessoal	(219 612,69)	(234 158,76)	14 546,07	-6,21%
Outros rendimentos e ganhos	270 176,46	244 178,24	25 998,22	10,65%
Outros gastos e perdas	(102 699,68)	(142 099,67)	39 399,99	-27,73%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	344 649,45	379 033,06	(34 383,61)	-9,07%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(3 754 389,87)	(3 759 979,69)	5 589,82	-0,15%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(3 409 740,42)	(3 380 946,63)	(28 793,79)	0,85%
Juros e gastos similares suportados	(10,40)	-	(10,40)	100,00%
Resultado antes de impostos	(3 409 750,82)	(3 380 946,63)	(28 804,19)	0,85%
Imposto sobre o rendimento do período	(658,56)	46 592,17	(47 250,73)	-101,41%
Resultado líquido do período	(3 410 409,38)	(3 334 354,46)	(76 054,92)	2,28%

Fonte: Opção Divina

Como se pode concluir, o Resultado Líquido do período aumentou em 76.054,92€. Para esta variação, concorre o aumento das despesas, nomeadamente Fornecimentos e Serviços Externos.

²⁵ Fonte: Direção Regional de Estatística

9.1.1. RENDIMENTOS

Os rendimentos obtidos no ano 2021 ascenderam a 873.094,71€, resultantes, na sua maioria, dos contratos de concessão de exploração de espaços tutelados pela SMD.

QUADRO 32 - RENDIMENTOS

Rendimentos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Prestações de serviços	367 518,25	332 341,78	35 176,47	10,58%
Transferências correntes e subsídios à exploração	235 400,00	296 524,00	(61 124,00)	-20,61%
Outros rendimentos e ganhos	270 176,46	244 178,24	25 998,22	10,65%
Rendimentos Totais	873 094,71	873 044,02	50,69	0,01%

Fonte: Opção Divina

Como se pode observar, os rendimentos provenientes da atividade operacional, nomeadamente as Prestações de Serviços, aumentaram em 10,58%, uma variação que ascende a 35.176,47€.

9.1.2. GASTOS

Os gastos do ano 2021 ascenderam a 4.282.845,53M€, apresentando um aumento de 0,68% comparativamente ao ano anterior, o equivalente a 28.854,88€.

QUADRO 33 – GASTOS

Gastos	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	(206 132,89)	(117 752,53)	(88 380,36)	75,06%
Gastos com o pessoal	(219 612,69)	(234 158,76)	14 546,07	-6,21%
Outros gastos e perdas	(102 699,68)	(142 099,67)	39 399,99	-27,73%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(3 754 389,87)	(3 759 979,69)	5 589,82	-0,15%
Juros e gastos similares suportados	(10,40)	-	(10,40)	100,00%
Gastos Totais	(4 282 845,53)	(4 253 990,65)	(28 854,88)	0,68%

Fonte: Opção Divina

O aumento deveu-se essencialmente ao aumento da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

9.1.3. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Os Rendimentos de exploração e os Gastos de exploração explanados no quadro infra encontram-se melhor discriminados no presente relatório infra.

QUADRO 34 - ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Rendimentos de exploração	873 094,71	873 044,02	50,69	0,01%
Gastos de exploração	(528 445,26)	(494 010,96)	(34 434,30)	6,97%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento (EBITDA)	344 649,45	379 033,06	(34 383,61)	-9,07%
Margem (EBITDA) %	39%	43%		

Fonte: Opção Divina

9.1.3.1. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Os Rendimentos de exploração tiveram um ligeiro aumento na ordem dos 0,01%, uma variação que ascende os 50,69€.

A rubrica Subsídios à exploração refere-se aos valores recebidos dos apoios criados no âmbito do contexto da pandemia COVID-19.

QUADRO 35 - RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Prestações de serviços	367 518,25	332 341,78	35 176,47	10,58%
subsídios à exploração	235 400,00	296 524,00	(61 124,00)	-20,61%
Outros rendimentos e ganhos	270 176,46	244 178,24	25 998,22	10,65%
Total	873 094,71	873 044,02	50,69	0,01%

Fomte: Opção Divina

9.1.3.2. GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Verifica-se este ano que o total das rubricas de exploração da empresa, tiveram um aumento de gastos na ordem dos 6,97% (34.434,30€), sendo as principais rubricas os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal.

Note-se que:

- Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um aumento de 75,06% (88.380,36€), importa referir que os maiores gastos se prendem com a conservação e Reparação e com a rubrica de Energia e Fluídos;
- Na rubrica “Gastos com o pessoal” houve uma redução na ordem dos 6,21% (14.546,07€);
- Na rubrica “Outros gastos e perdas” houve uma redução na ordem dos 27,73% (39.399,99).

QUADRO 36 - GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	(206 132,89)	(117 752,53)	(88 380,36)	75,06%
Gastos com o pessoal	(219 612,69)	(234 158,76)	14 546,07	-6,21%
Outros gastos e perdas	(102 699,68)	(142 099,67)	39 399,99	-27,73%
Total	(528 445,26)	(494 010,96)	(34 434,30)	6,97%

Fonte: Opção Divina

9.1.3.3. ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com 41,56%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com 39,01% e os “Outros gastos e perdas”, com 19,43%.

QUADRO 37 - ESTRUTURA PERCENTUAL DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Rubricas	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos	39,01%	23,84%
Gastos com o pessoal	41,56%	47,40%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00%	0,00%
Outros gastos e perdas	19,43%	28,76%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Opção Divina

9.2. FUNDOS LIBERTOS

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativo devido ao valor dos "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" não serem ainda suficientes para cobrir o resultado líquido negativo.

QUADRO 38 - FUNDOS LIBERTOS

Rubricas	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(3 410 409,38)	(3 334 354,46)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 754 389,87	3 759 979,69
Cobertura do Investimento por autofinanciamento	343 980,49	425 625,23

Fonte: Opção Divina

9.3. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O quadro que se segue evidência a evolução da situação patrimonial no período de 2021/2020.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 97,35% do ativo líquido total, sendo a parcela com maior representatividade nas contas da SMD o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um aumento de 196.776,29€ que representou no exercício económico de 2021 na ordem de 2,65% do ativo líquido total.

Note-se, por último, das dívidas de clientes, a SMD continua com elevados montantes a receber, algumas com antiguidade assinalável e em cobrança coerciva, mas com desfecho incerto.

QUADRO 39 - SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (1)

Rubricas	2021	2020	%
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	109 954 349,50	113 555 753,30	-3,17%
Ativos intangíveis	-	1 155,00	-100,00%
Total de ativo não corrente	109 954 349,50	113 556 908,30	-3,17%
ATIVO CORRENTE			
Clientes, contribuintes e utentes	174 477,86	82 982,36	110,26%
Estado e outros entes públicos	38 671,41	31 099,90	24,35%
Outras contas a receber	796 745,05	561 328,55	41,94%
Caixa e depósitos	1 978 850,53	2 116 557,75	-6,51%
Total de ativo corrente	2 988 744,85	2 791 968,56	7,05%
TOTAL DO ATIVO	112 943 094,35	116 348 876,86	-2,93%



O Ativo Líquido atingiu os 112.943.094,35€ e registou uma diminuição de 3.405.782,51€ face ao ano anterior.

Esta diminuição verificou-se na rubrica do ativo fixo tangível.

Por um lado, existe o efeito das depreciações do ativo, que anualmente refletem nas contas de resultados o desgaste dos bens do ativo fixo tangível e intangível da empresa. Por outro lado, verifica-se um aumento das dívidas de clientes, apesar do esforço que a SMD tem vindo a desenvolver na cobrança das receitas, bem como na promoção da cobrança coerciva através da Abreu & Advogados para aqueles clientes que se afiguram de cobrança duvidosa ou incobrável, e ainda fruto das dificuldades que as empresas têm tido na fase de retoma, havendo alguns acordos de regularização de dívida.

Desde a sua fundação, em 2001, que a SMD se constituiu como sociedade anónima.

9.4. RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 344.649,45€.

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 3.363.801,02€.

No ano de 2021 o Passivo Corrente atingiu os 10.949.429,24€, registando-se assim uma redução de 18.630,16€. Esta situação ficou a dever-se a redução da rubrica “Outras contas a pagar”.

Registe-se nos outros passivos financeiros, diminuindo a amortização dos empréstimos bancários a que estão associadas.

Por outro lado, o facto da empresa reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resulta numa melhoria dos resultados da empresa.

Associado a estes resultados, também se encontra uma política de gestão, no sentido da SMD tender para que os rendimentos da sua atividade, sejam suficientes para a cobertura dos gastos com a mesma (sem o efeito das amortizações do exercício e da amortização da dívida).

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um crescimento no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelo aumento da Rúbrica “Outros instrumentos de Capital Próprio”, a Rúbrica de “Resultados transitados” vai sendo prejudicada pela transferência dos Resultados líquidos que têm sido negativos, bem como pelo decréscimo das “Outras variações no Capital

Próprio”, que vai diminuindo à medida que vai sendo imputado parte do valor dos subsídios ao investimento na proporção das depreciações do exercício.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a SMD considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um decréscimo (para os 3%), que decorre da diminuição do “Passivo Não Corrente” em virtude da amortização do capital das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo, bem como pela diminuição do capital próprio (acima explicado).

No que respeita ao “Passivo não Corrente”, os “Financiamentos obtidos”, apresentam uma diminuição na ordem dos 23.930752,66€. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2021 e 2022 e anos seguintes referente a empréstimos contraídos junto do DEPFA Bank, Deutsche Bank e Banca OPI.

A par do ano anterior, este ano verifica-se também uma diminuição significativa da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a outros credores.

QUADRO 40- SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (2)

Capital Próprio e Passivo	2021	2020	%
CAPITAL PRÓPRIO			
Património/Capital	78 556 415,00	78 556 415,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	47 099 293,48	30 580 767,57	54,02%
Prémios de emissão	2,73	2,73	0,00%
Resultados transitados	(99 716 054,05)	(96 381 699,59)	3,46%
Outras variações no património líquido	5 172 509,24	4 946 784,51	4,56%
Resultado líquido do período	(3 410 409,38)	(3 334 354,46)	2,28%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	27 701 757,02	14 367 915,76	92,80%
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3 133 848,00	3 133 848,00	0,00%
Financiamentos obtidos	70 266 666,34	86 564 085,66	-18,83%
Passivos por impostos diferidos	891 393,75	1 314 968,04	-32,21%
Total do passivo não corrente	74 291 908,09	91 012 901,70	-18,37%
PASSIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	658,56	16,19	3967,70%
Financiamentos obtidos	7 633 333,62	7 633 333,62	0,00%
Outras contas a pagar	3 315 437,06	3 334 709,59	-0,58%
Total do passivo corrente	10 949 429,24	10 968 059,40	-0,17%
TOTAL DO PASSIVO	85 241 337,33	101 980 961,10	-16,41%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	112 943 094,35	116 348 876,86	-2,93%

Fonte: Opção Divina

9.5. ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço²⁶ da SMD disponibiliza informação acerca da sua posição financeira, refletida através do Ativo, do Passivo e do Património Líquido.

QUADRO 41 – BALANÇO

Rubricas	2021	2020	%
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	109 954 349,50	113 555 753,30	-3,17%
Ativos intangíveis	-	1 155,00	-100,00%
Total de ativo não corrente	109 954 349,50	113 556 908,30	-3,17%
ATIVO CORRENTE			
Cientes, contribuintes e utentes	174 477,86	82 982,36	110,26%
Estado e outros entes públicos	38 671,41	31 099,90	24,35%
Outras contas a receber	796 745,05	561 328,55	41,94%
Caixa e depósitos	1 978 850,53	2 116 557,75	-6,51%
Total de ativo corrente	2 988 744,85	2 791 968,56	7,05%
TOTAL DO ATIVO	112 943 094,35	116 348 876,86	-2,93%
CAPITAL PRÓPRIO			
Património/Capital	78 556 415,00	78 556 415,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	47 099 293,48	30 580 767,57	54,02%
Prémios de emissão	2,73	2,73	0,00%
Resultados transitados	(99 716 054,05)	(96 381 699,59)	3,46%
Outras variações no património líquido	5 172 509,24	4 946 784,51	4,56%
Resultado líquido do período	(3 410 409,38)	(3 334 354,46)	2,28%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	27 701 757,02	14 367 915,76	92,80%
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3 133 848,00	3 133 848,00	0,00%
Financiamentos obtidos	70 266 666,34	86 564 085,66	-18,83%
Passivos por impostos diferidos	891 393,75	1 314 968,04	-32,21%
Total do passivo não corrente	74 291 908,09	91 012 901,70	-18,37%
PASSIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	658,56	16,19	3967,70%
Financiamentos obtidos	7 633 333,62	7 633 333,62	0,00%
Outras contas a pagar	3 315 437,06	3 334 709,59	-0,58%
Total do passivo corrente	10 949 429,24	10 968 059,40	-0,17%
TOTAL DO PASSIVO	85 241 337,33	101 980 961,10	-16,41%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	112 943 094,35	116 348 876,86	-2,93%

Fonte: Opção Divina

A redução do ativo não corrente decorre do efeito das depreciações dos ativos que ascenderam a 3.754.389,87€ em 2021.

²⁶ De acordo com a Estrutura Concetual vertida no SNC-AP, um Ativo é um recurso presentemente controlado pela entidade como resultado de um evento passado. Por outro lado, o Passivo constitui uma obrigação presente, originada num evento passado, que gera uma saída de recursos.

O Património Líquido corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos dos passivos, com referência à data do relato.

10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO



[Handwritten signature and initials]

10. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

10.1. PATRIMÓNIO / CAPITAL

A SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 78.556.415 euros, é composto por 15.711.283 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	100,00%	78 556 415,00	78 556 415,00
Total	100,00%	78 556 415,00	78 556 415,00

Fonte: Opção Divina/SMD

10.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

Rubrica	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Variações	Saldo Final
Patrimonio / Capital	78 556 415,00	-	-	78 556 415,00
Outros instrumentos de capital próprio	30 580 767,57	-	16 518 525,91	47 099 293,48
Prémios de emissão	2,73	-	-	2,73
Resultados Transitados	(96 381 699,59)	(3 334 354,46)	-	(99 716 054,05)
Outras variações no patrimonio Líquido	4 946 784,51	-	225 724,73	5 172 509,24
Resultado Líquido	(3 334 354,46)	3 334 354,46	(3 410 409,38)	(3 410 409,38)
Total patrimonio Líquido	14 367 915,76	-	13 333 841,26	27 701 757,02

A rubrica de outras variações no Património Líquido inclui:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Saldo Inicial	4 946 784,51	5 743 004,19
Imputação do Subsidio ao Investimento	(221 944,56)	(221 944,56)
Imputação Passivo -imposto Diferido	447 669,29	46 608,36
Outros	-	(620 883,48)
Total	5 172 509,24	4 946 784,51

10.3. FUNDOS DE MANEIO

O fundo de maneo apresenta-se negativo 7.960.684,39M€ pelo que a empresa terá de tomar medidas para aumentar o ativo corrente.

- Limitar os prazos de recebimento;
- Controlar os prazos de pagamento;
- Reduzir o stock.

QUADRO 42 - FUNDO DE MANEIO

Rubricas	2021	2020	Variação	
			Valor	%
ATIVO CORRENTE (1)				
Clientes, contribuintes e utentes	174 477,86	82 982,36	91 495,50	110,26%
Estado e outros entes públicos	38 671,41	31 099,90	7 571,51	24,35%
Outras contas a receber	796 745,05	561 328,55	235 416,50	41,94%
Caixa e depósitos	1 978 850,53	2 116 557,75	(137 707,22)	-6,51%
PASSIVO CORRENTE (2)				
Estado e outros entes públicos	658,56	16,19	642,37	100,00%
Financiamentos obtidos	7 633 333,62	7 633 333,62	-	0,00%
Outras contas a pagar	3 315 437,06	3 334 709,59	(19 272,53)	-0,58%
FUNDO DE MANEIO (3) = (1) - (2)	-7 960 684,39	-8 176 090,84	215 406,45	-2,63%

Fonte: Opção Divina

10.4. RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) e ao desempenho das prestações de serviços obtidas no exercício, os indicadores económicos da SMD em 2021 apresentam-se semelhantes aos do ano anterior.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu ligeiramente (mais negativa), devido à variação positiva dos Resultados de Exploração da empresa, devido à diminuição das rendas e taxas e pelo efeito da pandemia COVID - 19 nas prestações de serviços.

A rendibilidade dos Capitais Próprios melhorou com a evolução positiva do Resultado Líquido.

QUADRO 43 - RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	0,86	0,94
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-9,28	-10,17
Rentabilidade do ativo (ROI) (3)	-0,03	-0,03
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,12	-0,23

Notas:

(1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)

(2) Resultados operacionais / Prestações de serviços

(3) Resultados líquidos/ Ativo total líquido

(4) Resultados líquidos / Capitais próprios

Fonte: Opção Divina

10.5. RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado próximo do ano anterior, apesar do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o capital próprio da empresa.

O aumento no capital social, que ocorreu em 2016, veio contribuir para uma maior solidificação do capital próprio, a par da diminuição das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo. No entanto, este ano, a diminuição nas outras variações do capital próprio, bem como o aumento das dívidas de “Financiamentos obtidos” de curto prazo, a par com o aumento significativo dos resultados transitados negativos, contribuem significativamente para a não obtenção de rácios de natureza financeira com melhor desempenho.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi positiva.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se um aumento, sendo evidenciados, deste modo, pelos factos acima expostos (Aumento de resultados transitados negativos, diminuição nas outras variações do capital próprio e aumento das dívidas de “Financiamentos obtidos” de curto prazo).

QUADRO 44 - RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Liquidez Geral (1)	0,27	0,25
Autonomia Financeira (2)	0,24	0,12
Solvabilidade (3)	0,32	0,14
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,93	0,93
Capacidade de endividamento (5)	1,37	1,16
Debt-to-equity (6)	2,85	6,56
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	173,28	91,14
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	0,00	0,00

Notas:

(1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Ativo total líquido

(3) Capital próprio/Passivo total

(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos

(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes

(6) Passivo financeiro/Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras

Fonte: Opção Divina

Em 2020, a SMD não teve pagamentos em atraso na aceção da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2021 evidenciam um resultado líquido negativo de 3.410.409,38 euros. Nesta medida, nos termos da alínea f) do nº 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2021 seja transferido para a conta de resultados transitados.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES





12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL

A SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

12.2. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano 2021 foi marcado pela pandemia COVID – 19, que marcou, e condicionou, em muito o desempenho operacional da SMD.

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento aprovado para 2022, prevê-se a recuperação gradual das atividades, com a expectativa no controlo da pandemia e na execução de investimentos de reabilitação de algumas infraestruturas e equipamentos coletivos da SMD, com destaque para:

- Início da empreitada de reabilitação do Passeio marítimo Praia Formosa/Socorridos;
- Empreitada de reabilitação da praia da Alagoa;
- Reabilitação das Salinas.

12.3. FINANCIAMENTO

A SMD não dispõe de condições para dar cumprimento à amortização dos empréstimos contratados junto da banca internacional, mantendo-se a dependência de financiamento dos acionistas.

Esta dependência resulta da natureza dos investimentos de interesse público realizados, da preponderância de empreendimentos em que o retorno social é significativamente superior ao retorno económico financeiro e da inexistência de indemnizações compensatórias pela fruição social dos investimentos realizados, pelo que prevemos que a amortização de capital²⁷ seja efetuada pelo recurso a prestações acessórias.

Face ao exposto, prevê-se que o financiamento possa ser efetuado através do recurso a injeção de capital para a amortização dos empréstimos e para o investimento na reabilitação das infraestruturas e equipamentos, aliados à sustentabilidade e ao governo eletrónico, através de verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, contratualizadas através de contratos

²⁷ Nos termos dos contratos celebrados, não estão a ser pagos juros porquanto estas taxas são negativas.



programa com o Governo Regional e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

De salientar que desde janeiro de 2014, a SMD está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa, são muito criteriosas.

12.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A gestão do risco financeiro na SMD é feita tendo por base o conjunto de aspetos considerados relevantes que se sintetizam no quadro seguinte:

QUADRO 45 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Item	Medidas / Situação
Diversificação de instrumentos de financiamento	A empresa detém vários financiamentos obtidos em anos anteriores. Desde 2014, na sequência da reclassificação da empresa como EPR, o acesso a financiamento de mercado está vedado, cingindo-se apenas às dotações previstas no ORAM. Em 2021 as necessidades de fundos foram supridas por injeção de capital.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	A estrutura de financiamento contraída junto da banca estrangeira foi no montante de 229 M €, viva em dez. de 2021 no montante de 77,9 M €, atualmente com taxas de juro negativas
Diversificação das entidades credoras	A empresa mantém vários empréstimos obtidos em anos anteriores, com diversificação de credores entre mercados de capitais.
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis	Em 2021 não houve recurso a financiamento remunerado. Foi efetuada uma injeção de capital para cobertura das amortizações que se venceram em 2021.
Prestação de garantias reais	Os empréstimos junto da banca comercial encontram-se avalizados pelo Governo Regional
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa	Início de procedimento para a contratualização de um empréstimo por parte do acionista para amortização do empréstimo ainda vivo.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Fundos Comunitários, contratos programa	Nos investimentos efetuados através de verbas de fundos comunitários e contratos programa
Utilização de auto-financiamento e de receitas de desinvestimento	Foram efetuados os investimentos nos vários empreendimentos da SMD, parte com recurso a receita própria
Inclusão nos Relatórios e Contas	Sim

Item	Medidas / Situação
Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	Conforme descrito no Relatório de Gestão.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos suportados anualmente	Relatório de Gestão e Notas anexas. Atualmente taxas negativas dos empréstimos contraídos junto da banca comercial

12.5. MERCADOS

A Madeira tem características singulares, próprias de uma região insular e ultraperiférica, com forte impacto na atividade empresarial.

Desde logo, a exiguidade territorial e populacional, com impactos nos custos dos recursos, não obstante este fator estar cada vez mais esbatido fruto das políticas do Governo Regional.

12.6. GASTOS

Como evidenciado no presente relatório os *gastos operacionais* ainda não são cobertos na totalidade pelos rendimentos da mesma natureza.

Não obstante, os *gastos de outra natureza* serão sempre incontrolláveis, não só porque dependem de fatores externos à vontade da sociedade, mas também porque resultam de imposições legais, como por exemplo as depreciações, cujo valor tem uma representatividade elevada no cômputo global dos gastos.

Pelos motivos expostos, a estratégia do acionista de unificar a gestão das quatro sociedades de desenvolvimento foi um passo importante na redução dos gastos, não só pela diminuição dos valores pagos a título de remuneração do Conselho de Administração, em 75%, mas também como pelos benefícios que a partilha de recursos entre aquelas entidades e adoção de políticas de gestão uniformes veio imprimir à estrutura de gastos das Sociedades.

Nesta sequência, as opções estratégicas adotadas pela administração da SMD, no sentido de implementar procedimentos internos que visam explorar, em primeiro lugar, a aplicação dos recursos internos disponíveis, e só recorrer à aquisição de bens e serviços quando se conclua pela sua inexistência internamente, são de extrema importância e serão continuadas.

Acrescerão a estas, as definidas no Plano de Atividades de 2022, nomeadamente:

- Implementação de medidas de eficiência energética que permitam a redução dos consumos de energia;
- Revisão dos contratos de manutenção e assistência técnica numa ótica de gestão conjunta, com economias na negociação de contratos
- Continuação da implementação da *Governance eletrónica*.

12.7. RENDIMENTOS

Os rendimentos gerados provêm maioritariamente da exploração dos espaços concessionados pela SMD.

Este facto decorre não só dos mesmos serem submetidos à concorrência, através de procedimentos de contratação, o que exponencia a receita a arrecadar, mas também do facto dos mesmos não decorrerem de um serviço público, cuja acessibilidade importa garantir.

Pelo contrário, os fins públicos a que o acionista submete a SMD, acometendo à empresa a responsabilidade pelo desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos do Funchal, Santa Cruz e Machico, com enfoque na realização de fins de interesse público, condiciona a definição de preços a cobrar e, consequentemente, o nível de rendimentos desejável para a sua autonomia financeira.

12.8. FUSÃO

A estratégia defendida pelo acionista RAM para as quatro Sociedades de Desenvolvimento²⁸ passa por um processo de fusão das mesmas.

Os primeiros passos foram dados em 2011 com a nomeação de um único Conselho de Administração para as quatro sociedades e com a gradual integração de funções na área administrativa e operacional, aproveitando as sinergias assim criadas.

Posteriormente, em 2016, a RAM adquiriu as participações sociais detidas pelos Municípios em três das Sociedades de Desenvolvimento – para além da SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., as detidas na Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e

²⁸ Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA..



Desenvolvimento da Zona do Oeste, S.A. e da SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A..

Neste momento, está em curso a negociação com a banca para a obtenção da autorização prévia à operação de fusão, que permita concluir com o negócio e o consequente registo.

12.9. PROCESSOS JUDICIAIS

Estão em curso processos judiciais, em que a SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. é parte e que a seguir se enumeram:

- **Processo n.º 52/14.6BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autores: Edifer Madeira, S.A. (em liquidação) e Edifer — Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A. (atualmente, Elevation — Engenharia, S.A.).

Réus: SMD e BES — Banco Espírito Santo, S.A. (atualmente, NovoBanco, S.A.).

Valor do processo: € 973.708,11 (novecentos e setenta e três mil, setecentos e oito euros, onze cêntimos).

Resumo do processo: Ação administrativa comum sob a forma de processo ordinário intentada contra a SMD, na qual é peticionado (1) o pagamento de uma indemnização de 10% do valor da diferença entre o valor dos trabalhos executados e o valor dos trabalhos adjudicados, por rescisão por conveniência do dono da obra de empreitada, que cifraram em € 538.970,70, declarando ter recebido € 232.382,42 e remanescendo em dívida € 215.588,28; (2) o pagamento de € 34.609,30 a título de juros vencidos e vincendos; (3) o cancelamento da garantia bancária prestada pelas Autoras e emitida pela co-Ré BES/Novo Banco no valor de € 323.382,42; (4) o pagamento de € 18.736,02 a título de encargos bancários suportados pelas Autoras e (5) o pagamento de € 58.009,67 a título de juros vencidos e vincendos sob a caução. Contestação apresentada pela SMD; Réplica apresentada pelos Autores. Audiência prévia a 05.06.2018, da qual resultou a suspensão da instância por 30 dias considerando a possibilidade de entendimento entre as partes. Decorrido o período de suspensão, foi decretada a cessação da suspensão da instância por falta de acordo e convocada continuação da Audiência Prévia para 12.02.2019: proferido despacho saneador onde foi estabelecido o objeto de litígio e os temas da prova; Audiência



de Julgamento em 21.05.2019. Apresentadas alegações e contra-alegações escritas. Aguarda sentença desde 05/02/2020.

- **Processo n.º 242/17.0BEFUN**

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autora: SMD

Réu: Município de Santa Cruz

Contra - interessado: late Clube de Santa Cruz

Valor do processo: € 111.770,44 (cento e onze mil, setecentos e setenta euros, quarenta e

Resumo do processo: ação administrativa comum sob a forma de processo ordinário intentada pela SMD, na qual é peticionado o pagamento da quantia de € 103.900,00 a título de participações devidas nos termos do protocolo celebrado, e respetivos juros vencidos; Contestações apresentadas pelo Réu e pelo contra - interessado; SMD e contra - interessado invocaram abuso de direito pelo Município de Santa Cruz; os autos aguardam os demais trâmites do processo.

- **Processo n.º 199/11.0BEFUN**

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Autores: SOMAGUE - ENGENHARIA MADEIRA, S.A., ACF - Arlindo Correia e Filhos, SA. (substituída pela Socicorreia — Engenharia, Lda. — em litígio: apenso A) e ETERMAR - Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S.A. (consórcio).

Ré: SMD, S.A.

Valor do processo: € 10.049.086,30 (dez milhões, quarenta e nove mil e oitenta e seis euros, trinta cêntimos).

Resumo do processo: ação administrativa comum sob a forma de processo ordinário contra a SMD onde é peticionado (1) o reconhecimento do direito das Autoras à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Empreitada e consequentemente a: (a) aceitar a prorrogação legal do prazo da Empreitada por 16 meses; (b) pagar uma indemnização por danos emergentes no valor de € 9.418.952,67; (c) pagar o valor de € 429.230,69 a título de

revisão de preços sobre o pedido indemnizatório; (2) o pagamento de uma indemnização no montante de € 200.902,94 a título de lucros cessantes; (3) o pagamento de juros de mora sobre os valores reclamados até ao efetivo e integral pagamento; Contestação apresentada pela SMD; Réplica apresentada pelas Autoras; Tréplica apresentada pela SMD; Audiência Prévia designada para 18.01.2018; na véspera, Autores informaram da existência de um Acordo de Aditamento ao Contrato de Empreitada da Reconversão do Porto do Funchal, relevante para a alteração do pedido efetuado, e requereram a suspensão da instância; Audiência Prévia dada sem efeito. Decorrido o prazo de suspensão, as Autoras informaram o Tribunal da existência de negociações com vista à composição do litígio por transação e requereram nova suspensão da instância; Incidente de habilitação de cessionária Socicorreia — Engenharia, S.A. requerido por esta para prosseguir nos autos em substituição da Autora Arlindo Correia & Filhos, S.A. (apenso A); Arlindo Correia & Filhos, S.A. contestou; foi proferida sentença (1) improcedendo o pedido de habilitação da Requerente Socicorreia Engenharia, Lda. e absolvendo a Requerida Arlindo Correia & Filhos, S.A. do pedido; (2) julgando improcedente o pedido de condenação em multa e de pagamento de indemnização no valor de € 50.000,00, por litigância de má-fé, deduzido pela Requerida Arlindo Correia & Filhos, S.A., absolvendo a Requerente Socicorreia — Engenharia, Lda. do pedido; (3) estipulando custas por ambas as partes na proporção do decaimento que se fixou em 95% para a Requerente e 5% para a Requerida. A Requerente Socicorreia Engenharia, S.A. interpôs Recurso da decisão proferida na 1.ª instância que improcedeu o pedido de habilitação de cessionário e a Requerida ACF - Arlindo Correia e Filhos, SA apresentou as suas contra-alegações; remessa dos autos ao Tribunal Central Administrativo Sul: aguardam decisão.

• **Processo n.º95/18.08EFUN**

Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Autor: SMD, S.A.

Réu: Onda Ibérica – Atividades turísticas e recreativas; Lda.

Valor do processo: € 843.413,23 (oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e treze euros e vinte e três cêntimos).

Resumo do Processo: Interpelação para pagamento sem resposta, Injunção nº 116245/15.0YIPRT distribuída por oposição devedora (com reconvenção) e convertida em



processo comum. Apresentada réplica; Tribunal declarou-se incompetente em razão da matéria: nova injunção apresentada ao TAF; distribuído por oposição dando lugar ao número de processo 95/18.0BEFUN, apresentada contestação com reconvenção; apresentada réplica. Audiência prévia ocorrida 08.04.2019; Aguarda despacho saneador; Eventual crédito da Onda Ibérica sobre a SMD (em caso de procedência da reconversão) penhorado à ordem do processo nº 624/18.0T8FNC (Exequente: Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.)

- **Processo n.º1660/20.1T8FNC**

Tribunal de Comarca da Madeira, Juízo de Execução do Funchal – 2.º Juízo.

Autor: SMD, S.A.

Réu: ZENREVITALIZA, Unipessoal, Lda./Maria Gorete de Freitas Sardinha e Sousa.

Valor do Processo: €36.668,00 (trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito euros).

Resumo do Processo: Execução em curso (título executivo: acordo de pagamento com termo de autenticação); executado não têm bens; frustração das diligências de penhora de saldos bancários, registo da penhora de créditos fiscais.

- **Banco Nacional de Injunções**

Autor: SMD, S.A.

Réu: ZENREVITALIZA – Unipessoal, Lda./Maria Gorete de Freitas Sardinha e Sousa.

Valor do Processo: €14.164,24 (catorze mil euros, cento e sessenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos).

Resumo do Processo: Injunção enviada (faturas posteriores ao acordo mais encargos de reparação): aguarda pagamento, oposição ou aposição de fórmula executória.

- **Processo n.º1661/208T8FNC**

Tribunal de Comarca da Madeira – Juízo de Execução do Funchal – 1º Juízo

Autor: SMD, S.A.



Réu: Associação Náutica de Câmara de Lobos.

Valor do Processo: €6.700,00 (seis mil e setecentos euros)

Resumo do Processo: Execução em curso; frustração das diligências de penhora de saldos bancários.; veículo automóvel penhorado com proposta de compra pelo valor de €500,00 (quinhentos euros), aceite pelo CA e já pago à AE. Requerida penhora do crédito decorrente da subvenção do GRAM: Já registada.

- **Processo n.º2707/20.7T8ENT**

Tribunal de Comarca de Santarém – Juízo de Execução do Entroncamento – 3º Juízo.

Autor: SMD, S.A.

Ré: Tertúlia das Estrelas, Lda.

Valor da Ação: € 646,76 (seiscentos e quarenta e seis euros e setenta e seis cêntimos)

Resumo do Processo: Execução em curso, executada não tem bens, frustração de diligência de penhora de saldo bancários, créditos fiscais e bens móveis. Aguarda citação do legal representante para pagar voluntariamente. Provavelmente incobrável.

- **Processo n.º 18835/21.9YIPRT**

Banco Nacional de Injunções.

Autor: SMD, S.A.

Réu: Escola Profissional Atlântico (€ 439,50)

Valor do Processo: € 439,50 (quatrocentos e trinta e nove euros e cinquenta cêntimos)

Resumo do Processo: Injunção enviada; devedora deduziu oposição e alegou prescrição; julgamento realizado a 25/01/2022; aguarda sentença.

- **Processo n.º162/21.3BELRS**

Tribunal Tributário de Lisboa.

Autor: SMD, S.A.

Réu: Autoridade Tributária.



Valor do Processo: 213.455,10 (duzentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e dez cêntimos)

Resumo do Processo: Ação de execução de julgados (sentença CAAD); AT não contestou, mas alegou que a AT-RAM não se encontra vinculada à jurisdição dos tribunais arbitrais, sendo a esta a quem cabe a execução da decisão arbitral; aguarda decisão.

12.10. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

As perspetivas futuras para a evolução da atividade da SMD passam fundamentalmente pela continuidade do trabalho programado, pela consolidação das iniciativas previstas e pela realização física dos investimentos projetados que, pela sua natureza, carecem do compromisso efetivo dos acionistas.

Na projeção da atividade deverá ainda ser tido em consideração a natureza da própria SMD e a sua finalidade que, nos termos estatutários, deve garantir a prossecução de fins de interesse público, paralelamente aos objetivos de exponenciação dos proveitos, ou seja, se é verdade que muitos dos ativos da SMD podem ser rentabilizados a preços de mercado, também é verdade que, por decisão do acionista e imposição dos estatutos, deverão ser salvaguardados os fins públicos que estão na génese da criação da Sociedade e que obstaculizam a obtenção de resultados líquidos desejáveis a uma qualquer sociedade comercial.

Em suma, a vertente empresarial da SMD é fundamental para que, numa perspetiva comercial, se possa diligenciar uma atuação que permita potenciar ao máximo a rentabilidade dos ativos, mas só poderá ser assegurada se assumido pelo acionista, o diferencial entre custo efetivo dos serviços públicos²⁹ considerados pelo acionista como essenciais para o desenvolvimento³⁰ dos concelhos referidos e o custo efetivo dos mesmos, sem descorar as obrigações de serviço público.

Esta decisão terá um peso substancial nos resultados da empresa, numa primeira instância porque alterará a natureza das verbas transferidas anualmente para a SMD que deixarão de ter impacto negativo nas contas uma vez que deixarão de revestir o carácter de empréstimo³¹,

²⁹ Bem vincado nos valores praticados nos diversos empreendimentos desportivos e culturais da SMD, bem como, na disponibilização de ativos de acesso livre à população.

³⁰ Conforme determinado nos estatutos da SMD.

³¹ Com impacto na dívida da SMD e, consequentemente, na dívida da RAM.

assumindo a sua essência que é, de facto, a compensação pelas decisões de interesse publico adotadas pelo acionista, mas também porque permitirá imprimir uma visão mais fidedigna do retorno dos investimentos da empresa.

Ora, esta resolução é crucial para o cumprimento da legislação atinente às Sociedades Comerciais, pois evitaria o acumular de prejuízos que conduziram a SMD ao incumprimento da regra do equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, preconizada no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta sequência, conforme previsto legalmente e informada a realidade da empresa pela Administração, vem esta propor, de entre as possibilidades previstas³², que o acionista promova uma injeção de capital através de prestações acessórias pecuniárias, no valor que seja suficiente para satisfazer o equilíbrio requerido legalmente.

Aprovado por deliberação do Conselho de Administração n.º 142/2022, de 28 de março.

O Conselho de Administração

A Presidente,



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

³² Nos termos do artigo 35.º do CSC, quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social, os acionistas deverão optar por uma das seguintes medidas: a) dissolução da sociedade; b) redução do capital social; c) realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social.

ANEXOS

Relatório e Contas 2021



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANEXOS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., de acordo com o disposto art.º 9 do Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho, apresenta os seguintes elementos referentes ao exercício de 2021:

- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Balanço;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Demonstrações das alterações no Capital Próprio;
- Anexo.

1.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA

SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dez/21	31/dez/20
Prestações de serviços		367 518,25	332 341,78
Transferências correntes e subsídios à exploração		235 400,00	296 524,00
Fornecimentos e serviços externos		(206 132,89)	(117 752,53)
Gastos com o pessoal		(219 612,69)	(234 158,76)
Outros rendimentos e ganhos		270 176,46	244 178,24
Outros gastos e perdas		(102 699,68)	(142 099,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		344 649,45	379 033,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(3 754 389,87)	(3 759 979,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(3 409 740,42)	(3 380 946,63)
Juros e gastos similares suportados		(10,40)	-
Resultado antes de impostos		(3 409 750,82)	(3 380 946,63)
Imposto sobre o rendimento do período		(658,56)	46 592,17
Fonte: Opção Divina			
Resultado líquido do período		(3 410 409,38)	(3 334 354,46)

1.2. BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.
BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31/dez/21	31/dez/20
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis		109 954 349,50	113 555 753,30
Ativos intangíveis		0,00	1 155,00
Total de ativo não corrente		109 954 349,50	113 556 908,30
ATIVO CORRENTE			
Clientes, contribuintes e utentes		174 477,86	82 982,36
Estado e outros entes públicos		38 671,41	31 099,90
Outras contas a receber		796 745,05	561 328,55
Caixa e depósitos		1 978 850,53	2 116 557,75
Total de ativo corrente		2 988 744,85	2 791 968,56
TOTAL DO ATIVO		112 943 094,35	116 348 876,86
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		78 556 415,00	78 556 415,00
Outros instrumentos de capital próprio		47 099 293,48	30 580 767,57
Prémios de emissão		2,73	2,73
Resultados transitados		-99 716 054,05	-96 381 699,59
Outras variações no património líquido		5 172 509,24	4 946 784,51
Resultado líquido do período		-3 410 409,38	-3 334 354,46
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		27 701 757,02	14 367 915,76
Fonte: Opção Divina PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		3 133 848,00	3 133 848,00
Financiamentos obtidos		70 266 666,34	86 564 085,66
Passivos por impostos diferidos		891 393,75	1 314 968,04
Total do passivo não corrente		74 291 908,09	91 012 901,70
PASSIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos		658,56	16,19
Financiamentos obtidos		7 633 333,62	7 633 333,62
Outras contas a pagar		3 315 437,06	3 334 709,59
Total do passivo corrente		10 949 429,24	10 968 059,40
TOTAL DO PASSIVO		85 241 337,33	101 980 961,10
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		112 943 094,35	116 348 876,86
		-	-

1.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/dez/21	31/dez/20
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		333 491,20	356 238,73
Pagamentos a fornecedores		-316 178,60	-199 672,58
Pagamentos ao pessoal		-133 290,59	-245 800,45
Caixa gerada pelas operações		-115 977,99	-89 234,30
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-317 096,92	-889 616,79
Outros recebimentos/pagamentos		-433 074,91	-978 851,09
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-185 233,90	-36 776,21
Ativos intangíveis		0,00	-5 636,40
Subsídios ao investimento		235 400,00	296 524,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		50 166,10	254 111,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 878 534,93	8 670 258,48
Financiamentos obtidos		-7 633 333,34	-7 633 333,34
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		245 201,59	1 036 925,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-137 707,22	312 185,44
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 116 557,75	1 804 372,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 978 850,53	2 116 557,75
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 116 557,75	1 804 372,31
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		2 116 557,75	1 804 372,31
De execução orçamental		1 317 800,56	1 346 883,56
De operações de tesouraria		798 757,19	457 488,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 978 850,53	2 116 557,75
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		1 978 850,53	2 116 557,75
De execução orçamental		1 627 062,36	1 317 800,56
De operações de tesouraria		489 495,36	798 757,19

Fonte: Opção Divina

1.4. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO, S.A.

Demonstração das alterações no patrimônio líquido no período findo em 31.12.2020

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da empresa mãe													Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
		Capital / Patrimônio Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Patrimônio Líquido	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período (01.01.2018)	(1)	78 556 415,00	0,00	0,00	2,73	0,00	0,00	0,00	-92 967 380,97	0,00	0,00	5 743 004,19	-3 143 918,97	-11 811 878,02		-11 811 878,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações conhecidas no Patrimônio Líquido				30 580 767,57					-3 414 318,62			-796 219,68	3 143 918,97	29 514 148,24		29 514 148,24
	(2)	0,00	0,00	30 580 767,57		0,00	0,00	0,00	-3 414 318,62	0,00	0,00	-796 219,68	3 143 918,97	29 514 148,24	0,00	29 514 148,24
Resultado líquido do período	(3)												-3 334 354,46	-3 334 354,46		-3 334 354,46
Resultado integral	(4)=(2)+(3)												-190 435,49	26 179 793,78	0,00	26 179 793,78
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Outras operações														0,00		0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (31.12.2020)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	78 556 415,00	0,00	30 580 767,57	2,73	0,00	0,00	0,00	-96 381 699,59	0,00	0,00	4 946 784,51	-3 334 354,46	14 367 915,76	0,00	14 367 915,76

Demonstração das alterações no patrimônio líquido no período findo em 31.12.2021

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da empresa mãe													Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
		Capital / Patrimônio Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Patrimônio Líquido	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período (01.01.2019*)	(1)	78 556 415,00	0,00	30 580 767,57	2,73	0,00	0,00	0,00	-96 381 699,59	0,00	0,00	4 946 784,51	-3 334 354,46	14 367 915,76	0,00	14 367 915,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações conhecidas no Patrimônio Líquido				16 518 525,91					-3 334 354,46			225 724,73	3 334 354,46	16 744 250,64		16 744 250,64
	(2)	0,00	0,00	16 518 525,91		0,00	0,00	0,00	-3 334 354,46	0,00	0,00	225 724,73	3 334 354,46	16 744 250,64	0,00	16 744 250,64
Resultado líquido do período	(3)												-3 410 409,38	-3 410 409,38		-3 410 409,38
Resultado integral	(4)=(2)+(3)												-76 054,92	13 333 841,26	0,00	13 333 841,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Outras operações														0,00		0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período (31.12.2021)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	78 556 415,00	0,00	47 099 293,48	2,73	0,00	0,00	0,00	-99 716 054,05	0,00	0,00	5 172 509,24	-3 410 409,38	27 701 757,02	0,00	27 701 757,02

Fonte: Opção Divina

O Conselho de Administração

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



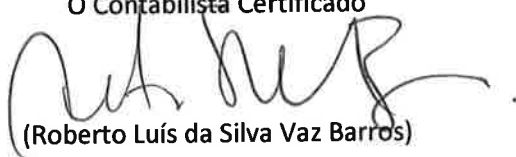
(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

1.5. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.5.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., pessoa coletiva n.º 511201427, foi constituída em 04 de agosto de 2001, pelo Decreto Legislativo Regional 21/2001/M e tem a sua sede social em Edifício de Governo Regional situado na Avenida Zarco, 3º andar.

A atividade principal da Sociedade insere-se no âmbito do interesse público, tendo por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural nos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Contudo, as mesmas Demonstrações Financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

1.5.2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

1.5.3. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC-AP bem como da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força dessa NCP e legislação complementar. Foi, também, tido em conta, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados no âmbito do SNC-AP.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo órgão de Gestão da Empresa, no dia 28 de março de 2022, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substancia sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC - AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 3 a 8.

1.5.4. Comparabilidade das rubricas do balanço e da demonstração dos resultados / Aplicação do SNC pela 1.ª Vez

As demonstrações financeiras apresentadas pela SMD no exercício anterior foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, o qual integra as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI), enquanto que as demonstrações financeiras elaboradas no presente exercício estão em conformidade com o

Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), o qual integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública (NCP) e o plano de contas multidimensional.

A alteração do referencial contabilístico de SNC para SNC – AP, provocou apenas alterações em termos de designação de rubricas, bem como algumas reclassificações no Balanço, não tendo sido efetuados quaisquer ajustamentos aos Fundos Patrimoniais.

As reclassificações no Balanço referem-se apenas à transferência dos Passivos por Impostos Diferidos para Outras contas a pagar.

1.5.5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Apesar do referencial contabilístico ter alterado, face ao exercício anterior, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, relevantes, sendo de salientar a alteração da designação e algumas rubricas, em conformidade com o novo referencial.

1.6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.6.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de mensuração adotadas pela entidade na preparação das demonstrações financeiras, são como segue:

1.6.2. Ativos fixos tangíveis

Os bens que integram o ativo fixo tangível são mensurados inicialmente pelo seu custo, conforme previsto na NCP 5, sendo a mensuração subsequente apresentada pelo valor do custo deduzido das depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Atendendo à especificidade da atividade da Sociedade e ao desconhecimento dos destinos a atribuir aos ativos construídos pela SMD (os quais têm fins sociais), torna-se muito difícil obter o valor recuperável dos referidos ativos, razão pela qual não foi possível efetuar testes de imparidade e registar as eventuais perdas por imparidade que, eventualmente, se pudessem verificar.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis (com exceção dos terrenos que não são depreciados), é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método da linha reta

ou quotas constantes, com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e outras construções	20 – 40 anos
Equipamento básico	4 – 16 anos
Equipamento de transporte	4 – 7 anos
Equipamento administrativo	2 – 15 anos
Outros bens	3 -8 anos

Os períodos de vida útil dos ativos fixos tangíveis foram objeto de avaliação, nas datas de relato, tendo-se considerado adequados os que têm vindo a ser praticados.

Para efeitos de depreciação não é deduzido o valor residual dos bens aos respetivos custos de aquisição, por se considerar que não seria possível efetuar a quantificação daqueles montantes de forma fiável.

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos, ainda, em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos mensurados ao custo de aquisição/construção. Estes ativos serão depreciados a partir do momento em que os mesmos estejam disponíveis para uso.

Para os investimentos em curso, relativos a ativos fixos tangíveis, cuja probabilidade de virem a ser concluídos foi avaliada, pelo Conselho de Administração, como sendo remota, foi reconhecida a respetiva perda por imparidade.

1.6.3. Ativos Intangíveis

Os valores relevados nesta rubrica, respeitam, apenas, a Projeto de desenvolvimento de website e são objeto de amortização de acordo com a vida útil esperada.

1.6.4. Participações financeiras

Relativamente às participações financeiras em entidades onde a SMD considera não exercer controlo nem influência significativa, encontram-se mensurados ao custo de aquisição menos qualquer perda por imparidade.

1.6.5. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros, os passivos financeiros ou os instrumentos de capital são reconhecidos apenas quando a entidade se constitui como uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou quando transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são desconhecidos quando os mesmos se extinguem, ou seja, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.6.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo /valor nominal menos qualquer perda por imparidade.

1.6.7. Imparidade de ativos financeiros correntes

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência que a quantia escriturada excede a quantia recuperável.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.



1.6.8. Caixa e Depósitos

A rubrica de caixa e depósitos mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), assim como aplicações de tesouraria convertíveis imediatamente em liquidez, sem afetar o valor do respetivo capital.

1.6.9. Imposto sobre o rendimento

A SMD encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 11,9% e 14,70%.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2018 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência. A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável. O limite à dedução previsto no n.º 2 do artigo 52.º do CIRC é elevado em 10 pontos percentuais, quando a diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

A Empresa não tem qualquer responsabilidade a pagar de IRC, exceto no que respeita à tributação autónoma, dado os prejuízos fiscais de que ainda dispõe.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e para-fiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a Sociedade considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e consequentemente também não foram reconhecidos impostos diferidos passivos.

1.6.10. Operações em moeda diferente da moeda de relato (Euro)

O Euro é a moeda funcional e de relato. Para as operações ocorridas em moeda diferente, que determinam a existência, no final dos períodos de relato, de posições em aberto no ativo e no passivo, procede-se à respetiva atualização da posição para o câmbio de 31 de dezembro. As quantias relativas a perdas e ganhos gerados com diferenças de câmbio foram reconhecidos em separado nos resultados correntes.

Relativamente a 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras não incluem saldos em moeda diferente da do relato.

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

1.6.11. Reconhecimento do rédito e regime do acréscimo

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquidos de descontos.

O rédito associado às vendas e prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro aplicável.



1.6.12. Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

A partir de 1 de janeiro de 2010, os encargos financeiros de financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a SMD entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos, quando aplicável, começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por financiamentos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Durante o exercício de 2021 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, face ao total de financiamentos, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

1.6.13. Subsídios do Governo

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis são incluídos nos fundos patrimoniais. O seu reconhecimento é efetuado em resultados, de acordo com a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

1.6.14. Gastos com o pessoal

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período.

Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social, bem como, benefícios não monetários tal como seguro de acidentes de trabalho.

Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direitos a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis.



A partir de 1 de janeiro de 2010, os gastos com pessoal relacionados diretamente com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos e/ou inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Contudo, este critério só é aplicado, quando a SMD entender que a quantificação daqueles montantes possa ser efetuada de forma fiável.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso.

Durante o exercício de 2021 não foram capitalizados quaisquer gastos com pessoal, por se considerar que (i) o valor dos mesmos não pode ser quantificado de forma fiável; e que (ii) considerando o montante do investimento em curso, o eventual montante a capitalizar não teria um impacto significativo nas contas apresentadas.

1.6.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras (nota 14).

1.6.16. Outras políticas contabilísticas relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras foram devidamente tomadas em consideração as seis principais características qualitativas enunciadas na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas: (i) relevância; (ii) fiabilidade; (iii) compreensibilidade; (iv) oportunidade; (v) comparabilidade e (vi) verificabilidade.

1.6.17. Principais estimativas e julgamentos

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, património líquido, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2.1, acima.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela SMD, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. As análises apresentadas seguidamente têm, apenas, como objetivo assistir o leitor das demonstrações financeiras no entendimento das mesmas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Vida útil dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas

Os responsáveis da gestão revêm no final de cada período de relato o período estimado de vida útil dos ativos fixos tangíveis, assim como os respetivos períodos de vida útil definidos. No entendimento dos responsáveis da gestão as vidas úteis utilizadas são adequadas e refletem as expectativas quanto ao período de utilização dos referidos bens. Contudo, em virtude de diversos fatores, o período de vida útil dos referidos ativos pode vir a ser distinto daquele assumido na data de relato.

Imparidade dos ativos não correntes

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data de relato, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade.

Imparidade dos ativos correntes

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a sociedade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.6.18. Principais pressupostos relativos ao futuro

Na elaboração das demonstrações financeiras não existem pressupostos relevantes relativos a acontecimentos futuros que tenham um impacto material nos seus elementos.

1.6.19. Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incerteza encontram-se descritas na nota 2.3., acima.

1.7. FLUXOS DE CAIXA

1.7.1. Quantias não disponíveis para uso

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. Contudo, é de salientar o facto de determinados recursos financeiros apenas poderem ser utilizados para a realização de investimentos, situação que justifica o valor de depósitos a prazo

1.7.2. Caixa e depósitos bancários

O detalhe da rubrica de caixa e depósitos à ordem, à data do relato, apresentava a seguinte composição:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Caixa	-	811,21
Depósitos à ordem	1 978 850,53	2 115 746,54
Total	1 978 850,53	2 116 557,75

Fonte: Opção Divina

1.8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

1.8.1. Ativos Fixos Tangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

As variações registradas nos ativos fixos tangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	8 338 850,63		8 338 850,63	8 338 850,63		8 338 850,63
Edifícios e outras construções	151 657 291,24	46 491 330,32	105 165 960,92	151 657 291,24	50 237 566,34	101 419 724,90
Equipamento básico	3 441 596,12	3 423 587,14	18 008,98	3 426 610,12	3 414 552,71	12 057,41
Equipamento de transporte	32 746,08	32 746,08	-	32 746,08	32 746,08	-
Equipamento administrativo	116 699,39	111 984,44	4 714,95	119 596,30	113 031,71	6 564,59
Outros	86 196,28	86 196,28	-	86 196,28	86 196,28	-
Ativos fixos tangíveis em curso	28 217,82		28 217,82	177 151,97		177 151,97
Total	163 701 597,56	50 145 844,26	113 555 753,30	163 838 442,62	53 884 093,12	109 954 349,50

Fonte: Opção Divina

1.8.2. Ativos Fixos Tangíveis – Quantias Escrituradas – Variações do Período

As amortizações e perdas por imparidade registradas, nos ativos fixos tangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações		Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Amortizações do período (8)	
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	8 338 850,63	-	-	8 338 850,63
Edifícios e outras construções	105 165 960,92	-	(3 746 236,02)	101 419 724,90
Equipamento básico	18 008,98	-	(5 951,57)	12 057,41
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento administrativo	4 714,95	2 896,92	(1 047,28)	6 564,59
Outros	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	28 217,82	148 934,15	-	177 151,97
Total	113 555 753,30	151 831,07	(3 753 234,87)	109 954 349,50

Fonte: Opção Divina

1.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

1.9.1. Ativos Intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas:

As variações registadas nos ativos fixos tangíveis, comparativamente com o período anterior, apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (1)	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis						
Projectos de desenvolvimento (i)	14 986,32	14 986,32	-	14 986,32	14 986,32	-
Software	4 620,00	3 465,00	1 155,00	4 620,00	4 620,00	-
Total	19 606,32	18 451,32	1 155,00	19 606,32	19 606,32	-

Fonte: Opção Divina

1.9.2. Ativos Intangíveis – Quantias Escrituradas – Variações do Período

As amortizações e perdas por imparidade registadas, nos ativos fixos tangíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte detalhe:

Fonte: Opção Divina

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações	Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Amortizações do período (8)	
Ativos intangíveis			
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-
Software	1 155,00	(1 155,00)	-
Total	1 155,00	(1 155,00)	-

1.10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

1.10.1. FINANCIAMENTOS CONTRATUALIZADOS

Em 31 de dezembro de 2021 os contratos de financiamento ativos apresentam o seguinte detalhe:

Entidade	Data do Contrato	Prazo do Contrato	Capital			Taxas de Juro	Pagamentos de anos anteriores		Pagamentos do ano		Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
			Contratado	Utilizado	Saldo 31.12.2019		Amortização	Total	Amortização	Total		
Deutsche Bank (a)	22-dez-05	29-dez-30	27 500 000,00	27 500 000,00	20 166 666,64	0,13%	1 833 333,34	1 833 333,34	1 833 333,34	1 833 333,34	18 333 333,30	16 499 999,96
Depfa Bank (b)	23-out-16		36 000 000,00	36 000 000,00	28 800 000,00	0,10%	2 400 000,00	2 400 000,00	2 400 000,00	2 400 000,00	26 400 000,00	24 000 000,00
Banca OPI (c)			51 000 000,00	51 000 000,00	44 200 000,00		3 400 000,00	3 400 000,00	3 400 000,00	3 400 000,00	40 800 000,00	37 400 000,00
Santander (d)	20-mai-11	20-mai-18	8 550 000,00	8 550 000,00	-	10,50%	-	-	-	-	-	-
RAME	13-jan-17	13-jan-35	12 832 231,70	12 832 231,70	30 671 119,07		-	-	-	-	8 664 085,98	-
Total			135 882 231,70	135 882 231,70	124 037 785,71		7 633 333,34	7 633 333,34	7 633 333,34	7 633 333,34	94 197 419,28	77 899 999,96

Fonte: Opção Divina

a) Empréstimo agrupado de 100.000.000 de euros concedido pelo Deutsche Bank, em 2005, do qual cabe à sociedade o montante de 27.500.000 euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2016 e 2030, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 13 basis point.

b) Empréstimo agrupado de 100.000.000 de euros concedido pela DEPFA Bank em 2006, do qual cabe à sociedade o montante de 36.000.000 de euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2017 e 2031, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 10 basis point.

c) Empréstimo agrupado de 125.000.000 de euros concedido pela Banca OPI em 2007, do qual cabe à sociedade o montante de 51.000.000 de euros. Este empréstimo está garantido pela Região Autónoma da Madeira, será reembolsado em prestações semestrais, compreendidas entre 2018 e 2032, e vence juros semestrais à taxa Euribor acrescida de um spread de 7 basis point.

1.10.2. AMORTIZAÇÃO FINANCIAMENTOS

Os financiamentos contratualizados a 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte exigibilidade:

Entidade	Capital Contratualizado	Saldo 31.12.2020	Saldo 31.12.2021	Amortizações previstas		
				Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Deutsche Bank	27 500 000,00	18 333 333,30	16 499 999,96	1 833 333,34	14 666 666,62	16 499 999,96
Depfa Bank	36 000 000,00	26 400 000,00	24 000 000,00	2 400 000,00	21 600 000,00	24 000 000,00
Banca OPI	51 000 000,00	40 800 000,00	37 400 000,00	3 400 000,00	34 000 000,00	37 400 000,00
RAM	12 832 231,70	8 664 085,98	-	-	-	-
Total	135 882 231,70	94 197 419,28	77 899 999,96	7 633 333,34	70 266 666,62	77 899 999,96

Fonte: Opção Divina

1.11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício foi o seguinte:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)
Processos judiciais em curso	3 133 848,00	-	-	3 133 848,00
Total	3 133 848,00	-	-	3 133 848,00

Fonte: Opção Divina

Foi interposto contra a sociedade uma ação, que corre termos em juízo, onde os autores reclamam cerca de dez milhões de euros, a título de indemnização por danos emergentes, relacionado com a empreitada de reconversão do Porto do Funchal.

Entre os montantes indicados no quadro supra, incluem-se os montantes estimados e provisionados pela SMD nesta fase de litigância, que se consideram ser a melhor estimativa à data da sua obrigação presente.

É convicção do Conselho de Administração que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais responsabilidades futuras.

1.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

1.12.1. CLIENTES

Clientes c/c	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Cientes nacionais	174 477,86	82 982,36
Cientes Paíse Comunitários	-	-
Cientes Cobrança Duvidosa	1 519 577,75	1 519 577,75
Subtotal	1 694 055,61	1 602 560,11
Perdas por imparidade	(1 519 577,75)	(1 519 577,75)
Total	174 477,86	82 982,36

Fonte: Opção Divina

Em 31 de dezembro de 2021 as perdas por imparidade acumuladas ascendem ao montante de 1.519.577,75 euros.

1.12.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Outras contas a receber	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	-	-
Ponta do Oeste, S.A.	527 000,00	527 000,00
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	50,37	50,37
Outros	269 694,68	34 278,18
Total	796 745,05	561 328,55

Fonte: Opção Divina

Os saldos devedores existentes com a Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. e com a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento Porto Santo, S.A., acima referenciadas tiveram como finalidade o pagamento dos investimentos efetuados por essas sociedades em anos anteriores, sendo previsível a sua recuperação.

[Handwritten signature]

1.12.3. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Fornecedores de Investimentos	-	13 348,88
Credores por Acrescimos de gastos		
Remunerações a liquidar	26 166,00	28 359,00
Água & Eletricidade & Comunicações	4 200,00	4 200,00
Outros Credores		
Caução Clientes	532 269,44	532 269,44
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA	4 900,89	4 900,09
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA	2 746 793,68	2 746 793,68
Outros	1 107,05	4 838,50
Total	3 315 437,06	3 334 709,59

Fonte: Opção Divina

Os saldos credores existentes com a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. acima referenciados teve como finalidade a dotação da SMD dos meios financeiros adequados à prossecução da sua atividade corrente, decorrentes aos constrangimentos financeiros provocados pelo Orçamento de períodos anteriores e da exiguidade das receitas próprias para fazer face aos seus gastos anuais.

Os passivos por impostos diferidos referem-se aos Subsídios ao investimento registados na rubrica de outras Variações nos Fundos Patrimoniais conforme nota 9.2.

1.12.4. DESRECONHECIMENTO

No período de relato a SMD não transferiu quaisquer ativos financeiros para outras entidades pelo que não realizou qualquer desconhecimento.

1.13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

1.13.1. QUANTIA ESCRITURADA - VARIAÇÃO

A rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte decomposição:

Fonte: Opção Divina

Estado e outros entes públicos	Saldo 31.12.2021		Saldo 31.12.2020	
	Ativo Corrente	Passivo Corrente	Ativo Corrente	Passivo Corrente
IRC - Pagamento especial por conta	1 802,00	-	3 910,00	-
IRC a Recuperar	-	-	-	-
IRC - Retenções	15 717,13	-	12 671,00	-
IRC Estimado	-	658,56	-	16,19
IVA - A Pagar	-	-	-	-
IVA - A Recuperar	21 152,28	-	14 518,90	-
Total	38 671,41	658,56	31 099,90	16,19

1.14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

Imposto sobre o Rendimento	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Imposto s/ rendimento corrente	(658,56)	(16,19)
Imposto s/ rendimento diferido (Passivo –	-	46 608,36
Total	(658,56)	46 592,17

Fonte: Opção Divina

A responsabilidade referente ao Imposto sobre o rendimento reconhecida nas demonstrações financeiras relativamente a 31 de dezembro de 2021, no valor de 658,56 euros, respeita exclusivamente ao imposto corrente apurado relativo a tributações autónomas.

A Administração considera não existir capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, dos prejuízos fiscais apurados, como tal não foi registado qualquer imposto diferido ativo.

Os prejuízos acumulados passíveis de dedução apresentam o seguinte detalhe:

Exercício	Prejuízo Apurado	Data limite de reporte dos prejuízos
2014	4 967 195,73	2028
2015	4 367 660,51	2029
2016	3 866 525,42	2030
2017	3 236 269,96	2031
2018	3 578 029,15	2032
2019	3 132 867,42	2033
2020	3 366 413,86	2032
2021	3 384 961,42	2033
Total	23 148 548,19	

Fonte: Opção Divina

2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

2.1. PATRIMÓNIO/CAPITAL

A SMD é uma sociedade anónima com capital não admitido à cotação em mercados regulados.

O capital, no valor de 78.556.415 euros, é composto por 15.711.283 ações de valor nominal de cinco euros cada, encontrando-se, todo realizado.

A rubrica de Património/Capital, à data de relato, decompõe-se da seguinte forma:

Entidade	% Participação	Património Subscrito	Património Realizado
Região Autónoma da Madeira	100,00%	78 556 415,00	78 556 415,00
Total	100,00%	78 556 415,00	78 556 415,00

Fonte: Opção Divina

De referir que no dia 27 de dezembro de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral, através da ata número 60, aumentar o capital social em 73.158.105,00 euros, através da incorporação dos contratos mútuos celebrados entre a sociedade e a acionista Região Autónoma da Madeira, referente aos valores até dezembro de 2015.

Este aumento de capital obteve o visto do Tribunal de Contas em 21 de abril de 2017, que fixou os emolumentos em 73.158,11 euros. A sociedade recorreu e o tribunal de contas, que veio fixar o valor dos emolumentos em 17.164 euros, os quais foram liquidados em finais de 2018.

2.2. VARIAÇÕES PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As variações registadas no Património Líquido compreendem essencialmente o resultado apurado no corrente exercício, conforme:

Rubrica	Saldo Inicial	Aplicação Resultado Líquido	Variações	Saldo Final
Património / Capital	78 556 415,00	-	-	78 556 415,00
Outros instrumentos de capital próprio	30 580 767,57	-	16 518 525,91	47 099 293,48
Prémios de emissão	2,73	-	-	2,73
Resultados Transitados	(96 381 699,59)	(3 334 354,46)	-	(99 716 054,05)
Outras variações no património Líquido	4 946 784,51	-	225 724,73	5 172 509,24
Resultado Líquido	(3 334 354,46)	3 334 354,46	(3 410 409,38)	(3 410 409,38)
Total património Líquido	14 367 915,76	-	13 333 841,26	27 701 757,02

Fonte: Opção Divina

A rubrica de outras variações no Património Líquido inclui:

Rubrica	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Saldo Inicial	4 946 784,51	5 743 004,19
Imputação do Subsídio ao Investimento	(221 944,56)	(221 944,56)
Imputação Passivo -imposto Diferido	447 669,29	46 608,36
Outros	-	(620 883,48)
Total	5 172 509,24	4 946 784,51

Fonte: Opção Divina

A rubrica de Subsídios e Passivo por Impostos Diferidos registou o seguinte movimento no ano:

Subsídios e Passivo por Impostos Diferidos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Saldo Inicial	1 314 968,04	470 293,29
Passivo por Imposto Diferido	(423 574,29)	891 283,11
Imputação ao exercício	-	(46 608,36)
Total	891 393,75	1 314 968,04

Fonte: Opção Divina

3. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.1. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal registado no corrente exercício, ascende a 219.612,69 euros, conforme:

Gasto com Pessoal	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Remunerações dos órgãos sociais	51 545,33	52 765,50
Remunerações do pessoal	127 364,13	136 286,74
Encargos sobre remunerações	38 264,17	42 688,55
Seguro de acidentes de trabalho	2 019,29	1 967,17
Outros gastos com o pessoal	419,77	450,80
Total	219 612,69	234 158,76

Fonte: Opção Divina

O número de colaboradores da SMD a 31 de dezembro de 2021 foi de 10.

3.2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS DA SOCIEDADE, ASSOCIADOS ÀS FUNÇÕES DE CARGOS DE GESTÃO

Apresentam-se nos quadros seguintes, os montantes totais das remunerações auferidas pelo conjunto dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, bem como os custos desta, associados a estas funções, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

✓ ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente e o Secretário não auferem qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

✓ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O vencimento dos membros do Conselho de Administração é repartido equitativamente pelas 4 Sociedades de Desenvolvimento, sendo que no ano de 2021 a SMD suportou gastos com remunerações dos órgãos sociais no montante de 51.545,33 euros.

3.3. OUTROS BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo estimados pela SMD compreendem as férias e subsídio de férias cujo valor estimado ascende a 26.166,00 euros, conforme mencionado anteriormente na nota 8.3.

3.4. OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO DE EMPREGADOS

Não existem outros benefícios a longo prazo de empregados.

A sociedade não tem responsabilidades com pagamentos de complementos de reforma.

3.5. OUTRAS INFORMAÇÕES

3.5.1. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os rendimentos obtidos no período em análise são essencialmente de concessões, à semelhança do exercício anterior:

Vendas	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Concessões	281 063,64	256 894,34
Arrendamento	62 190,32	48 285,17
Aluguer de equipamento	24 264,29	27 162,27
Total	367 518,25	332 341,78

Fonte: Opção Divina

3.5.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Subsídios à exploração	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Programa COVID 19	235 400,00	296 524,00
Total	235 400,00	296 524,00

Fonte: Opção Divina

3.5.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no período em análise, apresentam o seguinte detalhe:

Fornecimento e Serviços Externos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Trabalhos Especializados	78 183,59	53 430,25
Publicidade e propaganda	652,86	2 484,65
Conservação e reparação	70 952,54	22 000,12
Materiais	4 320,24	5 012,26
Electricidade	32 084,40	23 538,40
Combustíveis	1 712,88	-
Água	3 263,92	1 785,64
Deslocações, Estadas e Transportes	588,72	215,30
Comunicação	7 139,66	6 201,84
Seguros	1 621,60	381,53
Limpeza, higiene e conforto	2 054,33	1 285,93
Outros serviços	3 558,15	1 416,61
Total	206 132,89	117 752,53

Fonte: Opção Divina

3.5.4. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As depreciações e amortizações registadas no período são essencialmente referentes a ativos fixos tangíveis, conforme:

Gastos de depreciações e de amortizações	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis (Nota 4.2)	3 753 234,87	3 756 514,69
Ativos intangíveis (Nota 5.2)	1 155,00	3 465,00
Total	3 754 389,87	3 759 979,69

Fonte: Opção Divina



3.5.5. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Imputação de subsídios para investimentos	221 944,56	221 944,56
Outros rendimentos e ganhos	22 233,68	138 084,45
Total	244 178,24	360 029,01

Fonte: Opção Divina

3.5.6. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Impostos diretos	917,65	900,65
Impostos indiretos	72 780,94	78 458,71
Taxas	3 906,98	4 917,32
Correções relativas a períodos anteriores	7 163,00	2 780,27
Outros gastos e perdas	57 331,10	120 526,40
Total	142 099,67	207 583,35

Fonte: Opção Divina

A rubrica de taxas refere-se essencialmente às taxas debitadas pelo Governo Regional, pelo aval que concedeu aos empréstimos de financiamento da Banca Estrangeira.

3.5.7. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de juros e gastos similares suportados, em 31 de dezembro de 2021, resume-se conforme segue:

Juros e gastos similares suportados	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Outros juros e gastos financeiros	10,40	0,00
Total	10,40	0,00

Fonte: Opção Divina

3.5.8. PARTES RELACIONADAS

3.5.8.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS

As entidades relacionadas com a SMD são:

- ✓ Região Autónoma da Madeira
- ✓ Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e de Desenvolvimento da Zona do Oeste da Madeira, S.A.
- ✓ Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
- ✓ Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

3.5.8.2. SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

Entidades	Outras Operações
Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento	(527 000,00)
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	4 900,89
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	2 746 743,31
Total	2 224 644,20

Fonte: Opção Divina

3.5.8.3. COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS

À data de 31 de dezembro de 2021 não existem quaisquer contingências ou compromissos não registados no Balanço.



3.6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

3.7. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

1.1. Honorários faturados pelo revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam 3.904 euros.

1.2. Dívidas Autoridade Tributária

A SMD não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Autoridade Tributária.

1.3. Dívidas Segurança Social

A SMD não é devedora de quaisquer contribuições vencidas perante a Segurança Social.

1.4. Outros

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), durante o exercício de 2021 a sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 2, alínea e) do artº 66º do CSC.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do exercício no montante de 3.410.409,38 euros sejam objeto de transferência para resultados transitados.

SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, aos 28 de março de 2022

O Conselho de Administração

A Presidente,



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal,



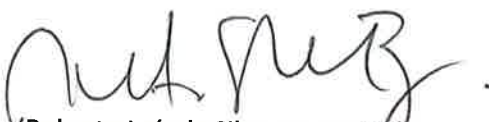
(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal,



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado,



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)



5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

5.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pessoa coletiva n.º 511 201 427.

É tutelada pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, possui a natureza de pessoa coletiva de direito público e integra o perímetro como empresa pública reclassificada.

O seu Código de Classificação Orgânica é 521030100.

As demonstrações orçamentais anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas nos termos da legislação em vigor, designadamente em respeito pela NCP 26 e pelas instruções do TdC.

Entendemos que as demonstrações orçamentais refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SMD, bem como a sua posição e desempenho orçamental e de fluxos de caixa no ano de 2021.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações orçamentais, segundo a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da SMD, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

O princípio fundamental que esteve subjacente à elaboração das demonstrações orçamentais foi a comparabilidade da informação, quer com as respetivas demonstrações do período anterior.

O Relato Orçamental consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e dos recebimentos, bem como, o desempenho orçamental.

Assim, em conformidade com o n.º 2 do parágrafo 46 da NCP mencionada, são seguidamente apresentados os quadros respeitantes aos mapas obrigatórios que constituem um conjunto completo de demonstrações orçamentais de relato (DOR):



Secretary of the Department of
the Department of the Interior
Bureau of Land Management
1000 East 17th Avenue
Denver, Colorado 80202
Tel: 303 733 7400 - Fax: 303 733 7450
Toll: 800 368 4271 - 800 368 4271
Capitol Building 1000 East 17th Avenue
Denver, Colorado 80202

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

ADDITIONAL COMMENTS

ID	RECEBIMENTO	FONTES DE FINANCIAMENTO						n-1	PLU	PROJEÇÕES	FUNTYS ORÇAMENTOS						n
		PP	RD	UP	TRM	F. ALUGU	TOTAL				PP	RD	UP	TRM	F. ALUGU	TOTAL	
	Forma [PP+RD+UP]	1 112 000,00	0,00			7 000 000,00	0 000 000,00	88 000 000,00		Forma [PP+RD+UP]	300 700,00	0,00			7 000 000,00	0 000 000,00	88 000 000,00
	Operações de Tesouro (OT)							7 000,00		Operações de Tesouro (OT)					1 000,00	1 000,00	8 000,00
										Saldo para o período seguinte							
										Operações e operações [PP+RD+UP]	1 000 000,00	0,00			1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]					0,00	0,00	0,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]	-10 000,00	-100 000,00			-110 000,00	-110 000,00	-110 000,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]	300 000,00	300 000,00			600 000,00	600 000,00	600 000,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]	-10 000,00	-100 000,00			-110 000,00	-110 000,00	-110 000,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]	1 000 000,00	1 000 000,00			2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]	300 000,00	300 000,00			600 000,00	600 000,00	600 000,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]	1 000 000,00	1 000 000,00			2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00
										Operações de Tesouro [PP+RD+UP]	300 000,00	300 000,00			600 000,00	600 000,00	600 000,00

DOR 2. Demonstração de execução orçamental da receita (anexo 2)

Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.
Funchal - Av. D. Carlos I, 300, 9004-927 Funchal
Tel: 291 215 740 - Fax: 291 215 750
NIF: 511 201 427 - CIPC: 511 201 427
Capital Social: 10.325.000,00€
email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

ANTES APURAMENTOS 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL:

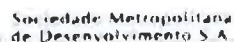
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTE
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)*	(12)*	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
063026,513,8702010170,122	1 040 083,00	-1 002 336,82	1 002 546,11	407 307,26	40 906,54	340 963,42	97,00	97,00	62 142,00	205 712,97	340 895,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
063026,513,8702080970,122	0 000,00	4 877,00	0,00	305,00	103,00	103,00	0,00	0,00	0,00	103,00	103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
063026,513,8801000970,122	25 000,00	6 333,72	0,00	10 447,20	0,00	17 005,00	0,00	0,00	0,00	17 005,00	17 005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034,712,3004022000,122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
057034,712,3004021300,122	235 430,00	235 430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 300 083,00	-755 779,12	1 002 546,11	900 420,54	41 110,54	307 002,40	97,00	97,00	62 142,00	304 701,00	300 904,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
063026,301,1111051000,122	371 537,00	100 430,41	0,00	221 106,30	0,00	221 106,30	0,00	0,00	0,00	221 106,30	221 106,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
063026,301,1300031000,122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
063026,303,1001030170,122	201 000,00	0,00	0,00	201 000,07	0,00	201 000,07	0,00	0,00	0,00	201 000,07	201 000,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
063026,522,1001030170,122	1 105 135,00	-400 000,52	0,00	1 305 134,32	0,00	1 305 134,32	0,00	0,00	0,00	1 305 134,32	1 305 134,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
052026,712,1111051000,122	7 033 333,00	0,00	0,00	7 033 333,34	0,00	7 033 333,34	0,00	0,00	0,00	7 033 333,34	7 033 333,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
063026,712,1200051000,122	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9 431 935,00	-400 000,52	0,00	9 401 502,32	0,00	9 401 502,32	0,00	0,00	0,00	9 401 502,32	9 401 502,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10 738 018,00	-806 340,43	1 002 546,11	9 901 922,86	41 110,54	9 040 004,42	97,00	97,00	62 142,00	9 706 303,97	9 040 408,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LEGENDA: (1)=(9)+(12); (12)=(3)+(4)+(5)+(7)

DOCUMENTO PRECATORIO DE CANCELAMENTO DE LIQUIDAÇÃO Nº 004/2021
12/03/2022 15:16 - R. da Gama



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.



Fornitel : Av. Targa Est. 999, Regional, 3º andar

9004-327 Funchal

TE 291 213 240 - Exp. 291 213 75

NIF, 511 201 427 - CDFC, 511 201 427

Capital Budget 10,225 000 000

email: financiera@sociedadesdesenvolvimento.com

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA 1

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

ANTES APRIL 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	PREVISÕES CORRIGIDAS	PREVISÕES POR LIQUIDAR	RECEITAS POR COBRAR DE PERÍODOS ANTERIORES	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS RESTITUIÇÕES		RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS			RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO PERÍODO	LIQUIDAÇÕES DE PERÍODOS FUTUROS				
							EMITIDOS	PAGOS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL		(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEQUENTES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) *	(12) *	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
RECEITA CORRENTE																	
002000,01,3,0742000170,53204	3 989,00	3 989,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
002000,01,3,0742000170,53420	26 412,00	26 412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
007000,01,3,0702000170,53002	916,00	916,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
003000,01,3,0702000170,53400	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
003000,01,3,0702000170,53420	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
012020,01,3,0732000170,53400	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
007000,713,0004000000,63500	1 020,00	1 020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	52 837,00	52 837,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL																	
052020,00,1,1004022001,53420	315 720,00	301 375,00	0,00	13 720,00	0,00	13 720,00	0,00	0,00	0,00	13 720,00	13 720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
002000,00,1,1004022001,53420	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
012020,00,1,1004022001,53400	073 000,00	067 630,00	0,00	10 370,00	0,00	10 370,00	0,00	0,00	0,00	10 370,00	10 370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
012020,00,2,1004022001,53224	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
053000,02,2,10040000170,53204	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
002000,02,2,10040000170,53400	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
007000,712,1004022000,53002	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
007000,712,1004022000,53400	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 360 037,00	1 216 042,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
									</								

LEGENDA: (1)-(9) = (10); (2)-(3) = (4); (5)-(6) = (7)

© 2022 The Author(s). Published by John Wiley & Sons Ltd

Page 2 of 2

-  **Fakultät für Betriebswirtschaftslehre
an der Universität Duisburg-Essen**
Postfach 10 15 50, 47047 Duisburg, Essen, Gelsenkirchen
Tel. 0204 249 242 - Fax 0204 249 292
0204 249 297 - 0204 249 242 x27
E-Mail: info@fbw.uni-due.de
www.fbw.uni-due.de

1954-55

Let $\mathcal{H}$ be a Hilbert space and $\mathcal{H}^*$ its dual space. Let $\mathcal{H}^*$ be the dual space of $\mathcal{H}$. Let $\mathcal{H}^*$ be the dual space of $\mathcal{H}$.

Sociedade Anonima
 de Seguros e Reaseguros S.A.
 Avenida das Laranjeiras, 100 - Bloco 10 - 1º andar
 04574-900 - Fátima
 Tel: 201 215 700 Fax: 201 215 750
 e-mail: 515.215.421 - 0800 515.201.421
 Capital Social: R\$ 125.000.000,00

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

530-12

4448 2015-05-15 14:00:00

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 111–118

[illegible]

Page 4 of 20

- DOR 5. Anexo às demonstrações orçamentais:
 - DOR 5.1. Alterações orçamentais da receita (anexo 4)

Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.
Funchal - Av. João Ed. Gov. Regional, 3º andar
9008-527 Funchal
Tlf. 291 215 740 - Fax. 291 215 758
NIF. 511 201 427 - CRCP. 511 201 427
Capital Social 10.225.000.00€
email: financeiro@sociedadedesenvolvimento.com

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA
PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
528030100	P5051	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CODIGO	DESIGNAÇÃO		CREDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(6)	(8)
387 10	Transferências de capital:	0,00	219 000,00	00 500,00	0,00	219 500,00	
387 1004	Administração regional:	0,00	219 000,00	00 500,00	0,00	219 500,00	
387 100402	Região Autónoma da Madeira:	0,00	219 000,00	00 500,00	0,00	219 500,00	
387 100402 20 02	Região Autónoma da Madeira:	0,00	219 000,00	00 500,00	0,00	219 500,00	
391 10	Transferências de capital:	000 500,00	0,00	0,00	00 500,00	973 000,00	
391 1004	Administração regional:	000 500,00	0,00	0,00	00 500,00	973 000,00	
391 100402	Região Autónoma da Madeira:	000 500,00	0,00	0,00	00 500,00	973 000,00	
391 100402 20 01	Região Autónoma da Madeira:	073 000,00	0,00	0,00	0,00	973 000,00	
391 100402 20 02	Região Autónoma da Madeira:	00 000,00	0,00	0,00	00 500,00	0,00	
392 10	Transferências de capital:	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	
392 1004	Administração regional:	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	
392 100402	Região Autónoma da Madeira:	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	
392 100402 20 07	Região Autónoma da Madeira:	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	00 401,00	0,00	47 320,00	00 412,00	51 317,00	
513 0702	Serviços:	00 401,00	0,00	47 320,00	00 412,00	51 317,00	
513 070201	Aluguer de imóveis e equipamentos:	30 401,00	0,00	27 320,00	20 412,00	37 317,00	
513 070201 01 78	Aluguer de imóveis e equipamentos:	30 401,00	0,00	27 320,00	20 412,00	37 317,00	
513 070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto:	20 000,00	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	
513 070208 01 78	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto:	20 000,00	0,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

Funchal - Av. Terceiro Ed. Rev. Regional, 3º andar

9004-927 Funchal

TM: 291 219 740 - Fax: 291 219 758

NIF: 511 201 427 - CIPC: 511 201 427

Capital Social 10.729.000 000

email: financeiro@societadedesenvolvimento.com

2021 | RELATÓRIO E CONTAS SMD

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
520030100	P5001	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(6)	(8)
522 10	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 1004	Administração regional:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 100402	Região Autónoma da Madeira,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 100402 20 01	Região Autónoma da Madeira,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 100402 20 07	Região Autónoma da Madeira,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
522 16	Saldo da gestão anterior	0,00	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	
522 1601	Saldo orçamental	0,00	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado,	0,00	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	
522 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado,	0,00	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	
712 06	Transferências correntes	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 0604	Administração regional:	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 060402	Região Autónoma da Madeira,	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 060402 20 06	Região Autónoma da Madeira,	0,00	0,00	151 520,00	150 000,00	1 520,00	
712 10	Transferências de capital	236 020,00	0,00	0,00	236 020,00	0,00	
712 1004	Administração regional:	236 020,00	0,00	0,00	236 020,00	0,00	
712 100402	Região Autónoma da Madeira,	236 020,00	0,00	0,00	236 020,00	0,00	
712 100402 20 05	Região Autónoma da Madeira,	80 400,00	0,00	0,00	80 400,00	0,00	
712 100402 20 06	Região Autónoma da Madeira,	151 520,00	0,00	0,00	151 520,00	0,00	
TOTAL		1 055 821,00	219 000,00	404 340,00	520 832,00	1 248 937,00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	5051	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CREDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
381 11	Activos financeiros:	0,00	0,00	371 537,00	0,00	371 537,00	
381 1111	Outros activos financeiros:	0,00	0,00	371 537,00	0,00	371 537,00	
381 111105	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	371 537,00	0,00	371 537,00	
381 111105 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	371 537,00	0,00	371 537,00	
381 12	Passivos financeiros:	371 537,00	0,00	0,00	371 537,00	0,00	
381 1206	Empréstimos a médio e longo prazo:	371 537,00	0,00	0,00	371 537,00	0,00	
381 120605	Adm. Públicas - Adm. regional:	371 537,00	0,00	0,00	371 537,00	0,00	
381 120605 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional:	371 537,00	0,00	0,00	371 537,00	0,00	
382 16	Saldo da gestão anterior:	0,00	201 029,00	0,00	0,00	201 029,00	
382 1601	Saldo orçamental:	0,00	201 029,00	0,00	0,00	201 029,00	
382 160103	Nas passas do serviço - Consignado:	0,00	201 029,00	0,00	0,00	201 029,00	
382 160103 01 78	Nas passas do serviço - Consignado:	0,00	201 029,00	0,00	0,00	201 029,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	1 040 000,00	0,00	0,00	916,00	1 040 003,00	
513 0702	Serviços:	1 040 000,00	0,00	0,00	916,00	1 040 003,00	
513 070201	Aluguer de espaços e equipamentos:	1 040 000,00	0,00	0,00	916,00	1 040 003,00	
513 070201 01 78	Aluguer de espaços e equipamentos:	1 040 000,00	0,00	0,00	916,00	1 040 003,00	
513 070299	Outras:	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
513 070299 99 78	Outras:	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
513 08	Outras receitas correntes:	25 000,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinatura)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PREVATIVO	ANO
521030100	5051	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7):=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
513.0801	Outras receitas correntes:	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
513.080199	Outras:	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
513.080199.99.78	Outras:	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
522.16	Saldo da gestão anterior:	0,00	1.365.135,00	0,00	200.000,00	1.165.135,00	
522.1601	Saldo orçamental:	0,00	1.365.135,00	0,00	200.000,00	1.165.135,00	
522.160103	Na posse do serviço - Consignado:	0,00	1.365.135,00	0,00	200.000,00	1.165.135,00	
522.160103.01.78	Na posse do serviço - Consignado:	0,00	1.365.135,00	0,00	200.000,00	1.165.135,00	
712.06	Transferências correntes:	0,00	0,00	300.000,00	100.000,00	200.000,00	
712.0604	Administração regional:	0,00	0,00	300.000,00	100.000,00	200.000,00	
712.060402	Região Autónoma de Madeira:	0,00	0,00	300.000,00	100.000,00	200.000,00	
712.060402.12.00	Região Autónoma de Madeira:	0,00	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00	
712.060402.20.05	Região Autónoma de Madeira:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
712.060402.20.05	Região Autónoma de Madeira:	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00	
712.11	Activos financeiros:	0,00	0,00	7.633.334,00	0,00	7.633.334,00	
712.1111	Outros activos financeiros:	0,00	0,00	7.633.334,00	0,00	7.633.334,00	
712.111105	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	7.633.334,00	0,00	7.633.334,00	
712.111105.10.00	Adm. Públicas - Adm. regional:	0,00	0,00	7.633.334,00	0,00	7.633.334,00	
712.12	Passivos financeiros:	7.633.334,00	0,00	0,00	7.633.334,00	0,00	
712.1206	Empréstimos a médio e longo prazo:	7.633.334,00	0,00	0,00	7.633.334,00	0,00	

Puncall em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

Funchal - Av. Cerca Ed. Gov. Regional, 3º andar
9004-927 Funchal

TM: 291 215 740 - Fax: 291 215 758

NIF: 511 201 427 - CIPC: 511 201 427

Capital Social 10.225.000,00€

email: financeiro@sociedadedesenvolvimento.com

2021 | RELATÓRIO E CONTAS SMD

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

ORÇAMENTO	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	5051	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS	REFORÇOS	ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)-(8)	(8)
712 120605	Adm. Públicas - Adm. regional	7 633 334,00	0,00	0,00	7 633 334,00	0,00	
712 120605 10 00	Adm. Públicas - Adm. regional	7 633 334,00	0,00	0,00	7 633 334,00	0,00	
TOTAL		8 076 470,00	1 027 904,00	0 300 271,00	0 300 707,00	10 730 016,00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

2021 | RELATÓRIO E CONTAS SMD

• DOR 5.2. Alterações orçamentais da despesa (anexo 5)

Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

Funchal - Av. Carne Ede. Gau. Regional, 39 andar
9004-527 Funchal
TM: 291 213 740 - Fax: 291 213 758
NIF: 511 201 427 - OPCI: 511 201 427
Capital Social 10.223.000,00€
email: financeiro@sociedadesdesenvolvimento.com

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRVATIVO	ANO
628030100	P0051	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDAÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) (3)+(4)-(5)-(6)-(7)	(10)
387.07	Aquisição de bens de capital	0.00	90 000.00	0.00	210 000.00		0.00	315 000.00	
387.0701	Investimentos	0.00	90 000.00	0.00	210 000.00		0.00	315 000.00	
387.070104.00.00	Construções diversas	0.00	90 000.00	0.00	210 000.00		0.00	315 000.00	
391.07	Aquisição de bens de capital	000 000.00	0.00	95 000.00	0.00		0.00	073 000.00	
391.0701	Investimentos	000 000.00	0.00	95 000.00	0.00		0.00	073 000.00	
391.070104.00.00	Construções diversas	000 000.00	0.00	95 000.00	0.00		0.00	073 000.00	
392.07	Aquisição de bens de capital	100 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	100 000.00	
392.0701	Investimentos	100 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	100 000.00	
392.070104.00.00	Construções diversas	54 007.00	0.00	0.00	0.00		0.00	54 007.00	
392.070106.00.00	Material de transporte	27 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	27 000.00	
392.070107	Equipamento de informática	9 700.00	0.00	0.00	0.00		0.00	9 700.00	
392.070107.00.00	Equipamento de informática	9 700.00	0.00	0.00	0.00		0.00	9 700.00	
392.070108	Software informático	8 243.00	0.00	0.00	0.00		0.00	8 243.00	
392.070108.00.00	Software informático	8 243.00	0.00	0.00	0.00		0.00	8 243.00	
513.02	Aquisição de bens e serviços	0.00	910.00	0.00	0.00		0.00	910.00	
513.0201	Aquisição de bens	0.00	910.00	0.00	0.00		0.00	910.00	
513.020117.00.00	Ferramentas e utensílios	0.00	910.00	0.00	0.00		0.00	910.00	
513.07	Aquisição de bens de capital	50 401.00	00 412.00	00 412.00	0.00		0.00	50 401.00	
513.0701	Investimentos	50 401.00	00 412.00	00 412.00	0.00		0.00	50 401.00	
513.070104.00.00	Construções diversas	50 401.00	00 412.00	00 412.00	0.00		0.00	50 401.00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORGÂNICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
520030100	P9001	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
522 07	Aquisição de bens de capital	0.00	200 000.00	0.00	0.00		0.00	200 000.00	
522 0701	Investimentos	0.00	200 000.00	0.00	0.00		0.00	200 000.00	
522 070104 00 00	Construções diversas	0.00	200 000.00	0.00	0.00		0.00	200 000.00	
712 02	Aquisição de bens e serviços	0.00	151 520.00	150 000.00	0.00		0.00	1 520.00	
712 0201	Aquisição de bens	0.00	100 000.00	98 000.00	0.00		0.00	1 520.00	-
712 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	0.00	50 000.00	48 000.00	0.00		0.00	1 520.00	
712 020121 00 00	Outros bens	0.00	50 000.00	50 000.00	0.00		0.00	0.00	
712 0202	Aquisição de serviços	0.00	51 520.00	51 520.00	0.00		0.00	0.00	
712 020203 00 00	Conservação de bens	0.00	51 520.00	51 520.00	0.00		0.00	0.00	
712 07	Aquisição de bens de capital	230 020.00	0.00	230 020.00	0.00		0.00	0.00	
712 0701	Investimentos	230 020.00	0.00	230 020.00	0.00		0.00	0.00	
712 070104 00 00	Construções diversas	230 020.00	0.00	230 020.00	0.00		0.00	0.00	
TOTAL		1 055 521.00	404 340.00	520 522.00	219 000.00			1 340 637.00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇAMENTAL	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	5001	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
381 01	Despesas com o pessoal	351 537,00	48,00	48,00	0,00		0,00	301 537,00	
381 0101	Remunerações certas e permanentes	282 570,00	0,00	0,00	0,00		0,00	282 570,00	
381 010102 00 00	Órgãos sociais	37 203,00	0,00	0,00	0,00		0,00	37 203,00	
381 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	172 212,00	0,00	0,00	0,00		0,00	172 212,00	
381 010111 00 00	Representação	10 710,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 710,00	
381 010112 00 00	Suplementos e prémios	15 101,00	0,00	0,00	0,00		0,00	15 101,00	
381 010113 00 00	Subsídio de refeição	12 430,00	0,00	0,00	0,00		0,00	12 430,00	
381 010114	Subsídio de férias e de Natal	34 042,00	0,00	0,00	0,00		0,00	34 042,00	
381 010114 SF 00	Subsídio de férias e de Natal	17 421,00	0,00	0,00	0,00		0,00	17 421,00	
381 010114 SN 00	Subsídio de férias e de Natal	17 421,00	0,00	0,00	0,00		0,00	17 421,00	
381 0102	Abonos variáveis ou eventuais	1 034,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 034,00	
381 010206 00 00	Formação	1 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 000,00	
381 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	834,00	0,00	0,00	0,00		0,00	834,00	
381 010214 80 00	Outros abonos em numerário ou espécie	834,00	0,00	0,00	0,00		0,00	834,00	
381 0103	Segurança social	67 133,00	48,00	48,00	0,00		0,00	67 133,00	
381 010305	Contribuições para a segurança social	63 002,00	0,00	48,00	0,00		0,00	63 004,00	
381 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social	4 004,00	0,00	0,00	0,00		0,00	4 004,00	
381 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social	50 346,00	0,00	48,00	0,00		0,00	50 390,00	
381 010305 A0 C0	Contribuições para a segurança social	462,00	0,00	0,00	0,00		0,00	462,00	
381 010309 00 00	Seguros	3 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 000,00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinatura)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	3001	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
381 010310	Outras despesas de segurança social	231,00	48,00	0,00	0,00		0,00	279,00	
381 010310 AC 00	Outras despesas de segurança social	231,00	48,00	0,00	0,00		0,00	279,00	
381 04	Transferências correntes	20 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
381 0408	Famílias	20 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
381 040802	Outras	20 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
381 040802 80 00	Outras	20 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
382 07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	261 920,00		0,00	261 920,00	
382 0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	261 920,00		0,00	261 920,00	
382 070104 00 00	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	261 920,00		0,00	261 920,00	
513 01	Despesas com o pessoal	53 705,00	6 700,00	0,00	0,00		0,00	60 405,00	
513 0101	Remunerações certas e permanentes	43 331,00	6 377,00	0,00	0,00		0,00	49 708,00	
513 010102 00 00	Órgãos sociais	6 530,00	2 773,00	0,00	0,00		0,00	9 303,00	
513 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	36 387,00	2 717,00	0,00	0,00		0,00	39 104,00	
513 010111 00 00	Representação	1 705,00	607,00	0,00	0,00		0,00	2 312,00	
513 010112 00 00	Suplementos e prémios	2 143,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 143,00	
513 010113 00 00	Subsídio de refeição	2 479,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 479,00	
513 0103	Segurança social	10 374,00	332,00	0,00	0,00		0,00	10 706,00	
513 010305	Contribuições para a segurança social	9 002,00	332,00	0,00	0,00		0,00	9 334,00	
513 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social	804,00	302,00	0,00	0,00		0,00	1 106,00	
513 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social	8 199,00	0,00	0,00	0,00		0,00	8 199,00	

Funchal em 12 de Março de 2022

(Assinatura)

Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.
Funchal - Av. Torre Ed. Gov. Regional, 39 andar
9004-527 Funchal
Tel. 291 219 740 - Fax. 291 219 758
NIF. 511 201 427 - CRCP. 511 201 427
Capital Social 10 225.000,00€
email: financeiro@sociedadedesenvolvimento.com

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇAMENTAL	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	5851	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)-(6)-(7)	(10)
513 010305 AO 00	Contribuições para a segurança social	00.00	30.00	0.00	0.00		0.00	130.00	
513 010309 30 00	Seguros	798.00	0.00	0.00	0.00		0.00	798.00	
513 010310	Outras despesas de segurança social	22.00	0.00	0.00	0.00		0.00	22.00	
513 010310 AC 30	Outras despesas de segurança social	22.00	0.00	0.00	0.00		0.00	22.00	
513 02	Aquisição de bens e serviços	788 190.00	9 200.00	17 116.00	0.00		0.00	880 264.00	
513 0201	Aquisição de bens	17 930.00	200.00	0.00	0.00		0.00	17 930.00	
513 020132 00 00	Combustíveis e lubrificantes	5 250.00	0.00	0.00	0.00		0.00	5 250.00	
513 020134 00 00	Limpeza e higiene	2 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	2 000.00	
513 020137 00 00	Vestuário e artigos pessoais	0.00	200.00	0.00	0.00		0.00	200.00	
513 020138	Material de escritório	2 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	2 000.00	
513 020138 00 00	Material de escritório	2 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	2 000.00	
513 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	3 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	3 000.00	
513 020121 00 00	Outros bens	4 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	4 000.00	
513 0202	Aquisição de serviços	880 430.00	9 000.00	17 116.00	0.00		0.00	880 314.00	
513 020201	Encargos das instalações	77 000.00	2 000.00	0.00	0.00		0.00	79 000.00	
513 020201 40 00	Encargos das instalações	7 000.00	2 000.00	0.00	0.00		0.00	9 000.00	
513 020201 80 00	Encargos das instalações	70 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	70 000.00	
513 020202 00 00	Limpeza e higiene	4 000.00	0.00	0.00	0.00		0.00	4 000.00	
513 020203 00 00	Conservação de bens	321 321.00	0.00	16 016.00	0.00		0.00	305 305.00	
513 020209	Comunicações	6 000.00	7 000.00	0.00	0.00		0.00	13 000.00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇAMENTAL	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	9001	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
513 020209 AO 00	Comunicações	2 000,00	3 000,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 020209 DO 00	Comunicações	2 000,00	4 000,00	0,00	0,00		0,00	6 000,00	
513 020209 EO 00	Comunicações	3 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020212	Seguros	50 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
513 020212 BO 00	Seguros	50 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	50 000,00	
513 020213	Deslocações e estadas	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020213 VO 00	Deslocações e estadas	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	37 141,00	0,00	0,00	0,00		0,00	37 141,00	
513 020214 BO 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	20 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
513 020214 BS 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	2 141,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 141,00	
513 020214 DO 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria	10 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 000,00	
513 020217	Publicidade	33 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	33 000,00	
513 020217 AO 00	Publicidade	3 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3 000,00	
513 020217 BO AO	Publicidade	2 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2 000,00	
513 020217 CO 00	Publicidade	20 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 000,00	
513 020219	Assistência técnica	7 574,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7 574,00	
513 020219 CO 00	Assistência técnica	6 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	6 000,00	
513 020219 CS 00	Assistência técnica	1 574,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 574,00	
513 020220	Outros trabalhos especializados	114 004,00	0,00	200,00	0,00		0,00	114 004,00	
513 020220 CO 00	Outros trabalhos especializados	85 000,00	0,00	200,00	0,00		0,00	84 800,00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇAMENTAL	COD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	5051	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)	(10)
513 020220 CS 00	Outros trabalhos especializados	20 004,00	0,00	0,00	0,00		0,00	20 004,00	
513 020225 00 00	Outros serviços	35 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	35 000,00	
513 03	Juros e outros encargos	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 0305	Outros juros	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 030502	Outros	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 030502 JC 00	Outros	1 500,00	0,00	0,00	0,00		0,00	1 500,00	
513 08	Outras despesas correntes	200 000,00	0,00	7 000,00	0,00		0,00	207 000,00	
513 0802	Diversas	200 000,00	0,00	7 000,00	0,00		0,00	207 000,00	
513 080201 00 00	Impostos e taxas	200 000,00	0,00	7 000,00	0,00		0,00	207 000,00	
513 07	Aquisição de bens de capital	10 214,00	0 200,00	0,00	0,00		0,00	10 414,00	
513 0701	Investimentos	10 214,00	0 200,00	0,00	0,00		0,00	10 414,00	
513 070107	Equipamento de informática	5 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 070107 C3 00	Equipamento de informática	5 000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 000,00	
513 070108	Software informático	0,00	1 200,00	0,00	0,00		0,00	1 200,00	
513 070108 A0 00	Software informático	0,00	1 200,00	0,00	0,00		0,00	1 200,00	
513 070109	Equipamento administrativo	5 214,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 214,00	
513 070109 B0 00	Equipamento administrativo	5 214,00	0,00	0,00	0,00		0,00	5 214,00	
513 070110	Equipamento básico	0,00	7 000,00	0,00	0,00		0,00	7 000,00	
513 070110 B0 00	Equipamento básico	0,00	7 000,00	0,00	0,00		0,00	7 000,00	
522 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	201 362,00		0,00	201 362,00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
521030100	5001	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CREDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
522 0202	Aquisição de serviços	0.00	0.00	0.00	241 302.00		0.00	241 302.00	
522 020203 00 00	Conservação de bens	0.00	0.00	0.00	111 302.00		0.00	111 302.00	
522 020214	Estudos pareceres projectos e consultoria	0.00	0.00	0.00	30 000.00		0.00	30 000.00	
522 020214 80 00	Estudos pareceres projectos e consultoria	0.00	0.00	0.00	30 000.00		0.00	30 000.00	
522 020214 00 00	Estudos pareceres projectos e consultoria	0.00	0.00	0.00	30 000.00		0.00	30 000.00	
522 020220	Outros trabalhos especializados	0.00	0.00	0.00	30 000.00		0.00	30 000.00	
522 020220 00 00	Outros trabalhos especializados	0.00	0.00	0.00	30 000.00		0.00	30 000.00	
522 07	Aquisição de bens de capital	0.00	0.00	0.00	623 773.00		0.00	623 773.00	
522 0701	Investimentos	0.00	0.00	0.00	623 773.00		0.00	623 773.00	
522 070104	Construções diversas	0.00	0.00	0.00	700 773.00		0.00	700 773.00	
522 070104 00 00	Construções diversas	0.00	0.00	0.00	700 734.00		0.00	700 734.00	
522 070104 00 70	Construções diversas	0.00	0.00	0.00	8 030.00		0.00	8 030.00	
522 070106 00 00	Materiais de transporte	0.00	0.00	0.00	26 000.00		0.00	26 000.00	
522 08	Transferências de capital	0.00	0.00	200 000.00	200 000.00		0.00	100 000.00	
522 0801	Sociedades e quase soc. não financeiras	0.00	0.00	200 000.00	200 000.00		0.00	100 000.00	
522 080102	Privadas	0.00	0.00	200 000.00	200 000.00		0.00	100 000.00	
522 080102 00 00	Privadas	0.00	0.00	200 000.00	200 000.00		0.00	100 000.00	
712 02	Aquisição de bens e serviços	0.00	194 000.00	0.00	0.00		0.00	194 000.00	
712 0202	Aquisição de serviços	0.00	194 000.00	0.00	0.00		0.00	194 000.00	
712 020201	Encargos das instalações	0.00	51 350.00	0.00	0.00		0.00	51 350.00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2021/01/01 A 2021/12/31

CLASS. ORÇANICA	COD. ORÇ. PRVATIVO	ANO
521030100	5061	2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)	(10)
712 020201 AC 00	Encargos das instalações	0.00	5 000.00	0.00	0.00		0.00	5 000.00	
712 020201 BC 00	Encargos das instalações	0.00	46 300.00	0.00	0.00		0.00	46 300.00	
712 020203 CC 00	Conservação de bens	0.00	16 300.00	0.00	0.00		0.00	16 300.00	
712 020214	Estudos periciais projectos e consultadoria	0.00	30 000.00	0.00	0.00		0.00	30 000.00	
712 020214 BC 00	Estudos periciais projectos e consultadoria	0.00	25 000.00	0.00	0.00		0.00	25 000.00	
712 020214 CC 00	Estudos periciais projectos e consultadoria	0.00	10 000.00	0.00	0.00		0.00	10 000.00	
712 020220	Outros trabalhos especializados	0.00	51 350.00	0.00	0.00		0.00	51 350.00	
712 020220 CC 00	Outros trabalhos especializados	0.00	51 350.00	0.00	0.00		0.00	51 350.00	
712 05	Outras despesas correntes	0.00	41 300.00	0.00	0.00		0.00	41 300.00	
712 0502	Diversas	0.00	41 300.00	0.00	0.00		0.00	41 300.00	
712 050201 CC 00	Impostos e taxas	0.00	41 300.00	0.00	0.00		0.00	41 300.00	
712 10	Passivos financeiros	7 633 334.00	0.00	0.00	0.00		0.00	7 633 334.00	
712 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	7 633 334.00	0.00	0.00	0.00		0.00	7 633 334.00	
712 100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	7 633 334.00	0.00	0.00	0.00		0.00	7 633 334.00	
712 100603 SC 00	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	7 633 334.00	0.00	0.00	0.00		0.00	7 633 334.00	
TOTAL		9 076 470.00	290 967.00	229 071.00	1 627 064.00			10 738 010.00	

Funchal, em 12 de Março de 2022

(Assinaturas)

○ **DOR 5.4. Operações de tesouraria (anexo 6)**

**Operações de
Tesouraria**

Euros

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
D 120100	Receita do Estado - Fundos Alheios	0,00		0,00	0,00
D 120200	Operações de Tesouraria - Fundos Alheios	489 495,36	0,00	3 900,16	485 595,20
Total		489 495,36	0,00	3 900,16	485 595,20

Adnatec Italia
tel. 02/58100111 - fax 02/58100112 - e-mail: info@adnatec.it

201

[illegible]

- DOR 5.6, Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento (anexo 8)



Adjudicações por tipo procedimento

Ajudações por tipo procedimento

Tipo de contrato	Concurso público										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prova qualificatória		Procedimento por negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Prazo contratual	Número dos contratos	Valor
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	AJD 01/2021; CPr 01/2021; AID 06/2021; AID 09/2021	10 dias; 60 dias; 30 dias; 20 dias	4	110 952,14 €
Aquisição de serviços	CP 01/2021	36 meses	-	-	-	-	-	-	CPr AFI; CPr 06/2020; AID 01/2021; AID 02/2021; CPr 01/2021; AID 03/2021; AID 02/2021; AID 04/2021; AID 07/2021; AID 03/2021; AID 08/2021; AID 10/2021	24 meses; 36 meses; 36 meses; 36 meses; 40 dias; 231 dias; 222 dias; 30 dias; 30 dias; 60 dias; 15 dias	13	153 085,09 €
Locação ou aquisição de bens móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Valores s./IVA												

○ DOR 5.7. Transferências e subsídios - Receita (anexo 9)

Transferências e Subsídios Recebidas

Euros								
Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Possibilidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes	Resoluções n.º 6/2021, n.º 73/2021, n.º 141/2021, n.º 239/2021, n.º 380/2021, n.º 554/2021 e n.º 665/2021	Perda de receita/aumento da despesa - COVID 19	Governo Regional da Madeira	236 920,00	0,00	0,00	0,00	Valor só foi recebido em 2022
Total das Transferências Correntes				236 920,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	Artigo 31.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial da RAM, ponto i) da alínea d) do artigo 5.º do DLR n.º 12/2018/M, alínea c) do artigo 3.º do DLR n.º 21/2001/M, n.º 2 do artigo 35.º do DLR n.º 18/2020/M e da Resolução n.º 453/2021	Contrato Programa com a SMD - Projeto 52438	Governo Regional da Madeira	315 100,00	13 775,00	301 325,00		
	Artigo 31.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial da RAM, alínea f) do n.º 2 do artigo 2.º da Lei Orgânica 2/2010, alínea c) do artigo 3.º do DLR n.º 21/2001/M, n.º 2 do artigo 35.º do DLR n.º 18/2020/M e da Resolução 136/2021	Contrato Programa com a SMD - Projeto 52430	Governo Regional da Madeira	573 000,00	10 170,00	562 830,00		
	Artigo 69 da Lei das Finanças das Regiões Autônomas, Artigo 35.º DLR 18/2020/M e Artigo 5.º DLR 18/2000/M	Contrato Programa com a SMD - Projeto 52224	Governo Regional da Madeira	100 000,00	0,00	100 000,00		Contratos programa não chegaram a ser assinados
Total das Transferências de Capital				988 100,00	24 045,00	964 055,00	0,00	
Subsídios						0,00		
Total Subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	

○ DOR 5.8. Transferências e subsídios - Despesa (anexo 10)

Transferências e
Subsídios
Concedidos

Euros

Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Beneficiária (3)	Despesas Orçamentadas (4)	Despesas Autorizadas (5)	Despesas Pagas (6)	Despesas Autorizadas e Não Pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências / Subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências correntes	Programas de emprego	Transferências para as famílias	20 000,00	11 974,92	11 974,92	0,00		
Total das Transferências Correntes				11 974,92	11 974,92	0,00	0,00	
Transferências de capital	Indemnização a pagar a fornecedores	Diversos fornecedores	100 000,00	0,00	0,00	0,00		
Total das Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios						0,00		
Total Subsídios			120 000,00	11 974,92	11 974,92	0,00	0,00	

O Conselho de Administração

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

O Vogal



(Ricardo Morna Jardim)

O Contabilista Certificado



(Roberto Luís da Silva Vaz Barros)

1.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAOS

1. DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANEXO 1)

A Demonstração do Desempenho Orçamental permite a análise do desempenho orçamental da SMD e apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário) sendo a informação organizada pela fonte de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

Na receita orçamentada as receitas correntes representaram 93,84% do total da receita efetiva e as receitas de capital representaram 6,16% do total da receita efetiva.

Na despesa orçamentada, as despesas correntes representaram 75,15% do total da despesa efetiva e as despesas de capital representaram 24,85% do total da despesa efetiva.

2. DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (ANEXO 2)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

A execução da Receita Corrente cifrou-se em 3,72% e da Receita de Capital em 96,28%, do total do orçamento corrigido, com uma execução total de 82,42%.

3. DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (ANEXO 3)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

Na análise da composição da despesa, a dotação é corrigida para dotação disponível, pela redução por via das cativações efetuadas diretamente pela DROT, plasmadas no ORAM 2021, e que podem ser analisadas nos mapas de execução, na coluna com o nome de "cativos ou congelamentos".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram cativados 266.929€.

A execução da Despesa Corrente cifrou-se em 6,69% e da Despesa de Capital em 93,31%, do total do orçamento corrigido, com uma execução total de 69,95%.



4. DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, nem sempre é suficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

No decorrer do ano 2021, a SMD realizou 17 alterações orçamentais. A maior parte das alterações orçamentais constituíram meras transferências entre rubricas orçamentais, com exceção da:

- 1ª alteração orçamental, onde se registou a utilização do saldo da gerência do exercício do ano 2020.

A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 1.846.664€, e resulta essencialmente da inscrição das verbas descritas no parágrafo anterior.

5. DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA (ANEXO 4)

As alterações orçamentais da receita em 2021 evidenciam as alterações orçamentais ocorridas no período de relato com as rubricas da receita num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da receita, ocorridas em 2021.

6. DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (ANEXO 5)

As alterações orçamentais da despesa em 2021 evidenciam as alterações orçamentais da despesa ocorridas no período de relato com as rubricas da despesa num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em anexo mapa com as alterações orçamentais da despesa, ocorridas em 2021.

7. DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA (ANEXO 6)

O mapa das operações de tesouraria discrimina as operações que geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da entidade, permitindo assim assegurar a devida prestação de contas nesta área.

8. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em aditamento às presentes demonstrações orçamentais, consta do ponto 4 do Relatório de Gestão e Contas 2021 e o relatório de investimentos onde constam os investimentos, de acordo com as orientações de gestão da tutela e constantes do PIDAR.

9. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:

9.1. DOR 5.5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (ANEXO 7)

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente sobre todos os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período do relato.

Em anexo junta-se um mapa com o ponto de situação dos contratos adjudicados em 2021, por entidade e por objeto do contrato.

9.2. DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO (ANEXO 8)

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente no que respeita a cada tipo de contrato sobre as modalidades de adjudicação, indicando o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período do relato.

Foram adjudicados no decorrer do ano 2021, 17 contratos com o valor global de 264.037,23 €, sendo:

- 16 - Por ajuste direto regime geral;
- 0 - Através de consulta prévia;
- 1 - Pela modalidade de concurso público;
- 0 - Por concurso limitado por prévia qualificação.

10. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

10.1. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA

A informação relativa a transferências e subsídios da despesa permite acompanhar que tipos de apoio são concedidos pela entidade.

A SMD não realizou qualquer transferência a título de subsídios, mas sim de transferências correntes, utilizados através dos programas de emprego.

10.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (ANEXO IX)

A informação relativa a transferências e subsídios permite acompanhar que tipos de apoio são obtidos pela entidade.

A SMD não recebeu durante o ano de 2021 qualquer valor para compensar da receita não cobrada devido ao COVID 19. Estes valores foram recebidos somente em 2022.

A SMD recebeu de transferências de capital, durante o ano 2021, 24.095,00€.

Recebeu dos seguintes contratos programa assinados com a RAM:

Projeto 52428 – Revitalização da Alagoa - 13.725,00€;

Projeto 52430 – Reabilitação do Passeio Marítimo da Praia Formosa Socorridos - 10.370,00€.





Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2021